



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA MÍDIA**

ANNA KARINNA DANTAS BEVILAQUA

**PRÁTICAS DISCURSIVAS EM *BLOGS* POLÍTICOS: UMA
OBSERVAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E AS
TRANSFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM O ESPAÇO PÚBLICO**

**NATAL
2011**

ANNA KARINNA DANTAS BEVILAQUA

**PRÁTICAS DISCURSIVAS EM *BLOGS* POLÍTICOS: UMA
OBSERVAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E AS
TRANSFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM O ESPAÇO PÚBLICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Maria das Graças Pinto Coelho.

Linha de pesquisa: Estudos da Mídia e Práticas Sociais.

NATAL

2011

Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

Belivaqua, Anna Karinna Dantas.

Práticas discursivas em blogs políticos: uma observação sobre a participação política e as transformações que acompanham o espaço público / Anna Karinna Dantas Bevilaqua. – 2011.

133 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Estudos da Mídia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia, Natal, 2011.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Maria das Graças Pinto Coelho.

1. Participação política. 2. Blogs. 3. Sociabilidade. 4. Espaços públicos. 5. Democracia. I. Coelho, Maria das Graças Pinto. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BSE-CCHLA

CDU 321.7

AGRADECIMENTOS

Ao meu marido, Rafael, e aos meus filhos, Letícia e Gabriel, pelo amor, pelo incentivo, pela paciência e, principalmente, pelo apoio emocional aos meus projetos pessoais. A eles dedico este trabalho.

Aos meus pais, pelo incentivo e pelo apoio aos meus estudos. Eles tornaram possível o meu retorno à área acadêmica.

À minha orientadora, Maria das Graças Pinto Coelho, pelas orientações, pelas sugestões e pelo estímulo para desenvolver a dissertação.

Aos meus colegas de mestrado, pelo carinho, pelas conversas e pela generosidade que sempre tiveram comigo.

Aos professores do PPGEM da UFRN, pelas discussões, colaborações e sugestões durante as aulas ministradas.

Às blogueiras Laurita Arruda e Thaisa Galvão, as quais concederam as entrevistas que permitiram a realização desta pesquisa.

Aos leitores Allison Almeida, Fernando Cabral, Lidiane Mary e Civirino, pela generosidade e pelas valiosas contribuições à pesquisa.

A Gabriela, pelo apoio nas atividades administrativas essenciais para o funcionamento do programa.

À Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), pela oportunidade da vaga gratuita em uma instituição de ensino de qualidade, e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa concedida, que permitiu dedicação exclusiva ao mestrado e possibilitou a participação em congressos ao longo desses dois anos.

Temos a obrigação de inventar outro mundo porque sabemos que outro mundo é possível. Mas cabe a nós construí-lo com nossas mãos, entrando em cena no palco da vida. Cidadão não é aquele que vive em sociedade. É aquele que a transforma.

Augusto Boal.

RESUMO

Este trabalho discute a transformação do espaço público com base nos desafios impostos pelas práticas comunicativas, que se renovam e se recopiam nos contextos socioculturais da vida diária. O estudo apresenta relatos teóricos e empíricos de *blogs* políticos regionais. Nesse sentido, busca compreender a participação política em espaços da internet, examinando as reconfigurações que acompanham as relações sociais e as novas formas de interação que se engendram no cenário midiático. A ambiência do estudo recorta comentários de leitores em dois *blogs* do Rio Grande do Norte: “Território Livre” e “Thaísa Galvão”. A observação diz respeito à participação civil dos cidadãos em assuntos de interesse coletivo durante o período eleitoral de 2010. A tensão analítica atualiza o debate sobre discussão democrática e conversação do cotidiano na tentativa de apreender as mudanças nas práticas sociais em plataformas virtuais. Nessa perspectiva, o trabalho recupera algumas noções conceituais que envolvem o espaço público, identificando as mudanças que se apresentam nas esferas virtuais e tradicionais, com o surgimento de novas arenas dialógicas, a partir do uso da internet. Além disso, revisita os conceitos de sociabilidade em redes sociais tecnológicas, trazendo para o centro da discussão as interações sociais que motivam o sujeito a pensar e a agir coletivamente.

Palavras-chave: Participação política. *Blogs*. Sociabilidade. Esfera pública.

ABSTRACT

This work discusses about the transformation of public space, based on the recent challenges imposed by communication practices that are renewed and recopying of the sociocultural contexts of everyday life. The study presents theoretical and empirical reports of regional political blogs. In this issue, it looks for understand the political participation in the Internet space, examining the reconfigurations that accompany social relations and new forms of interaction that are merged in the media scene. The ambience of the study limits comments of readers in two political blogs in Rio Grande do Norte, Território Livre, and Thaisa Galvão. The observation concerns about the democratic participation of citizens in matters of collective interest, during the 2010 election. The analysis updates the debate on democratic discussion and conversation everyday, trying to grasp changes in social practices in virtual platforms. From this perspective, the work restores some conceptual notions that involve the public places, identifying the changes that appear in the virtual and traditional spheres, with the emergence of new places of conversations, from the Internet usage. Are also compared to similarities and differences between the two elements of the analysis. It is possible, therefore, the communication process of the two discursive spaces with ideas from the public sphere, trying to analyze the duality between public, private, and political participation in these virtual places.

Keywords: Political participation. Sociability. Public sphere.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	12
2 A TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO	14
2.1 O ESPAÇO PÚBLICO	14
2.2 A DEMOCRACIA E A CRISE DA PARTICIPAÇÃO CIVIL	20
2.3 INTERNET E ESFERA PÚBLICA CONTEMPORÂNEA	25
2.4 SOCIABILIDADE	32
2.5 CONVERSAÇÃO DO COTIDIANO	35
3 OS BLOGS E O ESPAÇO PÚBLICO VIRTUAL	39
3.1 A BLOGOSFERA	39
3.2 SOBRE OS <i>BLOGS</i>	40
3.3 <i>BLOGS</i> DE POLÍTICA	46
3.4 O TERRITÓRIO LIVRE	48
3.5 <i>BLOG</i> THAISA GALVÃO	53
3.6 A HERANÇA POLÍTICA NO RIO GRANDE DO NORTE	58
4 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS	62
4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	62
4.2 <i>CORPUS</i> E RECORTE DE PESQUISA	69
5 OS BLOGS E AS ELEIÇÕES 2010	71
5.1 O ESTAR JUNTO – ASPECTOS INTERACIONAIS	71
5.2 A DINÂMICA DO CONFLITO	77
5.3 RECIPROCIDADE	81
5.4 A DUALIDADE ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO	83
5.5 A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	87
6 A PRÁTICA DISCURSIVA	91
6.1 AS RELAÇÕES HISTÓRICAS DE PODER	91
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
REFERÊNCIAS	116
APÊNDICES	127

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa propõe uma investigação sobre as possibilidades abertas pelas novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) no que tange à questão da participação política da sociedade civil. A análise trabalha com a pluralidade de expressões e experiências enunciativas que se apresenta na iminência das evoluções no processo de midiaticização. Nessa perspectiva, busca atualizar o debate sobre a transformação do espaço público com base nos desafios recentes impostos, diante das práticas discursivas que se renovam em *blogs* políticos do Rio Grande do Norte. A problemática que norteia este trabalho está relacionada à promessa do surgimento de novas dimensões de participação democrática no ambiente digital (BEVILAQUA; COELHO, 2011). Assim, o estudo esteia-se em dois pressupostos:

- mudanças nos protocolos de produção, circulação, recepção e consumo no contexto da mídia digital, o qual considera a multiplicidade de dispositivos midiáticos, as vozes e os atores envolvidos;
- novos rearranjos nas práticas democráticas constituídas a partir de diferentes formas de apropriações das redes sociais tecnológicas, apresentando aspectos interacionais e privatização do espaço público nas interfaces.

Ao considerar essas modificações propiciadas pelo suporte digital, entende-se que há necessidade da elaboração de uma fundamentação teórica ancorada em dois eixos temáticos. O primeiro diz respeito à interface entre participação política, espaço público e democracia. O segundo está relacionado à sociabilidade e aos vínculos afetivos que se formam a partir do uso de *blogs*.

A investigação sobre as práticas discursivas no espaço público virtual exigiu a construção de uma base conceitual teórica que abarcasse também a discussão sobre a interação entre os sujeitos e as trocas simbólicas. Desse modo, só podemos pensar a esfera pública se associarmos as interações e o compartilhamento de subjetividades entre os atores sociais. Ao contemplar essas questões, espera-se compreender como estão sendo construídas as novas formas de interação, de participação e ainda as relações intersubjetivas que se consolidam por meio das experiências e dos sentimentos compartilhados.

Na atualidade, diante das dificuldades impostas pelo próprio ritmo da modernidade, tornou-se impossível estabelecer as mesmas relações tradicionais com a vizinhança bem como reuniões informais em praças e cafés. Os encontros face a face deixam de ser plausíveis e, assim, novas formas de sociabilidade surgem para assegurar esse sentir e experimentar em comum. Para Maffesoli (1987), a sociabilidade está ligada à vivência conjunta dos sujeitos assim como ao compartilhamento de valores e sentimentos. Ele revela diversas formas de estar junto com, em que a linguagem é um instrumento necessário para a constituição das relações que se estabelecem entre diversos interlocutores. Nessa lógica, Bretas e Silva (2006) entendem que a sociabilidade também está relacionada à construção de um lugar comum e ao compartilhar entre os sujeitos.

A internet e os seus recursos dialógicos passaram a ser utilizados como esse lugar comum. *Chats, sites, fóruns e blogs* permitem que grupos de pessoas que possuem os mesmos gostos e afinidades se encontrem e se relacionem. O uso dessa nova tecnologia implicou uma reorganização cultural em diversos níveis, exigindo-se outro repertório linguístico, novos protocolos de interação, um refinamento cognitivo e ainda que se ampliassem as visões de mundo. Houve a necessidade de desenvolvimento de outras habilidades cognitivas, as quais deveriam estar articuladas à cultura e à tecnologia. Essa mudança acabou impondo novas práticas de comunicação, aprendizado de linguagens e interfaces e sociabilização.

Observa-se não apenas a transposição dos espaços públicos mas também a entrada de inúmeros novos atores no campo discursivo, que passam a produzir, compartilhar informações, notícias, opiniões e ideias. Nesse contexto, o produtor intelectual é o dono do seu próprio meio de produção e divulgação, inibindo concentrações e monopolizações (KUCINSKI, 2005). A liberação do polo de emissão gera uma ruptura no fluxo tradicional de produção e consumo de informações, levando à produção de novas configurações no âmbito da comunicação. Nesse sentido, além da pluralidade da oferta enunciativa, que passa a disputar espaço com as mídias tradicionais, são estabelecidas também diferentes formas de sociabilidade (BRAGA, 2007).

A blogosfera representa hoje um grande espaço social que pressupõe o surgimento de uma nova cultura comunicacional, permeada por ações colaborativas. Ela favorece a proximidade entre os sujeitos, que passam a interagir através de textos, imagens e hipertextos. Nesse universo do discurso, que se expande por meio das redes

sociais tecnológicas, surgem também outras normas, rituais, práticas culturais e regras específicas capazes de promover uma rede de sociabilidade horizontal, na qual emergem novos limites que não mais dizem respeito à separação rígida entre o público e o privado.

A cada segundo, um novo *blog* é criado no mundo. Esse dado comprova a importância e a atenção que os internautas concedem à ferramenta. Hoje está cada vez mais presente a necessidade de publicar conteúdo, expor ideias e opiniões e se relacionar com outros internautas. A última pesquisa realizada pelo Ibope Nielsen¹, em agosto de 2011, mostra o crescimento no número de usuários ativos na *web* brasileira, que chegou a 45,4 milhões de pessoas.

Os *weblogs* conquistaram uma expressiva relevância mundial diante das possibilidades de participação popular e exercício da cidadania. Em episódios recentes, a sua utilização ajudou a driblar a censura e o autoritarismo político em vários países com forte controle do Estado. Nesses casos específicos, eles funcionaram como único veículo capaz de informar à população mundial sobre os acontecimentos, a revolta popular e as catástrofes que estão ocorrendo em algum lugar do mundo. Foi assim no Irã, em Cuba e em vários outros países do Oriente Médio.

O número de *blogs* criados no mundo representa hoje um aumento dos espaços de informação e, conseqüentemente, uma ampliação do espaço de discussão e trocas subjetivas. Os recursos interativos e as facilidades operacionais promovem a proximidade dos cidadãos aos temas com os quais se identificam e abrem novas alternativas para a conversação informal entre cidadãos.

A perspectiva adotada neste trabalho vem investigar exatamente esse campo dialógico virtual, permeado por novas formas de se comunicar e de se relacionar. Trata-se de um momento de transição da sociedade moderna, que precisa ser compreendido em seus macroprocessos econômicos, políticos e culturais, necessitando também serem analisadas as implicações que estão ocorrendo na vida cotidiana, nas interações do dia a dia. Sob esse viés, entende-se que é necessário aprofundar a discussão sobre o universo comunicacional propiciado pelos *blogs* políticos e suas especificidades. Para atingir os resultados almejados, foi preciso observar as mudanças e as reacomodações que

¹ Fonte de dados: Ibope Nielsen Online 14/08/2011. Disponível em: <http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=2&proj=PortalIBOPE&pub=T&nome=pesquisa_noticias_internet_todas&db=caldb&secao=Internet>. Acesso em : 10/02/2011

envolvem as interações sociais, a participação política e as práticas discursivas entre os leitores de *blogs* políticos.

Dessa forma, a pesquisa objetivou compreender as práticas discursivas dos leitores no Rio Grande do Norte, investigando se esse espaço público virtual fomenta a discussão democrática e o exercício da cidadania. Os objetivos específicos que ajudaram a desenvolver o estudo procuraram: investigar se os *blogs* contribuem para fomentar as discussões públicas democráticas; analisar a participação política dos cidadãos; compreender o processo de interlocução e observar as relações de poder existentes; identificar as motivações que levam os sujeitos enunciadore a participar de discussões políticas. A temática aqui apresentada diz respeito à prática discursiva dos leitores, observando os comentários produzidos. Desse modo, o aporte teórico desta dissertação se apoia em dois aspectos: participação política e transformação do espaço público.

Não se pretende aqui esgotar totalmente esse complexo campo de estudo, mas, apenas, investigar, com o rigor científico, as atualizações sobre as novas relações que se formam a partir desses espaços virtuais. O estudo procurou analisar as conversações informais junto aos leitores de *blogs* regionais no Rio Grande do Norte, observando como eles partilham suas histórias, expressam suas demandas e estabelecem vínculos afetivos com os outros parceiros. Acreditamos que é observando e analisando os *links* de comentários que poderemos encontrar respostas às indagações levantadas na pesquisa, uma vez que é ali que se estabelecem as interações e trocas discursivas entre blogueiros e leitores.

Nos *blogs*, os espaços destinados aos comentários geram ambientes de discussão e promovem locais de encontro entre leitores e blogueiros. É nesse lócus em que a conversação floresce e as interações acontecem. A partir da observação dos comentários foi possível entender como a conversa se organiza e se há condições de associar essas práticas dialógicas à existência de uma esfera pública interconectada.

1.1 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A dissertação está dividida em introdução, cinco capítulos, sendo três teóricos, que fundamentam a questão norteadora deste estudo, e dois analíticos, que trazem os resultados e as informações coletadas a partir da pesquisa empírica, além das considerações finais.

O primeiro capítulo apresenta alguns aspectos conceituais sobre a transformação da esfera pública. A argumentação empreendida nesse capítulo buscou estabelecer uma sequência lógico-temporal que vai desde o século XVIII até os dias atuais. Houve, no primeiro momento, a necessidade de resgatar a esfera pública burguesa estilizada por Habermas (2003) para, em seguida, apresentar o contraponto dessas ideias com as proposições de Nancy Fraser (1993), até chegar às definições atuais da esfera pública interconectada, defendidas por Yochai Benkler (2006). Foram recuperadas algumas noções referentes à discussão democrática e ao problema da participação política dos cidadãos.

Como a comunicação *on-line* enseja interação, houve a necessidade de apresentar uma conceituação teórica acerca da sociabilidade no espaço público virtual. Nesse sentido, essa discussão encontra suas bases nas proposições de Simmel (1983), Michel Maffesoli (1987) e Erving Goffman (1998). Para Simmel, a conversação é uma atividade lúdica da sociabilidade. Sob essa lógica, o debate será atualizado de forma a compreender como se estabelecem as conversações e discussões democráticas na rede. É nesse cenário que se discute a importância da conversação cotidiana para o fortalecimento das bases democráticas de governo, procurando-se apoiar, portanto, nos estudos de Wilson Gomes (2007), Rousiley Maia (2008) e Michael Schudson (2001).

O objeto da pesquisa aparece no segundo capítulo. Procuramos explorar o universo dos *blogs*, contemplando a perspectiva histórica de surgimento bem como as suas principais utilizações e especificidades. O estudo utiliza como fundamentação textos de autores como: Rebecca Blood (2002), Raquel Recuero (2004), Adriana Braga (2007), Luciano Borges (2007), entre outros. Ao delimitar o objeto de pesquisa, a discussão segue a direção dos *blogs* com ênfase na política regional. Busca-se, assim, contextualizar as principais características e peculiaridades dos *blogs* no Rio Grande do Norte e, principalmente, a imbricação entre mídia e política local, utilizando autores como José Antônio Spinelli (2006), Venício de Lima (2006) e Sergio Buarque Holanda (1995). Após o conhecimento dessas questões mais amplas, o campo de pesquisa

começa a se delinear, entrando em cena os dois *blogs* que compõem o estudo: “Território Livre” e “Thaísa Galvão”.

No terceiro capítulo, apresentamos os aportes teórico-metodológicos empregados na realização da pesquisa. Estabelecemos um conjunto de procedimentos e técnicas para conseguir investigar o universo comunicacional dos *blogs*.

O quarto capítulo reflete e analisa os dados empíricos a partir das conversações entre os leitores e as blogueiras. Para estabelecer uma compreensão mais sistemática sobre a complexa interação comunicativa, foi feita uma divisão no processo de análise em cinco categorias. Além disso, foram abordadas as questões que sustentam o estudo, ou seja, os aspectos interacionais, os conflitos, a reciprocidade, a constante tensão entre público/privado e a participação política da sociedade civil.

No quinto capítulo, são apresentados os resultados das análises discursivas com base no construto teórico de Michel Foucault (2010). Na verdade, procuramos observar as tensões entre as relações de poder, em especial as relações desiguais de obediência e de dominação, no espaço virtual. A partir dessas análises, espera-se compreender as mudanças nos discursos dos sujeitos enunciadore e como operam as novas formas de controle social.

2 A TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

2.1 O ESPAÇO PÚBLICO

A problemática desta pesquisa apresenta questões que envolvem práticas discursivas, exercício da cidadania, discussão democrática e deliberação pública. São proposições que estão articuladas às ideias defendidas por Habermas (2003) sobre a esfera pública burguesa. Nesse sentido, faz-se oportuno resgatar algumas conceituações teóricas apresentadas pelo autor para que se possa atualizar o debate, observando todas as mudanças sócio-históricas impostas às sociedades modernas.

Habermas propõe uma versão ressignificada da ideia de discussão democrática (GOMES, 2007). Ele buscou inspiração no conceito de existência humana de Hannah Arendt (2001) a partir de três categorias básicas: igualdade, liberdade e pluralidade, as quais, segundo a autora, são condições necessárias para a ação política. Habermas (2003) elaborou um estudo histórico com base na *polis* grega e no comportamento dos cidadãos no exercício da vida pública, a partir do qual a opinião, o debate e a reflexão influenciavam a decisão democrática. Assim, buscou no modelo grego a origem dos conceitos de público e privado.

A esfera pública, de acordo com Habermas (2003), é apresentada como um espaço de mediação entre o campo das relações privadas e o poder público. Esse autor tem também como objetivo discutir racionalmente as questões de interesse privado, as quais, por sua relevância, acabam por se tornarem temas de interesse público. Ao se tornarem relevantes, essas demandas ganham conotação política, sendo esta a razão pela qual a esfera pública burguesa assume uma função política. Em suas formulações, Habermas (2003, p. 42) destaca:

Esfera pública pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentadamente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social.

A esfera pública é uma arena de discurso autônoma em relação ao sistema político, um local onde se realiza a interação intersubjetiva de cidadãos conscientes,

solidários e participativos. A constituição desse *locus* de discussão se dá, segundo Habermas (2003), dentro de uma perspectiva emancipatória, na qual prevalecem os procedimentos racionais, discursivos, colaborativos e pluralistas, que permitem aos atores da sociedade civil um consenso comunicativo e uma autorregulação. Nesse sentido, ela surge como uma instância geradora de vontades coletivas e legitimadoras da democracia.

Deve-se esclarecer que Habermas concebe a esfera pública sob o molde da sociedade do século XVIII, constituída por um público restrito e elitizado, apesar de contrariar o princípio de universalidade de acesso defendido pelo público burguês. Para participar dessa esfera pública, ou melhor, para ter acesso a ela, era necessário cumprir alguns critérios, como formação cultural e de gênero, ou seja, apenas homens poderiam participar e possuir propriedade. Portanto, delinear-se três importantes requisitos exigidos à esfera pública burguesa: acessibilidade, racionalidade e discursividade. Com base nessa argumentação pública, Habermas sugere que os parceiros do debate devem aceitar como única autoridade aquele que emerge o melhor argumento. Isso leva a compreender que na esfera pública o sujeito se introduz sem portar os privilégios e as vantagens não discursivas e de posições da hierarquia social (GOMES, 2008). A esfera pública burguesa se caracteriza como uma espécie de mecanismo de defesa da sociedade civil contra o autoritarismo estatal. Os burgueses queriam que esse processo deliberativo tivesse um valor contratual, a partir de uma negociação consensual entre os atores da sociedade civil (GOMES, 2007). Esse espaço dialógico é visto como um lugar onde a expressão e a ação comunicativa podem favorecer uma consciência coletiva capaz de fomentar uma existência solidária, não coercitiva, libertadora e igualitária entre os sujeitos.

Segundo Habermas (2003), os meios de comunicação assumem o papel central no debate público. São eles que alimentam as discussões e favorecem a sociabilidade entre os atores. A imprensa, segundo o autor, passou a intermediar o raciocínio das pessoas através da crítica profissional, substituindo os cafés, os salões e as comunidades comensais. No entanto, a constante evolução da comunicação de massa e a lógica de mercado acabam interferindo nesse processo emancipatório e, conseqüentemente, provocando grandes mudanças no âmbito social. Logo, a imprensa se desqualifica de sua função enquanto suporte material da esfera pública e perde seu caráter crítico. Habermas (2003, p. 191) entende que

Se as leis do mercado, que dominam a esfera da troca de mercadorias e do trabalho social, também penetram na esfera reservada às pessoas privadas enquanto público, o raciocínio tende a se converter em consumo e o contexto da comunicação pública se dissolve nos atos estereotipados da recepção isolada.

O autor defende que, com a comercialização da comunicação de massa, a esfera pública passa a funcionar segundo interesses econômicos privados. Por meio disso, ocorre a refeudalização² da esfera pública. A própria informação política é relegada a segundo plano. Assim, os contornos entre as esferas pública e privada são diluídos, havendo uma interpenetração, o que sela a decadência da esfera pública. O público é substituído, perdendo a sua função de legitimação das decisões e das leis para negociações restritas entre organizações e entre partidos. Nesse sentido, a função livre de decisão e escolha, baseada na discussão democrática, cumpre-se apenas de forma plebiscitária, em que decisões são tomadas a partir de um número reduzido e preestabelecido de escolhas (GOMES, 2008). A própria discutibilidade deixa de ser um critério para garantir que posições ganhem relevância na comunicação pública. De acordo com Habermas, a discussão perde espaço para o jogo da sedução e, no lugar da crítica, entra em cena a manipulação de opiniões.

A noção de publicidade estilizada pelo filósofo, que legitimava as decisões e dava transparência às ações da esfera política, descaracteriza-se. Ela passa a ser compreendida como um meio pelo qual interesses privados ganham visibilidade mediante o acesso privilegiado aos meios de comunicação. Sob essa lógica, Gomes (2008, p. 53) entende que

A esfera pública, pouco a pouco, deixa de ser a dimensão social da exposição argumentativa de questões referentes ao bem comum para ser a dimensão social da exibição discursiva midiática de posições privadas que querem valer publicamente e, para isso, precisam de uma concordância plebiscitária do público.

Na década de 1990, Habermas, diante de muitas críticas, retoma sua posição sobre a esfera pública e traz algumas atualizações. No livro *Direito e Democracia*, o autor amplia a noção de esfera pública para: “qualquer encontro que não se limita a contatos de observação mútua, mas que se alimenta da liberdade comunicativa que uns

² Jürgen Habermas utiliza essa expressão para fazer uma analogia do poder dos senhores feudais, que definiam o que seria certo ou errado, com os tempos atuais, devido ao poder dos empresários da comunicação, que detêm o mesmo poder e decidem o que deve ou não ser publicado ou veiculado.

concedem aos outros” (HABERMAS, 1997, p. 93). Nesse sentido, Habermas passa não mais a enxergar a esfera pública enquanto *locus* da discussão ou lugar, pois já se refere ao uso que os sujeitos fazem da comunicação. A noção de esfera pública também passa a ser vinculada à ação comunicativa: “A esfera pública constitui-se principalmente como uma estrutura comunicacional do agir orientado pelo entendimento, a qual tem a ver com o espaço social gerando no agir comunicativo [...]” (HABERMAS, 1997, p. 92).

Os interlocutores, ao agirem orientados para o entendimento, acabam concedendo liberdade comunicativa uns aos outros, de acordo com as regras da razoabilidade, da reciprocidade, da não coerção e da possibilidade de inclusão de novos parceiros e temas (MAIA, 2008). Habermas passa a utilizar a metáfora da rede para explicar a maneira descentralizada e reticular pela qual a esfera pública se constitui na contemporaneidade, considerando as diversas arenas discursivas espalhadas na sociedade civil, o que o faz abandonar a perspectiva restrita adotada em *Mudança Estrutural*, em que considerava apenas o público burguês capaz de promover a discussão e o pensamento crítico.

Divergindo das ideias defendidas por Habermas, destacam-se também os estudos de Nancy Fraser (1993), que vêm propor não apenas a pluralidade de retóricas na esfera pública mas também a pluralidade de públicos e a diversidade nessa esfera. O ponto de interseção entre os dois autores é pensar a esfera pública como um aprofundamento dos mecanismos e instrumentos das democracias representativas. Para a autora, a esfera pública de Habermas, além de ser uma utopia, é, também, uma noção ideológica masculinizada que funcionou para legitimar a emergência de uma forma de regras de classes.

Nancy Fraser (1993) critica alguns fundamentos habermasianos, começando pelos quatro requisitos considerados essenciais para o conceito de esfera pública, questionando a igualdade política dentro da esfera pública defendida por Habermas. Ela sugere que a igualdade não é pré-requisito para uma democracia política, servindo apenas para mascarar as desigualdades.

No segundo suposto, ela vem reconhecer a multiplicidade de públicos em vez de um público. Fraser introduz o conceito de públicos subalternos contestatórios (*Subaltern counterpublics*) para mostrar a necessidade de reconhecimento efetivo de certos públicos alternativos que fazem circular discursos de oposição de grupos discriminados e excluídos da esfera pública oficial. Nesse sentido, recusa a ideia de uma esfera pública

homogênea e sugere que devam coexistir várias esferas públicas, autônomas e informais, que organizam e trazem à cena pública temas e contribuições politicamente relevantes. Esses públicos alternativos surgem como resposta às exclusões pelos públicos dominantes e contribuem para o aumento do espaço discursivo. Segundo a autora, a ideia de uma sociedade igualitária e multicultural somente faz sentido se existir uma pluralidade de arenas públicas, com seus diferentes valores culturais e retóricos.

O terceiro ponto a ser questionado diz respeito à restrição do discurso sobre o bem comum. Fraser defende que somente o próprio público pode decidir o que é ou não de interesse de todos. Portanto, não há garantia de que todos irão concordar. Sob essa lógica, não existe uma fronteira delimitada *a priori* do que é de interesse comum ou não. O que será levado em consideração como interesse coletivo será decidido justamente durante a contestação discursiva.

Aproximando esse pensamento do universo plural das arenas discursivas e especialmente de *blogs*, torna-se hoje um desafio pensar em concordâncias e consensos entre todos os parceiros de uma discussão. Contudo, toda essa diversidade de opiniões, retóricas e públicos favorece uma reflexão crítica e amplia o entendimento entre participantes sobre temas discutidos. Essa é a lógica moderna das arenas discursivas, em que um número maior de participantes encontra espaços para expressar suas opiniões, demandas e interagir com outros atores.

Por fim, Fraser critica a separação entre a sociedade civil e o Estado. Nesse sentido, ela passa a utilizar os conceitos de público forte (*strong public*) e público fraco (*weak public*). Já Habermas estabelece para a sociedade civil a função de controlar e limitar o Estado. Segundo Fraser, o público, no sentido fraco, contribui para a noção de *accountability*³, mas não possui ingerência na tomada de decisões estatais. O problema se torna complexo quando Fraser inclui na análise o que denomina de público no sentido forte, principalmente nas sociedades democráticas modernas, em que os parlamentos parecem acumular duas funções: decisões e opinião pública. Assim, essas duas ações confundem as fronteiras entre o público considerado forte e o público considerado fraco. Portanto, segundo a autora, o desafio de uma teoria crítica da esfera pública deverá se concentrar no conceito polêmico de *accountability*, gerado a partir da diluição da fronteira entre os públicos nos sentidos fracos e fortes (LUBENOW, 2010).

³ *Accountability* é um termo sem tradução na ciência política brasileira, utilizado para designar, em questões de governança, práticas relacionadas à ideia de prestação de contas e de responsividade (PRADO, 2009).

Na verdade, Fraser (1987) propõe uma atualização do conceito idealista de esfera pública. Ela procura conferir à política habermasiana uma dimensão mais realista e atual, capaz de lidar melhor com a diferença, com a diversidade e com o conflito. Em seu último ensaio, “Political Communication in Media Society”, Habermas (2006) reflete sobre a imbricada relação entre a política deliberativa e os processos de formação de opinião estabelecidos com a mídia. Ele propõe três importantes elementos nessa nova configuração societária. Primeiro, passa a utilizar a noção de sistema para referir-se ao complexo conjunto de instituições e de profissionais especializados que passam a operar como mecanismos de autorregulação e com códigos normativos específicos. Em seguida, o autor observa que o poder da mídia não pode ser mais tratado como manipulação direta, mas como uma luta por influência. No terceiro ponto, Habermas reconhece que há graus de diferenciação interna nas arenas da mídia. Isso implica a estratificação em relação às oportunidades de participação dos atores.

Levando em conta essas prerrogativas, o presente estudo procura observar a diversidade existente no interior das esferas discursivas, que se formam a partir do uso da tecnologia. Procura-se identificar a ideia de esfera pública com a realidade das sociedades contemporâneas. O público continua a se reunir para deliberar sobre questões de ordem política. A grande mudança nesse cenário é o espaço da arena dialógica. Assim, o espaço físico deixa de ser viável em detrimento da própria modernidade e o virtual aparece como uma possibilidade. Nesse sentido, os recursos tecnológicos são apropriados pelos atores para que seja possível estabelecer a mediação entre a sociedade civil e o poder público.

É nesse limiar que os estudos de Yochai Benkler (2006) aparecem, permitindo pensar a esfera pública a partir da internet. Partindo desse pressuposto, surge uma das indagações que sustentam esta pesquisa, a qual diz respeito às práticas comunicativas que ocorrem nos contextos socioculturais da vida diária, utilizando como suporte material os *blogs* políticos. Para relacionar esse processo comunicativo com as ideias da esfera pública, a análise busca descobrir como se estabelece a imbricada dualidade entre o público e o privado, as relações de reciprocidade e a participação política por meio da observação sistemática das conversações estabelecidas entre os leitores dos *blogs*.

A partir dos anos 1990, a ideia da esfera pública ganha uma enorme notoriedade na teoria social. Na literatura anglo-americana, a noção habermasiana de esfera pública passa a se vincular à ideia de deliberação pública e se estabelece como um marco importante para a teoria democrática, que se denomina democracia deliberativa. Ainda

hoje, a esfera pública habermasiana é uma referência necessária para entender o modo de vida democrático contemporâneo.

2.2 A DEMOCRACIA E A CRISE DA PARTICIPAÇÃO CIVIL

A base do modelo de democracia enseja argumentação e deliberação, ou seja, necessita de dialogicidade entre os cidadãos. É exatamente esse o motivo da estreita vinculação entre o campo da comunicação e o da democracia. Portanto, para falar sobre práticas democráticas e participação civil na esfera das decisões políticas, é necessário entender algumas noções conceituais acerca da democracia.

Nessa lógica, é fundamental buscar, inicialmente, o conceito epistemológico do termo democracia, que significa “governo do povo” (*demos* = povo, *kratein* = governo). A sua essência consiste na participação da esfera civil no governo, em que o princípio de liberdade corresponde ao sentido de autodeterminação política. Dessa forma, esse foi o significado adotado pela teoria política da civilização ocidental (KELSEN, 2000).

A origem da democracia moderna é fundamentada no modelo grego. Entretanto, com as mudanças que ocorrem na sociedade ao longo do tempo, hoje, a noção de democracia se torna bem mais complexa. Alguns adjetivos foram acrescidos de forma a circunscrever mais sentido, como: direta, representativa, burguesa, participativa, substantiva, formal, republicana, constitucional etc. Atualmente, existem também três dimensões pelas quais a democracia pode ser associada: uma forma de governo, uma técnica de tomada de decisão e uma forma de relação.

No modelo clássico de democracia, localizado historicamente na cidade-estado de Atenas, a soberania popular é compreendida como um valor fundamental e representa o controle direto do governo por parte dos cidadãos, o que não impede que outras instituições tenham o poder de intervir. Naquela época, qualquer política de alcance público, antes de ser implantada, precisava ser validada pela esfera da cidadania, sendo a atuação das instituições do Estado, em boa parte, restrita à autorização dos cidadãos (MANIN, 1997).

Wilson Gomes (2007), por exemplo, compreende a democracia como um conjunto de valores essenciais a serem considerados na conceituação desse regime de governo. De acordo com Gomes (2007), “a ideia de democracia evoca um conjunto de valores que precisam ser compreendidos de forma complementar para que se disponha de uma concepção razoável de democracia que permita o incremento de determinados

aspectos das práticas políticas”. Bobbio (2000, p. 22) entende o regime democrático “como um conjunto de regras de procedimento para a formação de decisões coletivas, em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados”. Essa definição inclui a estratégia de compromisso entre as partes através do livre debate para a formação de uma maioria. Todo o grupo social precisa comprometer-se a tomar decisões vinculatórias para todos os seus membros, com o objetivo de garantir a sobrevivência. Para ser aceita como decisão coletiva, é necessário obedecer a regras que estabeleçam quais são os indivíduos autorizados a tomar as decisões.

A pesquisa realizada neste trabalho levanta hipóteses que envolvem o modelo de democracia participativa. No entanto, é oportuno ampliar a discussão e abordar as duas tendências consideradas fundamentais no estudo da democracia: a democracia elitista e a democracia participativa. David Held (1987), no livro *Modelos de Democracia*, propõe uma discussão sobre o assunto. Ele acredita que a democracia é uma forma de governo extremamente difícil de ser criada como também de ser mantida. O autor afirma que “Embora muitos estados possam ser democráticos, a história de suas instituições políticas revela a fragilidade e vulnerabilidade das estruturas democráticas” (HELD, 1987, p. 1).

No debate sobre a democracia elitista, Held resgata dois autores: Max Weber e Joseph Schumpeter, os quais compartilham ideias semelhantes. Na concepção desses dois autores, na vida política haveria pouco espaço para a participação democrática e para o desenvolvimento coletivo. Eles percebem a democracia como um meio de escolher pessoas encarregadas de tomar decisões e de impor alguns limites a seus excessos. Segundo Schumpeter (1984, p. 304),

A democracia é um método político, ou seja, certo tipo de arranjo institucional para se alcançarem decisões político-legislativas e administrativas e, portanto, não pode ser um fim em si mesma, não importando as decisões que produza sob condições históricas dadas.

Schumpeter defende que o papel do povo é produzir um governo através do sistema eleitoral. Desse modo, democracia significa apenas que o povo tem a oportunidade de aceitar ou recusar as pessoas designadas ao governo. Robert Dahl (2001) concorda com Schumpeter quando ele sugere que a democracia é na verdade um instrumento de seleção de lideranças, ainda que rejeite a noção de exclusividade dessa liderança pelas elites.

É em oposição a esse modelo elitista, e diante da crescente onda de indignação contra as desigualdades sociais, que nasce a Nova Esquerda, disposta a tentar outras formas para se pensar a democracia (HELD *apud* OLIVEIRA, 2002, p. 23). Inspirados em Rousseau e nas posições marxistas, muitos autores começam a empreender discussões e reformulações sobre a democracia e a liberdade. Destacam-se, como representantes da democracia participativa, os teóricos: Poulantzas (1977), Macpherson (1979) e Pateman (1992). Para esses autores, a democracia não poderia se limitar apenas a escolhas de líderes políticos, mas também à igualdade de participação dos cidadãos nas decisões que afetam suas vidas.

Bobbio (2000) apresenta, no livro *O futuro da democracia*, uma discussão sobre as transformações da democracia, dispendo a respeito das promessas que não são cumpridas e do contraste entre a democracia ideal, idealizada pelos pais fundadores, e a democracia real. O autor elenca seis problemas que surgem como obstáculos à concretização de tais promessas, quais sejam: sobrevivência do poder invisível; permanência de oligarquias; supressão dos corpos intermediários; revanche da representação dos interesses; participação interrompida; e o cidadão não educado.

A democracia nasceu para eliminar a existência do poder invisível e fazer prevalecer um governo cujas ações devem ser desenvolvidas publicamente, com transparência. As decisões não podem ser tomadas nos gabinetes secretos, distantes dos olhares do público. O segundo obstáculo refere-se à sobrevivência do poder oligárquico. Na democracia ideal, não há distinção entre governados e governantes, mas o que se vê é a presença das elites no poder e um governo feito para uma minoria. Joseph Schumpeter defende que a característica de um governo democrático não é a ausência de elites, mas a presença de muitas elites que concorrem entre si. Nesse sentido, as decisões são tomadas para beneficiar apenas um determinado grupo social.

A revanche dos interesses também surge como um empecilho à democracia. Ela se constitui em um novo tipo de sistema social chamado neocorporativo. Esse sistema é caracterizado numa relação triangular, na qual o Estado é apenas o mediador entre as partes sociais. O Estado ocupa-se apenas em garantir o acordo entre as grandes organizações, de forma que seus interesses sejam assegurados. Existe outro sério problema que diz respeito à educação para a cidadania. John Stuart Mill (*apud* BOBBIO, 2000) acredita que há dois tipos de cidadãos, os ativos e os passivos, esclarecendo que os governantes preferem os segundos, mas que a democracia necessita dos primeiros. Ele acrescenta que a participação eleitoral tem um grande valor

educativo, pois é através da discussão política que o operário consegue compreender a conexão existente entre eventos distantes e o seu interesse pessoal e estabelecer relações com cidadãos diversos daqueles que mantêm relações cotidianas, tornando-os membros conscientes de uma comunidade. Nas democracias modernas, surge um fenômeno conhecido por apatia política, que envolve uma grande parcela da população que tem direito ao voto. Existe ainda uma grande redução no número do voto de opinião e em contrapartida um aumento no número do voto de permuta. Isso nos remete ao discurso de Tocqueville à Câmara dos Deputados⁴ (*apud* BOBBIO, 2000, p. 45):

As opiniões, os sentimentos, as ideias, comuns são cada vez mais substituídas pelos interesses particulares, perguntava-se se não havia aumentado o número dos que votam por interesse pessoal e diminuído o voto de quem vota à base de uma opinião política, denunciando esta tendência como expressão de uma moral baixa e vulgar segundo a qual quem usufrui dos direitos políticos pensa em deles fazer um uso pessoal em função do próprio interesse.

Sabe-se que o projeto político democrático foi idealizado para uma sociedade muito menos complexa do que a existente hoje. Dessa forma, algumas promessas não foram cumpridas em virtude dos obstáculos que foram surgindo com a evolução da própria sociedade civil. Rousseau estava convencido que uma verdadeira democracia jamais existiu e jamais existirá, pois requer muitas condições difíceis de serem reunidas.

Diante das dificuldades relacionadas à transformação das sociedades, os ideais e as práticas políticas que caracterizaram o modelo clássico de democracia deixaram de ser compatíveis com as exigências impostas pela modernidade. Houve, então, a necessidade de criar artifícios que adequassem os princípios democráticos às novas condições das sociedades contemporâneas. Frente a essas condições históricas e políticas, surgiu a necessidade de uma ferramenta que permitisse alguma participação e o controle civil nos negócios públicos, sem que fosse exigida uma intervenção direta dos cidadãos. Assim, criou-se a representação democrática, pela qual os cidadãos delegavam poderes políticos em favor dos homens dedicados à *res publica*⁵, escolhidos através de processos eleitorais periódicos. Esses representantes teriam de assumir o compromisso de que suas atuações políticas seriam transparentes, com o objetivo primordial de atender os interesses da coletividade. Segundo Almeida Marques (2008,

⁴ Alexis de Tocqueville – discurso realizado no dia 27 de janeiro de 1848.

⁵ *Res publica* é uma expressão em latim, que significa literalmente “coisa pública”. Com a modernidade, a palavra vem sendo empregada para classificar tipos de Estado, tipos de governo ou formas de organização do poder político.

p. 47), “A eleição de representantes por parte dos cidadãos foi o método encontrado para que se conciliasse uma das versões acerca da noção de soberania popular com os constrangimentos que marcam a vida política moderna”.

No cenário atual, convivem duas correntes de teóricos que se dividem entre os que consideram haver uma crise da democracia e os que não concordam com essa proposição. Nesse sentido, defende-se nesta pesquisa que as condições da participação política da esfera civil, considerada um dos valores fundamentais para a ideia de democracia, apresentam dificuldades. Para o professor Almeida Marques (2008), não se trata, necessariamente, de uma crise da democracia. O que na verdade existe é um número pouco expressivo da participação civil.

Bernard Manin (*apud* ALMEIDA MARQUES, 2008) sugere que, no arranjo das democracias modernas, não foi previsto um espaço para a participação direta dos cidadãos, com exceção dos períodos eleitorais. Manin ressalta, inclusive, que esse papel limitado do povo em assembleia é a principal característica que diferencia a democracia moderna do modelo clássico. Wilson Gomes (2007) sugere que a democracia moderna se converteu em uma democracia eleitoral, na qual a participação do cidadão se limita apenas à escolha de representantes. Segundo o autor, essa é a forma mais empobrecida que pode tomar uma democracia liberal. Ele também compreende que não há mais condições de pensar a democracia sob os moldes do modelo clássico. Então, a única alternativa condizente com a nova realidade seria reivindicar um número maior de canais e fluxos de comunicação mais intensos entre a sociedade e o Estado.

Nessa lógica, gerou-se uma enorme expectativa para que sejam aperfeiçoados os artifícios que garantem uma maior capacidade de interferência e controle no que se refere à condução dos negócios públicos. É nesse cenário que a internet aparece em inúmeras bibliografias, utilizando a interface com a democracia. Porém, não se pode apenas pensar que garantir a ampliação dos canais de comunicação iria resolver de imediato a crise da participação política. É prerrogativa deste estudo compreender os motivos da baixa participação política da esfera civil, relacionando as peculiaridades da cultura política da região, os valores, os interesses e a formação discursiva de vontades. A baixa participação democrática na verdade pode ser o resultado da insatisfação dos cidadãos com as instituições e os valores da política contemporânea. Utilizando o conceito de público fraco de Nancy Fraser (1993), percebe-se que hoje a insatisfação do modelo de democracia representativa está relacionada ao fato de que os cidadãos não possuem direito de interferência nas decisões do Estado.

Nesse contexto, muitas esperanças foram depositadas nas redes sociais tecnológicas e, mais especificamente, nos recursos interativos disponibilizados. Novas arenas dialógicas surgiram, o que permitiu um canal direto de comunicação entre a sociedade civil e o Estado. Os cidadãos que tivessem acesso à internet, domínio da técnica e habilidades discursivas poderiam estar conectados aos seus representantes eleitos, acompanhando cada passo e cobrando o cumprimento das obrigações políticas. Será que apenas o aumento dos espaços de discussão é suficiente para motivar os cidadãos à participação política? Será que a comunicação e a interação que surgem com a internet podem resolver os problemas relacionados à apatia política da população e da educação? É evidente que a internet não irá resolver os problemas e as fragilidades do sistema democrático.

Na verdade, o maior benefício conquistado pela internet foi a implementação dos canais de comunicação. Ela oferece novos lócus de discussão, novos pontos de encontro, gerando, assim, a possibilidade de diálogo entre diversos atores e abrindo caminho para o processo de educação política e para a cidadania. Assim como defende Stuart Mill (*apud* BOBBIO, 2000), é através da discussão política que o operário consegue compreender a conexão existente entre eventos distantes e o seu interesse pessoal e estabelecer relações com cidadãos diversos daqueles com os quais mantêm relações cotidianas. Entretanto, será que os *blogs* políticos também funcionam como um espaço destinado à discussão democrática? Será que os sujeitos procuram essas arenas apenas acreditando que suas questões serão ouvidas?

2.3 INTERNET E ESFERA PÚBLICA CONTEMPORÂNEA

Vários teóricos deliberacionistas⁶ questionam as alternativas para melhorar a participação democrática dos cidadãos, acontecendo uma aproximação entre deliberação pública e *new medias*. Os defensores do modelo liberal enxergaram uma possibilidade de disponibilizar aos cidadãos mais e melhores informações políticas, além de ampliar os canais de comunicações entre cidadãos e representantes.

No início da década de 1990, quando a internet surgiu, houve grande expectativa de que ela pudesse ampliar e implementar os canais de comunicação entre os cidadãos.

⁶ Benhabib (1996), Bohman (1996) e Gutmann e Thompson (1996).

Sua arquitetura comunicacional e a possibilidade de se construírem diferentes narrativas e correntes ideológicas vão colaborar para a disseminação desse pensamento. Atualmente, muito se tem discutido sobre uma transformação da ideia de esfera pública, em virtude dos recursos interativos e dialógicos propiciados a partir das redes sociais tecnológicas. Diante dessa perspectiva, ressurgem as esperanças de alargamento do espaço para a participação civil na esfera das decisões políticas. No entanto, após muitas pesquisas e inúmeras bibliografias publicadas sobre esse universo digital, constatou-se que existe muito caminho ainda para ser percorrido. Criou-se uma verdadeira querela entre os teóricos quanto às novas práticas e possibilidades para a cidadania democrática.

A *web* reflete o modelo de sociedade vigente, ou seja, nela imperam as regras de mercado, tendo mais relevância e credibilidade os conteúdos dos *sites* das grandes corporações comunicacionais. Entretanto, vem se destacando nesse cenário a produção difundida por pequenos grupos marginalizados ou indivíduos que antes não tinham voz no espaço midiático. Essa realidade leva a crer que a abertura da internet não permitiu apenas a especialistas propagarem conteúdos mas também a qualquer usuário que tenha acesso à rede. Na opinião de Dalarbre (2009), essa abertura permitiu que se propagasse uma gama de cidadanias do universo das redes. O autor defende que, a partir da possibilidade de os usuários poderem navegar, divagar, debater, compartilhar e se sociabilizar, as redes podem ser reconhecidas como parte do espaço público contemporâneo. Os professores Jean Camp e Chien (*apud* DALARBRE, 2009, p. 74) também compartilham com esse pensamento: “[...] O ciberespaço, diferentemente dos meios de caráter tradicional e os tradicionais espaços públicos no mundo físico permitem que a cidadania encontre novas formas para interagir econômica, política e socialmente”.

Porém, há de se destacar as vantagens e os impedimentos da internet para fortalecer a esfera pública. Essas contradições levaram o próprio Habermas a se posicionar quanto à esfera pública a partir da rede. Então, em 2006, durante um discurso, ele enfatizou:

O uso da internet ampliou e fragmentou, ao mesmo tempo, os contextos da comunicação. Deve-se a isso o fato de que a internet possa ter um efeito subversivo na vida intelectual dentro de regimes autoritários. Mas, concomitantemente, a vinculação cada vez menos formal e a reticulação horizontal dos canais de comunicação debilita as conquistas dos meios tradicionais. Isto enfoca a atenção de um público anônimo e disperso em assuntos e em informações específicos, permitindo que os cidadãos concentrem-se nos mesmos temas criticamente filtrados e nos fragmentos

jornalísticos em qualquer momento. O preço que pagamos pelo crescimento do igualitarismo oferecido pela internet é o acesso descentralizado a histórias não editadas. Neste meio, as contribuições dos intelectuais perdem sua capacidade para focar o discurso (HABERMAS *apud* DELARBRE, 2009, p. 79).

De fato, Habermas não apresenta uma posição otimista. Ele lamenta a falta de rigor com os conteúdos que circulam pela rede e se mostra preocupado com a qualidade do debate na esfera pública contemporânea.

Mark Poster (2001) também traz a discussão sobre a possível ligação entre a esfera pública e a internet, defendendo que na contemporaneidade é impossível associar a esfera pública a um *locus*. Assim, o autor sugere que os espaços estilizados por Habermas (2006) como locais de encontro dos indivíduos não se aplicam mais à discussão dos interesses coletivos, o que leva a entender que a discussão está acontecendo em outras arenas (POSTER *apud* SILVA, 2010, p. 51). Poster entende que a dificuldade de repensar a esfera pública nesse novo contexto comunicacional deve-se em grande parte à sua complexidade em definir o que é público ou privado. Com a internet, por exemplo, as relações deixam de se manifestar presencialmente e, ainda, ultrapassam a barreira da intimidade, o que vai contra o pensamento habermasiano.

Para Habermas, a esfera pública é um espaço homogêneo de sujeitos personificados em relações simétricas, perseguindo consenso através da crítica de argumentos e a apresentação de afirmações válidas. Esse modelo, eu afirmo, é sistematicamente negado nas arenas da política eletrônica. Nós aconselhamos então que o conceito de esfera pública de Habermas seja abandonado, que classifica a internet como um domínio público, seja abandonado (POSTER *apud* SILVA, 2010, p. 25).

A conclusão do autor é que pensar uma comunidade democrática participando de discussões presencialmente não corrobora mais com as condições da vida moderna. Assim, Poster (2001) acredita que as tecnologias da informação e da comunicação (TIC) trouxeram formas inéditas de interação e de debate público, inaugurando, portanto, formas inéditas de ação na esfera pública, que, enquanto conceito, passam a necessitar de novas proposições e definições que contemplem o contexto sócio-histórico da sociedade contemporânea.

Em 2006, surge nos Estados Unidos o livro *The Wealth of Networks*, traduzido em português para a *Riqueza das Redes*, de Yochai Benkler, que discute como a produção social transforma os mercados e a liberdade. O autor americano, em meio a essas novas práticas sociais, propõe outra definição de esfera pública, baseada na

observação empírica de fenômenos sociais que emergem na contemporaneidade. Benkler (2006) defende o potencial democrático da internet e a possibilidade de resgate e expansão do espaço público. Segundo o autor, a esfera pública é caracterizada como um “quadro de práticas que os membros de uma sociedade usam para comunicar questões que eles entendem ser de interesse público e que potencialmente requer uma ação ou reconhecimento coletivos” (BENKLER, 2006, p. 177).

A definição de esfera pública que Benkler defende trata de um conjunto de práticas informais e não reguladas usadas pelas pessoas na sociedade para debater questões de interesse público, mas que precisam de ações do coletivo para serem resolvidas. As reflexões apresentadas pelo autor estão centradas nas questões que envolvem transparência, acesso a informações primárias e possibilidades de participação política da sociedade civil na rede. Isso nos leva a compreender que a esfera pública contemporânea difere em muitos sentidos da esfera pública da mídia de massa, mas caminha na mesma linha de argumentação de Nancy Fraser (1993), quando reconhece a pluralidade de atores e a diversidade de arenas discursivas. Portanto, a esfera pública interconectada abre espaço para a participação ativa de mais pessoas nos processos comunicacionais, em virtude da diversidade de plataformas alternativas de comunicação, o que contribui para que os indivíduos se tornem menos suscetíveis à manipulação.

Nós não precisamos mais aceitar nossa percepção do mundo como mera observação privada, mas como assunto potencial da comunicação pública. Essa mudança afeta o poder relativo da mídia. Afeta a estrutura de absorção de observações e pontos de vista. Afeta a apresentação de questões e de observações no discurso. Afeta o jeito que as questões são filtradas, para quem e por quem. Finalmente, afeta as maneiras como as posições são cristalizadas e sintetizadas, algumas vezes, com essas sendo ampliadas ao ponto da mídia de massa passar a considerá-las e convertê-las em posições políticas; mas ocasionalmente, por meio da organização direta da opinião e da ação, ao ponto delas alcançarem uma relevância capaz de dirigir o processo político diretamente (BENKLER, 2006, p. 213).

O autor percebe a internet como um terreno privilegiado ao florescimento da esfera pública, devido à sua arquitetura flexível e descentralizada. Benkler (2006) associa a esse conceito de esfera pública a constatação de que a economia contemporânea se altera de uma perspectiva industrial para uma realidade informacional. Dessa forma, ele acredita que a diferença fundamental entre economia informacional das redes e o *mass media* está na arquitetura distribuída com conexões multidirecionais e nos custos para se tornar um emissor. Na lógica do autor, essas

características alteram a capacidade de os indivíduos, sozinhos ou em coletivos, tornarem-se ativos participantes da esfera pública. Segundo Benkler (2006, p. 219),

A esfera pública interconectada não é feita de ferramentas, mas das práticas de produção social que essas ferramentas possibilitam. O efeito primário da Internet na esfera pública em sociedades liberais recai na produção informacional de atores de fora do mercado: o trabalho de indivíduos sozinhos e em cooperação com outros, ou de associações formais como ONGs, bem como o retorno do seu efeito sobre a mídia tradicional.

Nessa perspectiva, ele acredita que a arquitetura distribuída da rede acaba deslocando os centros de poder, de forma que quem mais ganha com a concepção de uma esfera pública baseada nesses novos meios de comunicação são os atores da periferia. Desse modo, resgata-se a ideia defendida por Fraser (1993), quando ela coloca a importância de fazer circular discursos de oposição de grupos discriminados e excluídos da esfera pública oficial. Essa descentralização pode favorecer o reconhecimento dos públicos subalternos contestatórios (*Subaltern counterpublics*).

Benkler (2006) cita dois exemplos de como a rede pode ser utilizada para atuar como uma esfera pública política. O primeiro é o caso do boicote às empresas de comunicação Sinclair, que ocorreu no ano de 2004, durante as eleições presidenciais dos Estados Unidos. A Sinclair preparou um documentário sobre a participação de John Kerry na Guerra do Vietnã, com o objetivo de atacar a imagem do candidato e beneficiar seu opositor, George W. Bush. Antes de o documentário ser veiculado, as informações vazaram na rede, o que gerou uma ação reativa das pessoas. A articulação feita, através da rede, foi tão grande e tão rápida que conseguiu impedir a exibição do documentário. Dessa forma, Benkler (2006, p. 225) sugere que

os novos meios de comunicação, baseados na rede, podem exercer uma força contrária significativa. Eles oferecem uma base de absorção completamente nova e muito mais aberta para ideias e comentários. A velocidade com quem indivíduos foram capazes de publicar sites para ocupar uma posição, coletar e tornar disponíveis informações relevantes para um assunto específico de interesse público, e prover uma plataforma para outros compartilharem suas visões sobre a estratégia política apropriada e suas táticas foram completamente diferentes de qualquer coisa factível dentro da estrutura econômica e organizacional da mídia de massa. [...] É difícil julgar a influência que aquelas poucas reportagens da mídia tradicional tiveram na decisão do analista de creditar o sucesso da ação. Apesar disso, o fato dos meios de comunicação terem exercido um papel no ganho de relevância do boicote não tira importância do papel básico exercido por esses novos mecanismos, de trazer informação e experimentar conduzir em uma conversa pública abrangente, combinados com um mecanismo de organizar uma ação política em diferentes locações e contextos sociais.

No segundo exemplo, Benkler utiliza o caso do sistema eleitoral eletrônico da *Diebold*. O blogueiro e ativista Bev Harris, que pesquisava urnas eletrônicas, denunciou a existência de um *site* com as codificações das urnas da *Diebold*. O ativista abriu espaço no seu *blog* para que especialistas e pessoas comuns colaborassem. Assim, Harris conseguiu descobrir as falhas dos sistemas, que poderiam ter sido utilizados para fraudar as eleições de 2002 para o Senado na Geórgia. Para Benkler, esse exemplo gerou uma ação investigativa: a capacidade criativa da rede, um modelo *peer-production of investigation* que conseguiu levantar provas, analisar, reportar às pessoas, agregar novos investigadores e novas análises, tudo isso de modo distribuído entre atores que não se conheciam pessoalmente. Todo esse processo resultou na mudança de regras para as eleições norte-americanas em diversos estados e as urnas acabaram perdendo seus certificados no estado da Califórnia.

É possível identificar, nos casos apresentados por Benkler, que ele suscita em suas ideias a transparência, o acesso às informações primárias e as possibilidades de participação política na rede. A esfera pública interconectada se distancia da esfera pública habermasiana, aproximando-se das ideias defendidas por Fraser (1993) ao aceitar essa pluralidade de atores e, ainda, a diversidade de plataformas comunicacionais.

O número crescente de *blogs* constitui um dos fenômenos mais marcantes nesse processo, envolvendo participação e engajamento civil. Inicialmente, muitos achavam que se tratava apenas de uma moda passageira, mas a sua expansão acabou provando que esse dispositivo veio a se consolidar como uma importante ferramenta por dar voz a um número maior de atores. São vários os exemplos atuais envolvendo participação cidadã e uso da tecnologia. Em 2009, por exemplo, a internet teve grande destaque mundial, a partir da utilização de seus recursos comunicacionais pelos iranianos. Com as denúncias de fraude eleitoral no país e a forte onda de manifestações e protestos que tomou conta do Teerã, a população mundial só teve acesso às notícias porque os iranianos driblaram a censura e utilizaram os *blogs* como recurso para propagar informações e até para coordenar manifestações. Segundo o professor Charles Harb (BBC, 2009⁷), da Universidade Americana de Beirute, especialista em mídia social, “Em uma região onde governos seguidamente tentam monitorar a mídia e o fluxo de informação, a Internet se transformou em um canal incontrolável de propagação de

⁷ Entrevista disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/06/090616_iranianosinternetts.shtml>.

ideias”. Recentemente, em 2011, a insatisfação do povo egípcio contra o regime ditatorial levou o país a uma grande revolução, que culminou na renúncia do então presidente Hosni Mubarak. Nesse exemplo específico, o uso da internet foi decisivo para o processo de revolução. A insatisfação dos jovens egípcios começou a ganhar força na internet, ou melhor, no Facebook, em que passaram a compartilhar suas angústias e críticas contra os aumentos excessivos dos preços de alimento, além de outras medidas autoritárias adotadas pelo governo. A partir da rede, eles se planejaram, traçaram cenários, discutiram mapas e caminhos pelas ruas, debateram abordagens e exigências. Sem a necessidade de líderes políticos ou de apoio de partidos, o mundo assistiu uma revolução coordenada pela própria população. Toda essas manifestações que ocorreram no Oriente Médio e no norte da África desde dezembro de 2010 receberam o nome de Primavera Árabe, um movimento que atingiu vários países, como Tunísia, Egito, Síria e Líbia, e foi sustentado pela utilização das mídias sociais para organizar, comunicar e sensibilizar a população.

No entanto, é importante lembrar o pensamento do professor Almeida Marques (2004) quando enfatiza que, apesar de muitos benefícios e vantagens trazidos pela internet para a participação política, eles ainda são promessas que não se realizaram por completo. Isso porque, mesmo que alguns empecilhos técnicos já tenham sido eliminados, existem também muitas barreiras que precisam ser transpostas, como o problema de acesso e a falta de condições e investimentos por parte das instituições do estado para implementar iniciativas que visem aperfeiçoar as práticas democráticas e o envolvimento político.

É evidente que não se pode desprezar totalmente as oportunidades que estão sendo propiciadas pela tecnologia. De fato, a internet facilita a operacionalização de formas distintas de participação nos mais variados âmbitos. Os próprios exemplos já citados comprovam que atores coletivos da sociedade civil têm utilizado os recursos da rede para gerar conhecimento técnico, memória ativa, fiscalização na prestação de contas e ações de solidariedade. No entanto, há várias questões que precisam ser investigadas para que se possam obter respostas concretas sobre esse universo comunicacional. Nesse contexto, entende-se a necessidade de observar e investigar as práticas discursivas em espaços públicos virtuais. Como é impossível explorar as diversas plataformas dialógicas existentes na internet, o olhar será direcionado para as arenas discursivas de *blogs* políticos regionais.

O recorte dessa análise exige a escolha de um caminho teórico e metodológico para que seja possível chegar aos resultados a que se propõe. Ao procurar compreender as mudanças nas práticas discursivas nos espaços públicos virtuais, foi preciso também investigar as interações sociais. A prática discursiva é totalmente dependente da interação entre os sujeitos. Não podemos desassociá-los, ou seja, só há comunicação se houver interação. Do mesmo modo, só podemos pensar a esfera pública se associarmos as interações entre os diversos atores sociais. Portanto, as hipóteses e indagações que sustentam este trabalho somente serão esclarecidas se houver os elementos necessários a essa discussão. Isso nos leva à construção de um arcabouço teórico que contemple todas essas questões referentes às relações sociais, aos vínculos que se formam e às trocas discursivas.

2.4 SOCIABILIDADE

O caminho teórico e empírico adotado nesta pesquisa procura observar essa nova concepção de esfera pública, que se constitui a partir da internet e, mais especificamente, dos *blogs* políticos. Um dos requisitos necessários à existência dessa esfera dialógica é a palavra, a comunicação. Isso implica diretamente as interações, as trocas de conhecimento imaterial entre os sujeitos enunciadoreis.

Sob esse viés, é fundamental buscar o pensamento e a teoria da sociedade de Georg Simmel (1983). O autor não utiliza o conceito de sociologia como uma ciência global, pois acredita que nem tudo que acontece na sociedade merece o nome de social. Seguindo esse raciocínio, Simmel defende que a sociologia deve ter por objeto a multiplicidade de interações, numa vida de aproximação e separação, de consenso e conflito. Portanto, ele acredita que o objeto da sociologia são esses processos sociais, já que é apenas através das interações de uns-com-os-outros, contra-os-outros e pelos-outros que se constitui a sociedade como realidade inter-humana. Assim, a sociedade somente é possível pela existência de formas de sociação. A sociação só começa a existir quando os indivíduos adotam formas de cooperação e de colaboração, acabando por cair sob o conceito geral da interação.

Simmel (1983) trabalha com duas proposições para descrever a sua sociologia formal: a primeira é que em toda sociedade é possível fazer a distinção entre forma e conteúdo e a segunda revela que a própria sociedade se refere à interação entre seus

membros, a qual é originada a partir de certos impulsos ou propósitos. Dessa forma, os instintos eróticos, os interesses objetivos e os impulsos religiosos fazem com que os homens vivam com outros homens, ajam por eles e com eles, influenciando-se mutuamente. São essas interações que promovem a aproximação entre os indivíduos que possuem determinados instintos e interesses, ajudando a formar uma unidade, ou melhor, uma sociedade. O autor define como conteúdo e matéria de sociação tudo que existe nos indivíduos e nos lugares concretos de sua realidade histórica. As matérias que preenchem a vida, com as motivações que a impulsionam, não são consideradas sociais. Segundo Simmel (2006, p. 60),

A fome, o amor, o trabalho, a religiosidade, a técnica, as funções ou resultados da inteligência não são, em seu sentido imediato, por si sós, sociais. São fatores de sociação apenas quando transformam a mera agregação isolada dos indivíduos em determinadas formas de estar com o outro e de ser para o outro que pertencem ao conceito geral de interação.

Nesse sentido, a sociação é a forma como os indivíduos, em virtude de seus interesses e motivações, acabam se aproximando para desenvolver-se conjuntamente em direção a uma unidade. Esses interesses podem ser temporários ou duradouros, conscientes ou inconscientes, sensoriais, ideais e constituem a base da sociedade. A partir das condições e das necessidades práticas, os indivíduos trabalham sua inteligência, vontade, criatividade e relações afetivas sobre os materiais da vida, elaborando-os, assim, de acordo com os usos específicos de cada um. Portanto, esses materiais ganham determinadas formas, tornam-se autônomos e ganham vida própria, independente dos propósitos originários.

Simmel destaca a autonomização dos conteúdos. A matéria determinava as formas e, a partir das exigências da vida societária, as formas passaram a ser determinadas pela matéria. Sob essa lógica, Simmel acredita que os fenômenos que ocorrem na categoria de jogo parecem funcionar da mesma maneira. Considerando essa distinção entre forma e conteúdo, o conteúdo da sociedade vem a ser o estar com o outro motivado pelos impulsos e propósitos individuais ou materiais. As formas ganham vida própria e são liberadas de todos os laços com os conteúdos. Essa desvinculação vai caracterizar o fenômeno da sociabilidade. O sociólogo compreende a sociabilidade como uma forma autônoma ou lúdica de sociação.

Interesses concretos e necessidades específicas são fatores que levam os homens a se unirem em associações e irmandades. Mas além dos conteúdos, todas essas

possíveis sociações também são permeadas por sentimentos entre seus membros, de estarem sociados, e pela satisfação do momento. As verdadeiras motivações da sociação não têm importância para a sociabilidade. As condições e os resultados que importam para a sociabilidade são as pessoas que se encontram numa reunião social. Os aspectos que são levados em conta dizem respeito à amabilidade, à cordialidade e ao refinamento. Sob esse prisma, nenhum outro interesse individual ou egoísta deve prevalecer. Os atributos objetivos dos participantes são proibidos. Riqueza, posição social, cultura e fama não podem representar qualquer papel na sociabilidade. Assim, na interação de sociabilidade, os participantes entram apenas munidos de sua humanidade, renunciando a suas qualidades, qualificações e personalidade.

A discricção é a primeira condição da sociabilidade e sua violação provoca a degeneração da sociabilidade. Portanto, se um participante interage visando apenas interesses objetivos, os limites da sociabilidade são transpostos. A sociabilidade exige um tipo claro e atraente de interação, que supõe que todos os participantes são iguais. Para Simmel (2006), é um jogo de faz de conta, em que há a ilusão de que todos são iguais. Na sociabilidade, está compreendido tudo o que pode funcionar com base na sociologia do jogo, é um jogo da sociedade.

Maia (2002) também compreende a sociabilidade como forma espontânea de interação, livre de qualquer interdependência entre os indivíduos.

Sociabilidade é a forma de interação social que não possui um fim definitivo, nem conteúdo e nem resultado fora dela mesma. Os indivíduos, por sua vez, são atores socializados, assimetricamente inseridos nas estruturas sociais. [...] Como um jogo social, a sociedade pode tomar muitas formas, desde as mais universais, presentes no instrumento mais abrangente da vida comum da humanidade – a conversação – até as mais específicas, tal como o jogo da sedução (MAIA, 2002, p. 5).

O processo de sociabilidade define “espaços”, lugares sociais. O espaço estimula a sociabilidade: salões, cafés, praças, tabernas, vida familiar, igrejas, associações, lojas maçônicas, agrupamentos políticos, teatro. Nesse contexto, novos espaços surgem para dar vazão à necessidade de estar com outro e para o outro. O computador passa a ser o dispositivo requerido para suprir o caráter dialógico das novas formas de comunicar. Por meio dos diversos produtos apresentados na rede, como, por exemplo, vídeo, texto e *chat*, o indivíduo passa a estabelecer relações sociais com diversas pessoas que mantêm as mesmas motivações e interesses comuns. Dessa forma, recupera-se a sociabilidade, na medida em que as atribuições do dia a dia não permitem que as pessoas se encontrem

nos espaços de sociabilidade tradicionais. Tal sociabilidade é, então, realizada no ciberespaço; a vivência em comunidade realiza-se num outro espaço que não o físico, mas que amplia e alarga as relações sociais: o virtual acaba por complementar o espaço real (NORA, 1997, p. 81).

Rodrigues (1994) sugere que a mediação dos novos dispositivos tecnológicos está substituindo as relações imediatas de vizinhança. Porém, enfatiza que a ligação às redes telemáticas não implica a perda de sociabilidade, visto que

as relações face a face, que definiam a vizinhança, de que se alimentava tradicionalmente a sociabilidade imediata, fundamentada na pertença a uma comunidade de enraizamento, uma nova forma de sociabilidade pode estar a substituir-se, uma forma aparentemente dependente, não da pertença a uma mesma comunidade de vida, mas de escolhas individuais aleatórias, ao sabor dos interesses e disposições do momento [...] (RODRIGUES, 1994, p. 196).

Diante das questões defendidas por Simmel (2006), surgem algumas interrogações quanto às interações que ocorrem nos espaços virtuais. Quais são as motivações dos indivíduos para participarem das discussões em *blogs*? Como eles interagem? Nesse sentido, não se trata apenas de compreender as mudanças nas práticas discursivas que se estabelecem nessas novas arenas dialógicas, mas também de refletir sobre as motivações e os interesses que levam indivíduos a esse estar junto.

Nos *blogs*, é possível observar que, além dos vínculos afetivos que se formam nesses espaços discursivos, as interações tendem a politizarem-se, os interlocutores sentem a necessidade de se posicionar diante do outro, de formular argumentos e de justificar suas preferências partidárias ou mesmo os seus anseios pessoais. Desse modo, a conversação surge como importante forma de interação. Os sujeitos encontram na rede não somente a possibilidade de pertencer a algum grupo, mas também de expressar suas demandas, compreender suas necessidades e negociar com outros sujeitos, de forma a ampliar seu entendimento de mundo.

2.5 CONVERSAÇÃO DO COTIDIANO

Na lógica de Simmel (1983), a sociabilidade é resultante das qualidades integrantes das interações sociais e gestora das formas de estruturação, em razão de viabilizar a fluidez da existência desses elos sociais. Por exemplo, a conversação é

indicada como uma dessas referências na explicação desse fenômeno. Assim, a conversa permite a partilha de conhecimentos e a possibilidade de entendimento entre os indivíduos, como na vida sociável, na qual a conversação se transforma em arte de conversar, com um fim em si mesmo e com suas próprias regras artísticas. Simmel (2006) assinala aqui o duplo sentido, na língua alemã, da expressão entreter-se (*sich unterhalten*), que significa simultaneamente “conversar”, “entretê-lo” ou “distrair-se”. Para a sociabilidade, o falar se torna legitimamente um fim em si mesmo. Portanto, a conversa apresenta uma forma de bilateralidade mais pura e sublime entre todos os fenômenos sociológicos, ela passa a se constituir o preenchimento de uma relação que nada quer ser além de uma relação, na qual também aquilo que de resto é apenas forma de interação torna-se seu conteúdo mais significativo (SIMMEL, 2006, p. 76).

Simmel (2006) considera que a conversação é o instrumento mais extenso da vida humana. O autor a compreende como uma forma pura de sociabilidade. O conteúdo funciona como elemento indispensável para estimular a interação. Isso não significa que ele seja irrelevante, já que o conteúdo precisa ser motivador. Assim que a discussão ganhe um tom administrativo, com objetivos concretos, ela deixa de ser sociável, tendo como foco a confirmação de verdades. Já na conversação, o fato de algo dito ser aceito não é um fim em si, mas uma forma de manter a vivacidade da relação, o entendimento mútuo e o sentimento de grupo (PRIMO, 2006).

Na conversa social, cria-se um compromisso interativo da fala, em que se estabelece um jogo riquíssimo, de apoio mútuo, que a todo o momento indica negociações, concordâncias e contradições. A esfera pública apresentada por Habermas chama a atenção para o caráter de fala ou diálogo como requisito básico da democracia. O filósofo descreve que a esfera pública surge como parte de cada conversação das assembleias individuais privadas, formando um corpo público (HABERMAS, 2003).

O sociólogo francês Gabriel Tarde entende a conversação como todo diálogo sem utilidade direta e imediata, em que se fala, sobretudo, por falar, por prazer, por distração, por polidez (TARDE, 2005, p. 76). Nos estudos da comunicação, James Carey também coloca a conversação no centro da vida pública. Para o autor, o público é um grupo de estranhos que se reúne para discutir o novo (CAREY *apud* SCHUDSON, 2001). Fazendo uma relação desse pensamento com o universo dos *blogs*, observa-se que pessoas desconhecidas acabam se reunindo em espaços públicos virtuais por compactuarem com os mesmos interesses e ali se estabelece uma troca de ideias, de opiniões e de argumentos.

A explosão das redes sociais tecnológicas levou a um aumento dos espaços de informação e discussão, ocasionando uma ampliação do espaço público, que se apresenta de forma fragmentada, sendo um reflexo da segmentação das mensagens comunicativas. Essa segmentação permitiu a proximidade dos cidadãos aos temas com os quais se identificam e abriu espaço para a conversação informal. Efimova e Moor (2005) acreditam que os *blogs* têm facilitado a conversação na internet. Para esses autores, a conversação em *blogs* acontece quando um *post* motiva o *feedback* de outros internautas. Marlow (2004) defende que os *blogs* motivam uma nova forma de interação social. Os sujeitos passam a se conhecer na informalidade, a partir das leituras, escritas e referência em seus *blogs* (PRIMO; SMANIOTTO, 2006).

As características estruturais dos *blogs* permitem uma série de recursos para promover a conversação, como comentários, *permalink*⁸, *trackback*⁹ e *blogroll*¹⁰. A ferramenta dos comentários é um dos recursos mais utilizados e também mais importantes para o desenvolvimento de conversação. Exatamente por esse motivo, essa análise optou por trabalhar com essa ferramenta. No *blog*, abaixo de cada *post* do blogueiro, é exibido um *link* que dá acesso à janela de comentários. Eles aparecem em ordem cronológica, com data e hora da publicação. Assim, o debate e as trocas discursivas acontecem como um fórum de discussão.

A conversação se desenvolve geralmente a partir de um *post* inicial do blogueiro, o que leva a uma ação reativa dos leitores/comentaristas. Os comentários vão surgindo e a conversa toma diversos caminhos, distanciando-se do *post* original. Uma determinada conversação pode ganhar uma enorme repercussão, que se espalha na rede, ampliando-se em outros *blogs*. Os autores Primo e Smaniotto (2006) destacam o caráter viral da conversação mediada por *blogs*.

Nos *blogs*, os cidadãos têm a possibilidade de construir e de se apropriar de contextos comunicativos que sustentam conversações diárias a respeito de seus desejos e necessidades, desenvolvendo não apenas os laços afetivos de pertencimento, mas também as capacidades de argumentação, reflexão e domínio cognitivo dos diferentes tipos de informação aos quais são expostos (MARQUES, 2009). Nesse sentido, a conversação cotidiana informal passa a ser compreendida não só com ações que

⁸ *Permalink*: é utilizado quando o blogueiro quer fazer referência a um *post* de outro *blog*.

⁹ *Trackback*: serve como um rastro, um aviso de que um *blog* de terceiro está comentando aquele *post* e oferece um *link* direto para que o leitor tenha acesso ao *post* original.

¹⁰ *Blogroll*: consiste em listas de *links* para outros *sites*.

motivam o estar junto com os outros, mas que também ajudam a construir elementos que permitem alterar e compreender melhor a realidade.

Desse modo, infere-se que a conversação diária fornece subsídios às pessoas para que, por meio de trocas argumentativas, elas consigam ter um melhor entendimento acerca dos assuntos que envolvem o interesse público. De acordo com Kim e Kim (2008 *apud* MARQUES, 2009), a conversação informal do cotidiano favorece oportunidades de refletir sobre nossas próprias ideias, reduzindo as inconsistências cognitivas, além de aumentar a qualidade das opiniões e dos argumentos individuais. Ao apresentar uma enorme diversidade de ideias, opiniões, testemunhos e histórias por meio das trocas discursivas, acaba facilitando a descoberta de novas informações, melhorando a compreensão sobre determinada questão, o que contribui para aprimorar a qualidade de opiniões sustentadas pelos indivíduos. Com a emergência da blogosfera, houve uma grande expansão dos espaços públicos. Surgiram novas arenas discursivas, lócus de encontro entre diversos cidadãos. Nesses espaços, a conversação flui e os laços afetivos vão se fortalecendo. É nesse contexto que se formam as grandes comunidades virtuais.

3 OS *BLOGS* E O ESPAÇO PÚBLICO VIRTUAL

3.1 A BLOGOSFERA

A blogosfera representa hoje um espaço social que implica diretamente o surgimento de uma nova cultura comunicacional, mais participativa e colaborativa. Ela favorece a constituição de uma enorme rede de interação entre leitores, *blogs* e blogueiros. Com isso, leva à formação de uma grande “comunidade”, que passa a interagir por meio de textos, imagens e hipertextos.

A expressão blogosfera foi utilizada pela primeira vez em 10 de setembro de 1999, por Brad L. Graham. Porém, apenas em 2002, passou a ser adotada por William Quick, sendo rapidamente propagada pela comunidade de *blogs*. O termo apresenta uma similaridade com a palavra mais antiga: “logosfera”. “Logo” significa muitas coisas, principalmente “palavra”, e “esfera” pode ser interpretada como “mundo”, resultando em “o mundo das palavras”, o universo do discurso.

Nesse universo do discurso que se expande através das redes sociais tecnológicas, surgem também outras normas, práticas culturais e regras específicas, capazes de promover uma rede de sociabilidade horizontal, em que surgem novos limites que não mais dizem respeito à separação rígida entre o público e o privado.

Os *blogs* costumam disponibilizar uma lista de *links* que levam o leitor a navegar para diversos caminhos, proporcionando a construção de um grande espaço de compartilhamento e discussão. Os *links* possuem um recurso, que é o *permalink*. Com ele, é possível se fazer um *link* para outro *blog*. Eles podem criar uma conexão direta entre *blogs*, que passam a interagir através dos *links* de cada postagem. A interação entre *blogs* e blogueiros é impulsionada por outro tipo de ferramenta, que são os *trackbacks*. A principal função é permitir que o autor saiba quando seu *blog* recebe um *link*. Assim, ele pode responder com um *link* postado, criar um novo *link* para o *blog* que o citou e ainda apenas visitar o *blog* para deixar comentários. É a partir desses caminhos que se conectam que se forma essa rede denominada blogosfera.

A blogosfera pode ser pensada como um serviço peer-to-peer equivalente à Usenet e boletins de notícias, os bate-papos informais do princípio da internet. Não apenas podem as pessoas se inscrever em cada um dos outros sites, e facilmente acessar aos comentários individuais na página, mas

também, via um mecanismo conhecido como *trackbacks*, elas podem ver quando alguém cria links para suas páginas, e podem responder, quer com ligações recíprocas, quer adicionando comentários. (O'REILLY *apud* CONSONI, 2010, p. 45).

Os mecanismos de *links*, *permalinks*, *trackbacks* e os próprios comentários permitem que aconteçam as conexões e as interações entre blogueiros e leitores. Existem também outras três formas de interação nesses espaços, que são: os *blogroll links*, os *citation link* e os *comment links*.

O *blogroll* é um dispositivo localizado no menu lateral das postagens. Funciona como uma lista de indicação ou sugestão do blogueiro sobre outros *blogs*. As citações nos *blogs* são os *links* que um autor disponibiliza junto às postagens. Ao fazer essa citação de um referido texto presente em outro *blog*, o autor faz uma ligação direta para outro espaço. Existe uma ética de cooperação na blogosfera, em que os *links* contribuem não apenas para garantir a autoridade de uma informação, como também asseguram a visibilidade desses *blogs* na rede. O ato ou ação de linkar ajuda a formar comunidades virtuais, e assim um *blog*, até então desconhecido, acaba ganhando ramificações, que os ligam entre vários outros espaços públicos e os levam a fazer parte de um grande grupo ou comunidade virtual. As relações se constroem e se mantêm por vínculos de reciprocidade, pela troca diária de visitas, comentários e *links*. É no âmbito da blogosfera que os sujeitos vão construindo relações uns com outros, criando uma rede de interação e um grande espaço público de discussão. Hiler (2002) acredita que a blogosfera, mesmo sem ser perfeita, é o mais robusto e diversificado “ecossistema midiático” da atualidade. É a partir dessas ligações e conexões que surgem as grandes mobilizações na internet. Uma simples denúncia de corrupção, violência ou abuso político ganha repercussão mundial em apenas segundos. Foi todo esse potencial de mobilização e interação proporcionadas pelos recursos tecnológicos que direcionaram o foco deste estudo para o universo dos *blogs*.

3.2 SOBRE OS *BLOGS*

O termo *weblog* foi cunhado pela primeira vez em 1997, pelo norte-americano Jorn Barger, que criou o nome para descrever o processo de registro na internet (BLOOD, 2000). Assim que surgiram, os *weblogs* não se diferenciavam muito de um

site comum na *web*. No início de 1999, Peter Merholz decidiu mudar a pronúncia do termo *weblog* para “we blog” (nós blogamos), criando ao mesmo tempo a palavra (*blog*), o verbo (blogar) e o sujeito (blogueiro). O formato mais tradicional se estruturaria agora em conteúdos breves (a arte de produzir *posts* curtos); atualizado continuamente, uma ou até várias vezes ao dia; apresentado numa ordem cronológica inversa (no topo do *site*, nota mais recente, com dia, data e hora); e com a presença de muita hipertextualidade (CONSONI *apud* MALINI, 2008, p. 48).

No mesmo ano, a *Pitas*¹¹ lançou o primeiro serviço dinâmico para a construção de *blogs*, e, em seguida, a *Pyra*¹² lançou o *Blogger*. Esses sistemas proporcionaram uma maior facilidade na publicação e manutenção dos *sites*, que não mais exigiam conhecimentos técnicos e, por isso, passaram a ser rapidamente adotados e apropriados para os mais diversos usos.

Diante das facilidades técnicas de uso, muitas pessoas adotaram a ferramenta para compartilhar suas experiências diárias, passando a utilizar os *blogs* como um diário pessoal. Devido a essas primeiras apropriações, a popularização dos *blogs* ocorreu com os diários pessoais (LEMOS, 2003; ROCHA, 2003). A ideia inicial é que eles seriam utilizados como espaços de expressão pessoal, publicação de relatos, experiências e pensamentos do autor. Ainda hoje, a caracterização do *blog* como diário pessoal é apontada por muitos autores como o mais popular uso da ferramenta. Porém, as definições evoluíram devido às diversas apropriações dadas ao longo do tempo. Surgem diversos gêneros, estilos e objetivos na blogosfera. Com isso, definir o que vem a ser um *blog* tornou-se algo complexo e polêmico. Por isso, esta dissertação procurou apresentar as definições e os conceitos que estão sendo adotados na atualidade.

Amaral, Recuero e Montardo (2009) apresentam três definições para *blog*: estrutural, que compreende os *blogs* como uma ferramenta de publicação; funcional, que entende os *blogs* como meio de comunicação; e artefato cultural, sendo o *blog* um espaço de manifestação cultural.

A definição caracterizada como estrutural baseia-se na estrutura da publicação resultante do uso dos *blogs*. Ela caracteriza um *blog* segundo a disposição do texto em ordem cronológica reversa, a data no topo de cada postagem, frequência de publicações etc. Essa definição leva em consideração dois aspectos relevantes, que são: a frequência de publicação e os elementos que compõem os *blogs*. Hoje se leva mais em conta o

¹¹ Disponível em: <<http://www.pitas.com>>.

¹² Disponível em :<<http://www.pyra.com>>.

aspecto funcional dos *blogs*, a partir das ferramentas que impulsionam a interação. Porém, essas ações somente se tornam possíveis em decorrência do formato específico dos *blogs*.

O conceito funcional entende os *weblogs* a partir de sua função primária como meio de comunicação. Amaral, Recuero e Montardo (2009) defendem que as ferramentas de comentários possuem um forte caráter social e conversacional. Assim, essa definição leva em conta o aspecto relacional na sociedade. Qualquer pessoa que já tenha habilidade com a técnica pode compartilhar textos, ideias e opiniões, contribuindo para a construção de um espaço coletivo na rede. A possibilidade de interação presente nessas arenas virtuais amplia os espaços públicos de discussão, de participação e de deliberação, além de ajudar a fomentar uma cultura colaborativa e associativa entre as pessoas. Uma terceira definição conceitual sobre os *blogs* vem compreendê-los como artefatos culturais, baseando-se numa visão antropológica e etnográfica (RECUERO, 2003a).

Porém, independentemente dessas três definições, o que de fato prevalece é que os *blogs* constituem importantes suportes para a comunicação mediada por computador. Eles permitem um ambiente que propicia a conversação e a sociabilização entre os sujeitos. A própria Blood (2002) destaca essa função comunicativa dos *blogs*, compreendendo-os como espaços de sociabilidade.

O sucesso dessa ferramenta pode ser atribuído à proximidade que ela oferece entre editor e leitor, gerando assim uma enorme interatividade entre os atores envolvidos. Oliveira (2002, 2003) destaca que a partir da criação da interface *Blogger*, em 1999, houve um progressivo aumento no número de pessoas que passaram a apresentar e modelar as suas próprias identidades no ciberespaço. A facilidade oferecida pelas ferramentas de postagem de *blogs* fez com que rapidamente diversos atores sociais do mundo inteiro postassem suas vidas em forma de textos.

No contexto atual, os *blogs* vêm se configurando como espaços sociais plurais, e até democráticos, para expressão individual, interação e produção de informação. Eles permitem que as pessoas expressem opiniões, construam textos e proporcionem um “espaço pessoal protegido” (GUMBRECHT, 2004). Além disso, tornaram-se um lócus da emergência de uma importante forma de jornalismo individual, capaz de representar outra perspectiva a respeito dos assuntos noticiados.

A utilização dos *blogs* favoreceu também a quebra do monopólio da produção de conteúdos das mídias tradicionais. Portanto, criou uma mudança no fluxo tradicional de

produção e consumo de informações, levando à produção de novas configurações no âmbito da Comunicação. Nesse contexto, o produtor intelectual passa a ser dono do seu próprio meio de produção e divulgação e essa autonomia faz com que o espaço midiático seja fragmentado, inibindo concentrações e monopolizações (KUCINSKI, 2005). Como defende Lemos (2009), é possível observar a liberação do polo de emissão. Assim, um leitor pode vir a se tornar um produtor de informação e conteúdos. No entanto, nesse universo dialógico, exigem-se do participante novas habilidades discursivas, além da familiaridade com a tecnologia, para que ele possa produzir conteúdos e distribuí-los. Portanto, o novo cenário discursivo requer um refinamento de nossa cognição, instigando-nos a repensar as articulações entre cognição, cultura e tecnologia. Essa mudança potencializa práticas de comunicação – como participação, aprendizado de linguagens e interfaces e sociabilização.

Braga (2007, p. 260) considera os *blogs* como serviços de utilidade pública. Ela entende que “o sucesso de um ambiente temático na internet que oportuniza espaço para a discussão [...] parece apontar para uma demanda social reprimida preexistente, que se manifesta na recorrente definição do *blog* como serviço de utilidade pública”.

Desse modo, não há como negar que os *blogs* podem contribuir para o construto da cidadania e estimular a participação cívica. Porém, não se trata essencialmente de um espaço público, porque eles possuem um proprietário ou um grupo de proprietários que atualiza, gerencia e faz a moderação sobre o que e quem pode participar. Nesse sentido, os *blogs* se configuram como espaços híbridos, privados na sua constituição, mas com características de uma arena pública, que oferece condições para que vários atores participem, colaborem, emitam opiniões sobre os temas em discussão. É também um universo fragmentado, em que indivíduos com os mesmos interesses e afinidades se encontram para expor ideias, interagir e trocar conhecimentos imateriais.

Os recursos operacionais disponibilizados permitem modificações na forma de intervir, comunicar e participar. Frente a essas novas configurações, multiplicaram-se os espaços de informação e discussão, ocasionando uma ampliação do espaço público. A própria arquitetura favorece a criação de uma rede de interação que, além de leitores, agrega também outros *blogs*, constituindo uma grande comunidade virtual, a qual interage por meio de textos e imagens. Dessa forma, os *blogs* representam hoje um amplo espaço social que possibilita a emergência de novas vozes que se fazem ouvir no espaço público. Sejam individuais ou coletivos, sejam temáticos ou apenas diários íntimos, esses espaços estão se enraizando em diversos segmentos. No entanto, para esta

pesquisa em particular, interessa apenas aprofundar o olhar sobre os *blogs* com ênfase política.

Primo (2008) propôs uma tipificação dos *blogs* para que seja possível classificá-los em grandes grupos. Essa tipologia foi pensada a partir do conjunto de elementos que observam *blogs* quanto a seu gênero, temática, processo produtivo etc. A discussão proposta pelo autor partiu da tipologia de Krishnamurthy (2002 *apud* HERRING *et al.*, 2004), que avalia duas dimensões: pessoal X temático, individual X comunidade (FIGURA 1).

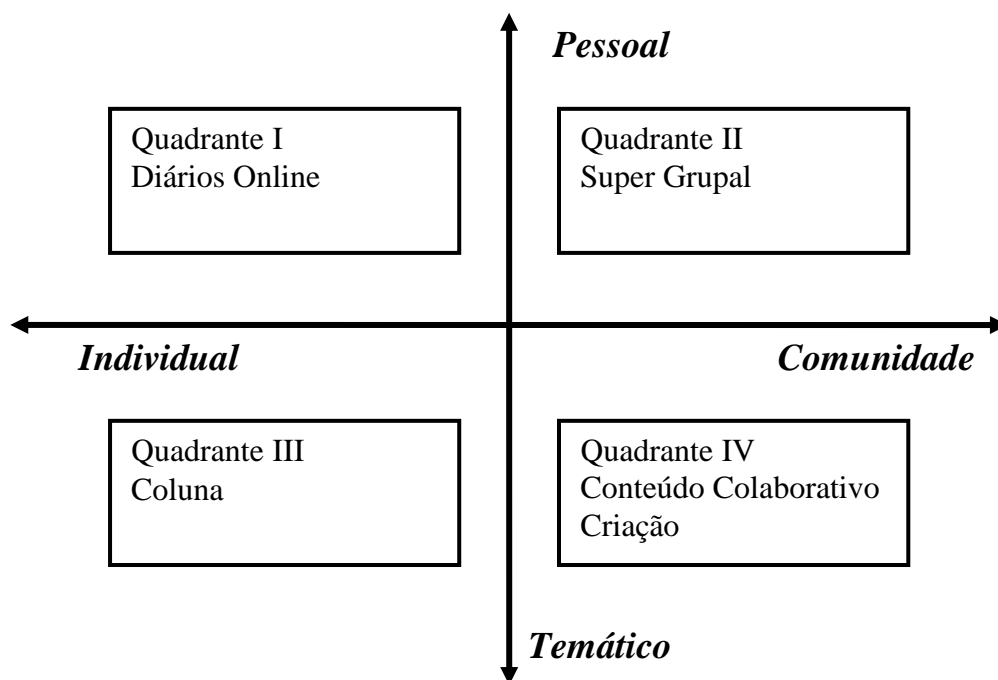


Figura 1 – Tipos de *blogs*¹³

No quadrante I, ficam os *blogs* voltados ao intrapessoal, em que o autor escreve para ele mesmo, configurando-se assuntos de seu interesse. O quadrante II também se destina às questões do pessoal, mas, nesse caso, outros assuntos que envolvem um grupo podem também fazer parte das publicações. No quadrante III, a coletividade torna-se a preocupação preponderante. Já o último quadrante está voltado para *blogs* que possuem conteúdo colaborativo. Os quadrantes III e IV tendem a receber um número maior de visitantes e de comentários (CONSONI, 2010). A tipificação proposta

¹³ Krishnamurthy (2002 *apud* HERRING *et al.*, 2004).

por Krishnamurthy não consegue absorver a diversidade de estilos e objetivos da blogosfera na contemporaneidade. Diante dessa dificuldade, Primo (2008) propõe uma nova matriz para a tipificação dos *blogs*.

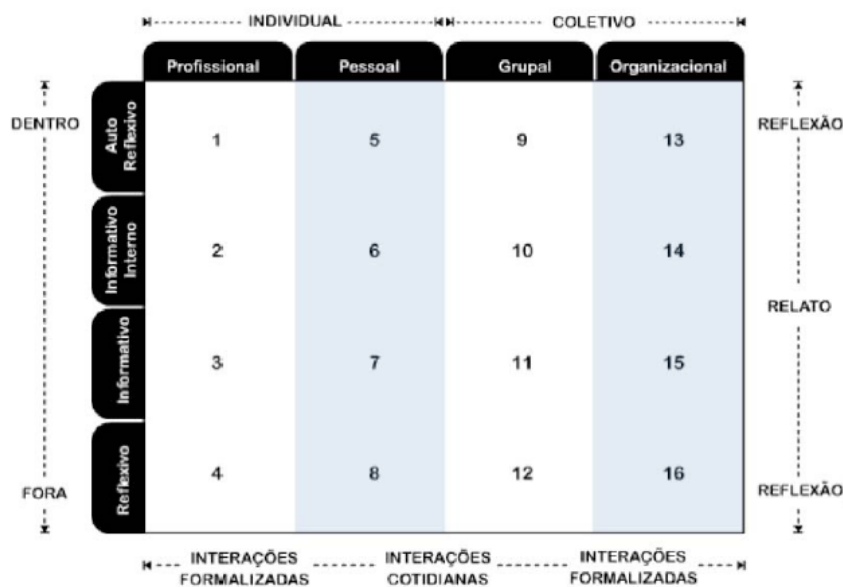


Figura 2 – Matriz para tipificação de *blogs*¹⁴

Nesse modelo, os *blogs* são divididos em dois grandes grupos: individual e coletivo. Os *blogs* individuais podem ser subdivididos em pessoais e profissionais. Um *blog* coletivo pode ser grupal ou organizacional. A criação de um *blog* pessoal é simples e depende apenas da vontade em criá-lo, não ficando condicionada à avaliação de terceiros, como em um *blog* coletivo.

No *blog* profissional, geralmente deve existir uma estratégia predeterminada ligada aos interesses do grupo ou da pessoa que o mantém. Assume-se um compromisso com a audiência, em que os leitores passam a reclamar por atualizações e a discutir as postagens. O conteúdo e a periodicidade de um *blog* profissional estão atrelados a um objetivo comercial ou até mesmo para criar uma reputação em um determinado ramo, visando ganhos futuros, como patrocinadores e anunciantes.

Na matriz proposta por Primo (2008), existe uma linha que compreende as interações formalizadas e as cotidianas. Quando ela fica mais próxima do centro da

¹⁴ Primo (2008)

tabela, está se referindo às interações cotidianas; já quando se desloca para as extremidades, surgem as formalizadas. No lado esquerdo da tabela, está a linha que compreende a reflexão e o relato. Dessa forma, se um *blog* se posicionar para o centro, ele será de relato. No lado direito da tabela, há referência a quem ele se destina. Acima da matriz, estão os *blogs* para dentro, os intrapessoais, e para baixo estão os de fora, ou seja, os interpessoais. Os aspectos mais relevantes dessa matriz são as possibilidades de interações por meio dos *blogs*. Dessa forma, percebe-se que os *blogs* que apresentam altos índices de reflexão e que tratam de assuntos de interesses coletivos, possivelmente, apresentarão altos níveis de interação social.

3.3 BLOGS DE POLÍTICA

Os *blogs* trouxeram importantes modificações no que compete à autonomia e à interação entre os campos da política e da comunicação. O início do jornalismo *on-line* representou uma profusão de possibilidades de comunicação, a partir de uma ressignificação dos meios tradicionais, dentro da perspectiva de maior liberdade editorial. Nesse cenário, observa-se uma multiplicação de agentes emissores, abrindo-se as portas para uma comunicação mais horizontal, com a possibilidade de interação e de colaboração entre autores e leitores.

É importante ressaltar que a proposta deste estudo é observar o universo comunicacional impulsionado pelos *blogs* políticos. Não existe a pretensão de abordar e discutir a estremecida relação entre o jornalismo e a atividade exercida pelos blogueiros. A escolha dos *blogs* que compõem esta análise foi baseada nos aspectos estruturais dos *blogs*, tais como frequência e atualização regular de postagens, bem como nos elementos funcionais, que impulsionam a interação entre os leitores. Por simples coincidência, os dois *blogs* selecionados são atualizados e moderados por jornalistas. No entanto, a ênfase da pesquisa recai sobre a produção dos leitores e não sobre a atividade jornalística.

Borges (2007) acredita que os principais *blogs* políticos do país se especializaram em servir como um valioso espaço para a publicação de furos jornalísticos e revelar aos leitores o cotidiano extraoficial da política, os bastidores do poder. Desse modo, nos últimos anos, os jornalistas procuraram se adaptar a esse novo modelo comunicacional, permeado de negociações e de disputa de espaço, com a

entrada de novos emissores de conteúdos políticos. Nessa perspectiva, Borges (2007, p. 6) compreende os *blogs* políticos como

[...] uma ponte capaz de conectar a informação produzida por esses atores políticos com uma elite cognitiva, da qual os jornalistas também fazem parte, detentora do acesso à informação qualificada, custosa e de acesso mais difícil. Trata-se de um grupo dotado de poder de influência, que se apresenta como habilitado para emitir opiniões sobre política e cuja importância é singular no período eleitoral, momento em que a sociedade se sente mobilizada a justificar suas escolhas políticas, procurando motivações convincentes para votar neste ou naquele candidato.

No Brasil, o uso de *blogs* políticos como instrumento de campanha política começou desde as eleições presidenciais de 2002. Porém, eles só conquistaram grande visibilidade no ano de 2005, em meio ao escândalo do mensalão, que instaurou uma enorme crise política. Diante da turbulência que assolou o país, as pessoas recorreram a fontes alternativas de informação, como *blogs* de jornalistas consagrados. Além de os *blogs* fornecerem aos cidadãos uma outra visão sobre as notícias veiculadas nos meios tradicionais, o público ainda encontrou espaço para produzir conteúdo e, assim, poder expressar sentimentos e posições sobre os assuntos que estavam em pauta (ESCOBAR, 2006). No cenário da crise, o *blog* do Noblat, por exemplo, teve uma enorme repercussão em âmbito nacional. Diante disso, esse modelo de comunicação em rede foi reproduzido em todo o país.

No ano de 2006, com as eleições presidenciais, foi registrado um forte crescimento da audiência de *blogs* políticos, que serviram como contrainformação midiática à tendência hegemônica dos principais veículos de comunicação. Nesse contexto, os *blogs* tornaram-se um lugar de discussões e tomada de posição pública, favorecendo assim o debate público e permitindo a presença de novas vozes ou novas autoridades cognitivas na construção das opiniões e atitudes políticas dos cidadãos (ALDÉ; CHAGAS, 2002).

Os observadores dos acontecimentos na rede atribuem aos *blogs* a condição de um dispositivo social ímpar porque permite e legitima o debate público plural. Segundo estatísticas recentes, o número de leitores de *blogs* cresce exponencialmente. Essa expansão ocorre porque os blogueiros usam outras ferramentas de redes sociais para atraírem mais leitores para seus *blogs*, sendo estes as únicas mídias que ajudam os usuários a serem encontrados, juntamente com seus textos, vários dias depois de

publicados no espaço virtual. Segundo pesquisa da Pew Report¹⁵ – realizada em abril de 2011 nos Estados Unidos para aferir e projetar o desempenho das mídias sociais com vistas às eleições de 2012 –, a utilização de *blogs* está crescendo entre adultos maiores de 34 anos. Os internautas de 34 a 45 anos fizeram com que os *blogs* tivessem um crescimento de 6% em relação a 2008 e 2009. Entre os de 46 a 55 anos, o crescimento foi de 5%, enquanto que entre os de mais de 65 anos houve um crescimento de 2%.

Em relação ao Brasil, uma pesquisa¹⁶ realizada pela ComScore, em fevereiro de 2011, empresa que pesquisa no universo da *web* os hábitos dos brasileiros, revela um crescimento de internautas no Brasil justamente entre os mais velhos (entre 45 e 54 anos) e que a audiência dos *blogs*, em particular, é 21 pontos maior do que a do restante do mundo (71% contra 50% da média dos outros países). É curioso também observar que entre essa faixa etária o tempo de navegação das mulheres é superior ao dos homens.

O Rio Grande do Norte/Brasil também participa da tendência ao crescimento na audiência em *blogs* e, nos últimos quatro anos, o número de *blogs* aumentou consideravelmente. Durante o período eleitoral em 2010, a ocupação do espaço virtual foi feita por leitores de todos os segmentos sociais, insaciáveis na captura de informações e motivados a justificar as suas preferências partidárias. A própria observação realizada nesta pesquisa comprova o aumento na participação de leitores, durante o período eleitoral. Nesse cenário, houve uma grande assiduidade e participação no *blog* Território Livre¹⁷ da jornalista e advogada Laurita Arruda e no *blog* da também jornalista Thaisa Galvão¹⁸.

3.4 O TERRITÓRIO LIVRE

¹⁵ Disponível em: <<http://www.pewinternet.org/>>. Acesso em: 14 abr. 2011.

¹⁶ Disponível em:

<<http://oglobo.globo.com/blogs/mercadodigital/default.asp?periodo=&palavra=comscore>>. Acesso em: 11 fev. 2011.

¹⁷ Disponível em: <<http://www.lauritaarruda.com.br/>>.

¹⁸ Disponível em: <<http://www.thaisagalvao.com.br/>>.

Com um pouco mais de três anos de existência, o *blog* Território Livre (TL) conquistou uma enorme visibilidade no estado pela sua articulação política e, principalmente, pela ênfase concedida aos leitores. O *blog* surgiu no dia 23 de maio de 2008. Laurita enfrentou várias dificuldades na carreira como jornalista, passou pelo jornal *Diário de Natal* e, por último, pela *Tribuna do Norte*.

No último emprego, acabou sendo demitida por ter publicado um comentário que ia de encontro às posições políticas do jornal. Na postagem feita no Território Livre, Laurita explica todo o episódio aos seus leitores:

EXPLICAR É PRECISO

Postado por lauritaarruda | Opinião de TL | 16-10-2009

Quase 48 horas fora do ar parecem uma eternidade.

E, paradoxalmente, no mundo virtual, o que parece, é.

Mas, se a ausência do TL da blogosfera pode ser explicada e entendida pelos ajustes necessários, a mudança de endereço gerou muitas especulações surpreendentes, contrariando a idéia de que o post de despedida [veja abaixo], publicado ainda no portal da Tribuna do Norte, seria suficiente para os leitores. Não foi. Os leitores continuam reclamando e pedindo explicações, porquê e razões. É obrigação deste TL, um espaço onde a opinião do leitor sempre é respeitada, atender a esses pedidos.

Há quem advogue que, no mundo dos fatos e versões, as segundas sempre são melhores e deve-se optar por elas.

Esta nunca foi a opção do Território Livre, desde o seu início.

E é por preferir, sempre, a verdade dos fatos, que abordo em definitivo os motivos que levaram à exclusão do blog do TNOline.

Começando por negar algumas versões, lidas e ouvidas, no mundo real e no mundo virtual, por comentaristas, leitores do blog e pelo zunzum que normalmente acompanha episódios não totalmente esclarecidos.

Não. O **Território Livre** não foi censurado, politicamente, pela Tribuna do Norte. Jamais, durante os cinco meses em que ali esteve hospedado.

Não. O **Território Livre** não foi excluído do TNOline em razão do novo jornal, a ser lançado em breve no Estado, e que tem entre os sócios o jornalista **Cassiano Arruda Câmara**, pai desta blogueira.

Refutadas as principais especulações, eis os fatos:

Há menos de um mês (dia 25-09), recebi um telefonema do diretor de redação da Tribuna do Norte, jornalista **Carlos Peixoto**, sobre um post do dia 24 de setembro. Eis, na íntegra, o post:

Henrique quer discutir relação com Ciro Gomes

Deu na Folha

Enquanto negocia o noivado com Dilma, o PMDB tenta aparar arestas com Ciro Gomes, algoz permanente do partido. O deputado Henrique Alves (RN) chamou o colega para uma conversa. “Se ele tem restrições a pessoas, não deve generalizar”, diz.

DO TL: Sem abandonar seu estilo, o presidenciável Ciro Gomes já declarou – em alto e bom tom – que não quer negócio com o PMDB. Mas o PMDB quer com ele... Como informado por **Peixoto**, o deputado **Henrique Eduardo Alves** não gostou de um comentário aprovado pelo blog. Escreveu o leitor, que assinou “**Hemetério Lins**”:

Discutir relação? seria ele um especialista no assunto? Não acredito neste seu dom. E ponto final.

Oitenta e três caracteres, incluindo os espaços. Caberia num Twitter. Hemetério tinha ou não razão? Aliás, Hemetério existe realmente? A primeira pergunta, eu não poderia responder, nem cabe ao meu papel como blogueira, que inclui dar voz às opiniões dos leitores, promovendo a interatividade imediata que caracteriza o meio. A segunda pergunta, eu posso, sim, responder. É claro que Hemetério existe. Se é o seu nome verdadeiro ou não, não posso afirmar. Nem compete a mim checar a veracidade da autoria de todo e qualquer comentário. Na verdade, compete a mim, enquanto responsável pelo blog, seja onde estiver hospedado, avaliar se o teor dos comentários são ou não são válidos, são ou não ofensivos a algum dos personagens dos posts. No caso específico, não vi nenhuma razão para rejeitar o comentário. Era um comentário válido e não ofendia o deputado Henrique Eduardo Alves. Continuo acreditando e defendendo a minha avaliação.

O episódio, no entanto, incomodou o deputado federal e diretor presidente da Empresa Jornalística Tribuna do Norte. Ao ponto de dizer a outros membros da Diretoria que não admitiria mais o TL como colaborador da TN. Os outros diretores tentaram convencer o deputado Henrique Eduardo Alves do contrário. Sem sucesso. O deputado, por fim, alegou questões pessoais.

O resultado vocês conhecem. Estes são os fatos. Nada além.

A esta blogueira foram concedidos 8 (oito) dias para deixar o TNOnline. E fazer a transição para este espaço. Por dever e senso de justiça, acrescento: com todo o apoio técnico que se fez necessário, até para que a saída não tardasse. Aproveito, agora, no meu novo espaço, para repetir a quem me apoiou, as palavras de agradecimento e respeito mútuo que disse na ocasião.

A verdade é que, mesmo não estando nos projetos, essa atual carreira solo foi encarada com o mesmo espírito de luta e trabalho diário que norteiam minha carreira de jornalista e, especialmente, de blogueira.

E, mesmo pega de surpresa, aceitei o momento como propício a mudanças. Em poucas palavras, fiz do limão uma limonada.

Com este post, aproveito também para dizer aos meus antigos leitores, e aos novos, que os dois dias fora do ar, agora devidamente explicados, ficaram para trás. Este curto período de tempo foi necessário aos ajustes à nova tecnologia: o TL utiliza agora o Word Press, ferramenta mais moderna e adequada às características própria de um blog.

E, se ficaram para trás, agora é olhar para frente.

Com a certeza de que o adjetivo que define esse blog não é mera retórica, mas a razão de ser deste Território, que pertence a todos vocês.

Esse episódio dá indícios da política adotada no estado. Existe a prática da retaliação em relação à participação de leitores quando uma opinião pessoal afeta algum interesse político. A censura e a política do faz de conta perduram até os dias atuais. Após esse acontecimento, Laurita decidiu ter seu próprio domínio e ser “livre” para defender as questões que acredita. No entanto, a blogueira destaca: “Claro que não escondo quem sou, carrego minha vida privada, minhas relações familiares e de amizade”.

A proprietária do domínio TL, jornalista Laurita Arruda, é filha do jornalista Cassiano Arruda, um profissional que esteve sempre vinculado à política do Rio Grande do Norte, assessorando diversos políticos locais. A blogueira, além de pertencer a uma família com uma longa trajetória na política regional, também passou a se relacionar

com o deputado federal Henrique Eduardo Alves (PMDB), líder do PMDB no Congresso Nacional e filho do ex-governador Aluísio Alves, tradicionalmente atuando na política em campo oposto à família Arruda Câmara no Rio Grande do Norte. Laurita, que fora demitida pelo deputado, passou a ocupar o posto de namorada do referido político.

Além desse emaranhado político, ainda existe o caso do irmão da blogueira, Arturo Arruda Câmara, que foi o coordenador de *marketing* da campanha da candidata a governo Rosalba Ciarlini do DEM/RN e atual governadora do estado. Mesmo diante de tais vínculos políticos, Laurita Arruda afirma nos princípios que abrem o seu *blog* que se trata de um espaço livre:

Livre, porque não está restrito a um tema apenas – trata de política local e nacional (com pertinência local), comportamento, vida social.
 Livre, porque seu único compromisso é com a opinião da blogueira Laurita Arruda – que, aliás, faz questão de diferenciar informação e juízo de valor.
 Livre, porque a opinião do leitor é acolhida, respeitada e repercutida, ainda que contrária à opinião do blog – e exemplos nesse sentido não faltam.

A observação realizada verificou alguns exemplos da publicação de postagens dos leitores que questionam a credibilidade e a atuação da blogueira. Ela aceita manter e dialogar com o *post*¹⁹ de comentários que vão de encontro a suas convicções pessoais e políticas:

322. Gustavo 29/set/2010

Observe cara blogueira como um deputado pode ser subserviente ao poder. Só falta Henrique fazer igual a Lindenberg Faria, candidato ao senado pelo Rio de Janeiro, que beijou a mão do presidente. Alguém no mundo acredita no que Henrique fala? Coerência é algo que não existe no vocabulário do deputado. Mas não, Henrique voa e o povo de boca aberta, um povo que pelo jeito aplaude a educação, a saúde e a segurança pública. Quem escuta o programa eleitoral pensa que vivemos em paraíso, afinal a população acha Lula um Deus. Henrique quer vãos mais altos. Só me lembro daquele filme, O advogado do Diabo, segundo o demônio a vaidade é o pecado que ele gosta mais. Quem assistiu o filma sabe do que eu estou falando.

[lauritaarruda](#) 29/set/2010

324. F José 29/set/2010

Meus respeitos à jornalista que, como sabemos, teria todos os motivos para “censurar” os comentários desairosos ao Deputado Henrique. Gostei! Diferentemente de um outro blog, em que comentários são verdadeiramente censurados. do leitor assíduo.

12. Costa 26/ago/2010 as 10:08

Laurita é visível a sua imparcialidade com relação aos comentários, por favor tente colocar mais notícias sobre a região oeste, só assim eu comento. Outro blog de Natal posta sempre notícias de lá, mas nunca me deixa comentar. Principalmente se falar do vice Nenem, que eu tanto conheço.

¹⁹ *Post*: bloco de texto ou imagem publicado em um *blog*.

A maioria dos participantes do TL estão concentrados na cidade de Natal. Trata-se de um público atento às nuances da política regional. Esse público é composto por pessoas de famílias tradicionais da cidade, além de jornalistas e assessores políticos, bancários e engenheiros.

Laurita transita na alta sociedade natalense e, segundo ela, esse estigma dificultou um pouco o início de sua carreira. Todos acreditavam que ela seria colunista social. Talvez esse desafio de provar para a sociedade sua competência como jornalista tenha levado a se dedicar com mais afinco à profissão. Laurita afirma: “já passei do período probatório, tive que provar que não era uma patricinha”. Como pessoa notória na sociedade natalense, todos sabem quais são suas ligações familiares e seus laços de amizade. Os leitores do TL também acabaram procurando o espaço por se identificar com as mesmas preferências e afinidades. Portanto, o *blog* é constituído por um grupo mais homogêneo.

A jornalista investe em textos curtos, apresenta em média umas 10 postagens por dia e procura, ao mesmo tempo, informar e opinar sobre tópicos da agenda política. Essas características fazem com que o *blog* seja dinâmico e interativo. Assim, os leitores sentem-se mais motivados em participar. Existe uma grande interação entre a blogueira e os comentaristas, como revelam os diálogos:

920. Montenegro 6/set/2010 as 11:09

A título de exemplo: O que poderia dizer o Senador José Agripino, senão que acreditou na palavra e boas intenções da Vereadora? Como poderia José Agripino supor que a gratidão da Sgto. pelo espaço cedido na TV viria em forma de despreço e desrespeito? O ônus da prova cabe ao acusador, mas nesse caso “sui generis” a Sgto. Regina, contrariando toda a lógica processual só conseguiu produzir provas contra si mesma. Creio que não estamos diante de um caso de Conselho de Ética partidário, uma consulta ao pedetista histórico, Dr. Maurílton Moraes, psiquiatra dos bons, seria de muito mais valia e mais apropriado ao momento da Sgto. Regina.

921. lauritaarruda 6/set/2010 as 01:09

Montenegro,

No alvo. Dr. Maurilton Moraes seria uma boa sugestão.

Abs, L.

59. Marcelo Barbosa 26/ago/2010 as 09:08

Quero ver se o PT do RN não foi oportunista ao associar-se ao partido de Wilma. Não tenho nada contra a ex-governadora, mas se Hugo Manso está chamando Garibaldi de oportunista, o que o PT do RN se tornou ao apoiar Wilma e outros nomes de nossa política, depois de passar décadas criticando-os diariamente e de forma intransigente?!

60. lauritaarruda 26/ago/2010 as 09:08

Marcelo Barbosa,

Você viu mais além, foi certo.

Parabéns pelo comentário. L.

81. Jota RN 26/ago/2010 as 03:08

Laurita, sugiro que você veja o Blog de Thaisa Galvão, e também publique o que está lá falando de Hugo. Vamos ser democráticos. Sabemos que a imprensa fala o que quer, de quem quer.

82 LauritaArruda 26/ago/2010 as 06:08

Meu caro Jota,

Se Hugo quiser registrar algo, sabe que este TL está à disposição.

Ele conhece bem a blogueira, aliás. L.

Verifica-se, por meio das falas, um constante intercâmbio de papéis entre o autor e os leitores, o que possibilita uma interação discursiva horizontal. Esse processo de interlocução faz com que o jornalista reconheça os leitores como coautores, valorizando e destacando suas opiniões e comentários. Nesse sentido, a comunicação estabelecida aproxima os interlocutores e contribui para incentivar ainda mais a participação e a discussão. A postura adotada por Laurita transforma seus leitores em verdadeiros colaboradores. Eles sentem-se respeitados por verem seus comentários postados e comentados por outros leitores. Segundo a blogueira, “os comentaristas são os meus padrões, cobram as postagens e até o horário da minha primeira postagem diária”.

3.5 BLOG THAISA GALVÃO

Thaisa Galvão, também jornalista, já atuou nos principais veículos de comunicação do Rio Grande do Norte, como a TV Cabugi, atual InterTV, e o jornal *Tribuna do Norte*. Nasceu na cidade de Acari, interior do Rio Grande do Norte, e, diferentemente de Laurita Arruda, sua família não tem relação com a comunicação. A paixão pela política surgiu depois que ela iniciou sua carreira, com essa editoria no jornal *Tribuna do Norte*, mas também se pode dizer que ela herdou essa paixão do avô, que já foi vice-prefeito em Acari.

O *blog* Thaisa Galvão foi criado em julho de 2006, sendo ela uma das pioneiras no estado a utilizar a ferramenta para uso profissional:

Eu via que as pessoas tinham aqueles blogs de colocar fotos da família, de dizer que foi pra festa tal, aquela coisa de blog pessoal... E ficava vendo aquilo e dizendo que queria fazer um para postar notícias. Não sabia como fazer (porque sei escrever, agora usar a tecnologia sou meia ‘cangueira’) e estou em casa, a noite, e fui no UOL e depois de muito insistir consegui fazer um blog, era perto de meia noite. Fui despreziosamente. Sempre gostei de passar informações para algum colunista amigo (política sempre corria na minha veia mais que as outras notícias), editoria do jornal. Mas a notícia que eu tinha passado, as vezes, não saía como achava que deveria ter saído e a pauta do jornal nem sempre era aproveitada. Queria pegar esta notícia que, as

vezes, dou para os outros ou é mal aproveitada, e anunciar do meu jeito, com meu estilo e com minha marca. (BLOG SUERDA, 2011).

Segundo a jornalista, o sucesso do *blog* veio atrelado à sua trajetória como jornalista. Ela atuou nos principais veículos de comunicação, como jornal *Tribuna do Norte* e TV Cabugi, construindo assim sua reputação e credibilidade. Durante todo o período eleitoral, a blogueira manteve uma média de 20 postagens diárias, o que levou seu *blog* a ser um dos mais acessados do estado. Apenas em 45 dias, o TG conseguiu atingir um milhão de acessos. Em ano eleitoral, a média diária de visitas chega a dobrar, passando de 12 mil para 25 mil acessos²⁰.

Diferentemente de Laurita, Thaisa não costuma interagir diariamente com seus leitores. Ela não tem o hábito de responder as questões colocadas pelos participantes, a não ser quando eles cobram com veemência uma resposta:

1172. gustavo braga diz:

Thaisa em resposta a mim e a outro leitor seu, vc nos devolveu com uma pergunta, eis a tal: os números já foram AMPLAMENTE DIVULGADOS, ou não? Não nos importa isso, se foi amplamente ou deficitamente, o que importa é que quando acessamos o seu blog, é por confiar em vc e nele, por tanto, acho que nos deve atenção, desculpe se estou sendo inconveniente, mas saiba que sou empresário e conluente do curso de direito, não tenho tempo de ver todos os blogs, por isso só acesso o seu, por acreditar e confiar no mesmo. Obrigado

1173. Thaisa Galvão diz: Eles já foram AMPLAMENTE divulgados. Ou não?

1174. gustavo braga diz: thaisa, como bem sabes, eu sou leitor assíduo e fiel, sempre inclusive defendendo seu blog e vc de ataques partidários no meio em que vivo, porém não só eu, mas muitas outras pessoas estão sentindo falta dos números da consult...embora já saibamos os tais, acho ético que vc os publique.

1175. Thaisa Galvão diz: Eles já foram AMPLAMENTE divulgados. Ou não?

1176. Felipe Almeida diz: Thaisa por qual motivo você não quer mostrar a pesquisa? Esse bafafá todinho é porque o Governador aumentou nas pesquisas?

1177. Marcus diz: Thaisa, independente da sua visão pessoal sobre o Consult, porque você não divulga os resultados? Há algum interesse maior nisso?

1178. Thaisa Galvão diz: Nenhum. Os números não foram AMPLAMENTE divulgados. Ou não?

A interação não é uma das prioridades da Thaisa. Ela prefere se manter distante do grupo e, portanto, observa-se que não se criam laços afetivos entre os comentaristas. Esse distanciamento implica a falta de regularidade dos comentaristas. Não há

²⁰ Números fornecidos pela jornalista Thaisa Galvão, em entrevista presencial no dia 26 de outubro de 2011.

fidelidade dos leitores, o que dificultou muito a realização das entrevistas junto aos comentaristas.

Segundo a própria blogueira e relatos de leitores, ela costuma censurar os comentários que apresentam ideias divergentes das que ela acredita e defende. Diante da postura adotada, a jornalista é alvo de muitas críticas e descrédito quanto à sua postura profissional. Thaisa não esconde de ninguém que exerce um controle rígido quanto à aprovação de comentários. Ela defende esse posicionamento, afirmando: “não quero que utilizem meu blog como palanque de disputa, não dou espaço para caroneiros”²¹.

Os leitores do *blog* TG estão dispersos em vários municípios do Rio Grande do Norte. Trata-se de um público mais heterogêneo, com necessidades e interesses bem divergentes:

1179. Aline (Pau dos ferros) diz: A Rosa é mesmo uma Rosa!... Interessante Thaisa. A Deputada Fátima Bezerra e o Mineiro vinham sempre a Pau dos Ferros atacar o Governo Wilma e agora estão no mesmo palanque?! Que contraditório! Virou boazinha agora? É como dizem: o PT só tem discurso mesmo. A prática é outra.

1180. apodiense diz: todos nós sabemos que o IBOPE fez na campanha passada! Ne Thaisa divulgou 10 pontos para Wilma e na verdade não deu 1 se não me engano, coloca esta postagem ou vc estar fazendo politicagem mesmo...

1181. João Costa diz: EM SÃO GONÇALO VAMOS FAZER VILMA MAIS VOTADA, ESSA PESQUISA NÃO DIZ A REALIDADE DAS RUAS.

1182. Marcelo Caraúbas diz: Caraúbas é guerreira vilma!...ela sim fez por caraúbas!...so vilma senadora!!!

1183. a Andrade diz: Thaisa moro em Parnamirim há 18 anos, nunca vi a senadora Rosalba andar por lá ou se Robson Farias e Senador José Agripino.

1184. Ferreira diz: Cara Thaisa, permita-me fazer um esclarecimento, moro em monte alegre, voto em Monte Alegre, estava presente na chegada da comitiva de Rosalba a casa do ex. Prefeito Sólton que estava em frente a sua casa, para recepcionar o Dep. Federal Felipe maia, e a comitiva de Rosalba em um momento de desespero pois havia poucas pessoas para o comício deles, e ao verem Sólton, literalmente invadiram sua casa sem almenos pedirem licença, a coisa mais horrível que pude presenciar em toda a minha vida, uma falta terrível de educação, e falta de liderança política, pois não se consegue apoio da maneira como eles se portaram aqui em Monte Alegre.

1185. Caicoense diz: Eu sou caicoense e posso garantir que aqui em caicó quem vai ganhar a eleição para governador vai ser Carlos Eduardo, pois depois da adesão de Álvaro dias e Roberto Germano a candidatura de Carlos Eduardo está muito bem avaliada, e não sou eu que estou falando isso não, quem está falando é a população de Caicó e do Seridó.

Thaisa se esforça para oferecer um espaço destinado ao serviço de utilidade pública aos leitores. Procura disponibilizar uma de suas postagens para denúncias, cartas e reivindicações dos comentaristas. Não há uma regra estabelecida, ou seja, não

²¹ Entrevista realizada no dia 26 de outubro de 2011.

acontece diariamente, apenas quando ela acha oportuno e prudente fazer a publicação. Dessa forma, encontramos diversas postagens de *e-mails* enviados pela população, pedindo que ela interceda sobre problemas que envolvem uma comunidade ou grupo de profissionais que reivindicam salários atrasados ou melhores oportunidades, como mostra o enunciado:

De leitora-professora-estagiária do Estado, o Blog recebe o e-mail que publica na íntegra:

Thaísa

Venho aqui novamente lhe pedir ajuda. Sei que você é bastante ocupada e que tem várias coisas para publicar, mas peço que olhe com carinho pro meu apelo. Eu e outros 50 jovens precisamos de você. Nós fomos contratados pelo Estado para sermos estagiários de escolas estaduais. Começamos a trabalhar no dia 22 de março, cientes de que receberíamos 510 reais por isso, como de costume. Só que de repente chega o pessoal da DIREC II e nos informa que tínhamos que assinar um contrato onde lá estava estipulado que o salário será 420 reais e que nele consta que começamos dia 1 de Junho. Já não bastou diminuírem nossos salários, ainda não querem nos pagar o que trabalhamos. Sempre que procurávamos a DIREC II para falar do assunto, nos diziam que nada poderiam fazer e que apenas cumpriam ordens. Foi aí que fomos até a Secretaria de Educação e conseguimos falar com o atual secretário. Ele simplesmente não sabia da redução do salário e ligou imediatamente pra lá (DIREC II) para que mudassem o valor de nossos contratos de 420 para 510, mas não falou nada a respeito de nos pagar o retroativo. Quero salientar que muitos de nós não tem outro emprego e que o intuito maior era pagar o curso com essa bolsa. Estamos com a faculdade atrasada, muitos de nós temos que pagar transporte para irmos estagiar e detalhe: Somos professores! Todos nós estagiamos em uma sala de aula com 35 ou mais crianças e não auxiliamos não!! Somos os titulares da sala. Tenho colegas que já desistiram, abandonaram as salas, as crianças e outros ainda não desistiram porque tem esperanças de consertarem tudo. A própria DIREC II pergunta se a gente quer desistir, o que particularmente eu acho um absurdo. As crianças ficam extremamente prejudicadas quando isso acontece. Thaísa, ciente de que podemos contar com você, agradeço desde já.
Estagiária.

Essa prática garante visibilidade e audiência do *blog* no interior do estado. Não se trata apenas da responsabilidade social da blogueira, já que envolve também uma excelente estratégia comercial, porque os números de audiência atraem anunciantes. É necessário lembrar que as relações e práticas instituídas nos ambientes digitais reverberam as relações existentes no contexto da vida real, que está atrelada à reestruturação do capitalismo e do modelo da sociedade vigente.

Porém, os leitores do TG realmente confiam no trabalho da Thaísa, como também acreditam que suas denúncias podem ser solucionadas por meio do *blog*. Nesse sentido, são comuns postagens de *e-mails* denunciando alguma prática ilegal, má administração pública e problemas enfrentados por uma comunidade. Uma postagem

inicial de um leitor gera sempre muita repercursão e abre caminho para a conversação, discussão e entendimento, constatando-se uma reciprocidade entre eles:

1186. Cleyton Araújo diz: Oi, sou professor estagiário e acho uma plena falta de responsabilidade para com os estagiários, na assinatura do contrato deste ano falaram que o pagamento iria ser em dias, sem atraso, mas o texto não confere. Um caos na educação do estado, além de tudo as escolas estão sucateadas, falta carteiras, salas sem luz, os prédios caindo aos pedaços: uma falta de respeito do Governo com a # Educação.

1187. Socorro Fernandes diz: Colegas, isso faz parte do retrato da educação, nesse ESTADO.

1188. Alisson André diz: Thaisa, nós aqui em São José do Mipibu estamos com o mesmo problema. O que vamos fazer??

1189. Melani Cristina diz: Thaisa, vc teria como encaminhar este e-mail para o Secretário de Educação e se caso respondessem vc publica na integra??? Só assim teríamos alguma posição.

1190. João Fernandes diz: Faço aqui em apelo ao Governador Sr. Iberê e tbm ao Secretário de Educação que paguem o que nos devem, não estamos aqui pedindo nada, queremos apenas o que é nosso por direito já que estamos trabalhando desde março e até agora nada!!!

1191. Júnior Carvalho diz: Thaisa, é verdade, eu tb estou como professor estagiário, e comecei dia 16 de Março, e até agora não recebi nenhum tostão, e como a amiga Andréia falou, rebaixaram e muito o salário. Já liguei para a Escola de Governo, e nada, é um governo muito é esperto, todos nós assinamos um livro de ponto, e tem a escola alunos, diretores como testemunha, espero que o Governador Iberê se sensibilize, e libere esse dinheiro, estamos esperando.

Para conquistar visibilidade, Thaisa adota várias estratégias interessantes. Por exemplo, ela procura manter um relacionamento cordial com os blogueiros do estado, interagindo com informações de outros *blogs* e conseguindo, assim, abertura para divulgar seu trabalho em diversos espaços. Um dado curioso é que entre os dois *blogs* trabalhados nesta pesquisa a política do bom relacionamento não funciona na prática. Thaisa Galvão já postou comentários colocando em dúvida a credibilidade da jornalista Laurita Arruda, do Território Livre. Os comentários destacam as ligações familiares e políticas, além da utilização de fontes privilegiadas.

Atualmente, os jornalistas que conseguem conquistar uma maior visibilidade na blogosfera são aqueles profissionais que possuem fontes privilegiadas e que se antecipam à grande imprensa. Porém, é exatamente esse acesso a fontes que cria um certo desconforto entre esses jornalistas e desconfianças quanto a ligações políticas e comerciais.

Diante da contextualização do objeto desta pesquisa, já é possível aprofundar o olhar sobre o campo a partir da análise das categorias sugeridas nos aspectos metodológicos, de forma que se possa compreender as novas formas de sociabilidade e

as práticas discursivas que estão sendo constituídas nesses espaços virtuais. É necessário também entender um pouco da construção do cenário político no Rio Grande do Norte, para que se possa conhecer a cultura política que se estabeleceu no estado.

3.6 A HERANÇA POLÍTICA NO RIO GRANDE DO NORTE

A política no Rio Grande do Norte foi se organizando aos longos dos anos a partir de rearranjos, negociações e acordos entre uma elite dominante. Até a década de 1980, destacavam-se no cenário político apenas duas famílias que se alternavam no poder. Essa rivalidade diminuía a possibilidade de surgimento e circulação de novas lideranças.

O grupo político dos Alves iniciou a trajetória política sob a liderança de Aluísio Alves, em 1945, como deputado federal pela UDN²². Porém, apenas em 1960 ele passou a ganhar expressividade política, quando assume o governo do estado. Os Alves ascenderam ao poder representando os interesses da burguesia industrial e dos grupos sociais urbanos. Em 1975, a família Maia surge na cena política no governo Geisel, sob o comando de Tarcísio Maia. Dessa forma, a antiga rivalidade entre os Alves e os Dinarte transforma-se em disputa entre Alves e Maia (SPINELLI, 2006).

A disputa entre Alves e Maia ganha força a partir de 1982, quando José Agripino derrota Aluísio Alves nas eleições para governador. Desde essa época, os dois grupos políticos familiares concorreram entre si a cargos majoritários no estado. Na verdade, as duas famílias não se diferenciam no plano ideológico: são de direita e costumam prezar pelo continuísmo das gerações em cargos eletivos. Adotam também o mesmo modelo estratégico de cisões e defecções de seus parentes, seguido de retorno ao agrupamento familiar (AZEVEDO, 2010).

Após o processo de redemocratização que se configura no sistema político a partir de 1985, surgiu um terceiro clã dominante. Assim, ao lado das duas forças partidárias, a família Rosado vai aos poucos ganhando expressividade na região Oeste do estado. Diante dessa configuração política, a disputa por cargos majoritários no estado está sendo dividida entre esses três grupos políticos, que se revezam no poder.

²² Hoje PFL mudou a denominação da legenda para Democratas.

Trata-se de um padrão de competição oligarquizada, em torno de três grandes grupos familiares dominantes. Bobbio (2007) define oligarquia como “domínio exercido por um pequeno número de dominadores”. O poder oligárquico está nas mãos de um restrito grupo de pessoas “propensamente fechado, ligadas entre si por vínculos de sangue, de interesse de outros e que gozam de privilégios particulares, servindo-se de todos os meios que o poder pôs ao seu alcance para conservar” (BOBBIO, 2007, p. 834).

No âmbito regional, essa relação de proximidade com o poder local acaba exercendo uma maior interferência na discussão democrática, constatando-se a prática de uma política patrimonialista²³ existente no estado do Rio Grande do Norte. Faoro (2001) resgata Maquiavel para falar sobre os dois tipos de principado: o feudal e o patrimonial. Na monarquia patrimonial, o rei era o senhor da riqueza territorial, o dono do comércio, que prende seus servidores numa rede patriarcal. Fazendo um paralelo com a realidade histórica brasileira, Faoro (2001) defende que existe uma grande persistência na estrutura patrimonial de poder. Ele entende o patrimonialismo como um elemento da cultura herdada dos colonizadores portugueses e espanhóis. Na visão do autor:

A comunidade política conduz, comanda, supervisiona os negócios, como negócios privados seus, na origem, como negócios públicos depois, em linhas que se demarcam gradualmente. O súdito, a sociedade, se compreendem no âmbito de um aparelhamento a explorar, a manipular, a tosquiar nos casos extremos. Dessa realidade se projeta, em florescimento natural, a forma de poder, institucionalizada num tipo de domínio: o patrimonialismo, cuja legitimidade assenta no tradicionalismo – assim é, porque sempre foi (FAORO, 2001, p. 363).

Holanda (1995) contextualiza essa herança colonial que continua exuberante no Brasil como parte de um pacto social entre as elites e as camadas menos favorecidas da população, regido por vontades particulares e privadas oriundas de antigas relações familiares. O autor exemplifica quando faz a distinção entre o funcionário patrimonial e o burocrata. Assim, para o funcionário patrimonial, a própria gestão política se apresenta como um assunto particular, enquanto as funções e os benefícios relacionam-se aos direitos pessoais do funcionário e de suas realações pessoais ou familiares mais próximas. A escolha dos homens que exercem funções públicas faz-se de acordo com a

²³ O uso do termo “patrimonialismo” nas ciências sociais tem sua origem nos trabalhos de Max Weber e foi utilizado para caracterizar uma forma específica de dominação política tradicional, na qual a administração pública é exercida como patrimônio privado do chefe político.

confiança pessoal, ou seja, essa continua a ser uma realidade atual nas relações sociais brasileiras.

Para o professor José Lacerda Alves Felipe, as oligarquias do estado dão apenas um “verniz” ao velho modelo de fazer política. O geógrafo diz que as oligarquias do Rio Grande do Norte têm origem urbana, diferentemente do que ocorre na maioria dos estados nordestinos, não nasceram no campo. No Rio Grande do Norte, não existe neocoronelismo. Essas três oligarquias emergiram na cidade. O comentarista do *blog Território Livre*, conhecido por Civirino²⁴, descreve a política no Rio Grande do Norte de seguinte forma:

É semelhante aos demais estados do país, pessoas ávidas pelo poder, com um mínimo de preparo e sem nenhum compromisso social, isto quando não ferem a ética. Especificamente no caso do nosso estado há um agravante consequência das oligarquias enraizadas.

O comentarista Fera²⁵ acrescenta, dizendo: “o Rio Grande do Norte vive 60 anos de atraso, as oligarquias dificultam o desenvolvimento do estado”. Além da tradição política iniciada em meados do século passado, as famílias Maia, Alves e Rosado têm em comum o controle de importantes veículos de comunicação, como rádios, TVs e jornais, bem como a preparação de herdeiros políticos na linha de sucessão.

A família Alves criou o Sistema Cabugi de Comunicação, do qual fazem parte a InterTV Cabugi, afiliada da Globo no Rio Grande do Norte, e emissoras como a Rádio Globo Natal e a Rádio Difusora (Mossoró), assim como o jornal *Tribuna do Norte*, periódico presidido por Henrique Eduardo Alves. Os Maia são sócios da TV Tropical, afiliada da Record no Rio Grande do Norte, e de emissoras de rádio que fazem parte da Rede Tropical. A família Rosado mantém a TV Mossoró, a FM 93, o jornal *O Mossoroense* e a Rede Potiguar de Comunicação (RPC).

O político no Rio Grande do Norte geralmente herda a posição de parentes, ajudando a formar uma bancada extremamente conservadora e moderada. É difícil encontrar um político com origem social modesta que surgiu dos movimentos sociais estudantis ou das lutas sindicais. O último pleito realizado em 2010 confirma essa tendência. Nesse sentido, dos 13 parlamentares que assumiram o mandato na legislatura

²⁴ Entrevista realizada no dia 05 de novembro de 2011. Civirino é engenheiro e possui mestrado em Economia do Setor Público. Reside atualmente em Brasília e exerce a função de bancário.

²⁵ Entrevista realizada no dia 07 de novembro de 2011. Fera é comentarista dos dois *blogs*: TL e TG. Ele é engenheiro civil e mora na capital Natal.

pelo estado, oito carregam um dos três sobrenomes: Maia, Alves ou Rosado. Outros três deputados também têm ligações familiares. Apenas dois parlamentares, a deputada Fátima Bezerra (PT-RN) e o senador Paulo Davim (PV-RN), suplente em exercício, não possuem nenhum tipo de parentesco. Fátima Bezerra considera que essa perpetuação no poder não favorece o processo político de renovação e de pluralidade. “A presença forte das famílias tradicionais, aliada ao aspecto do poder econômico, evidentemente, dificulta, e muito, o processo de renovação, de pluralismo no campo da representação política”²⁶.

As principais mudanças sociais, políticas e econômicas empreendidas no Rio Grande do Norte partiram das classes dirigentes, ou seja, da elite dominante. Os avanços e conquistas não foram frutos das reivindicações da sociedade civil por meio de movimentos organizados ou da luta sindical e trabalhista. A história política no estado se desenvolve pela lógica da revolução passiva da sociedade civil. As classes subalternas não tiveram envolvimento com as negociações realizadas e nenhuma participação nos processos decisórios que afetam diretamente suas vidas. Segundo Spinelli (2006, p. 6), o estilo de se fazer política no Rio Grande do Norte “foi baseado na utilização de mecanismos tradicionais de reprodução da classe política: o nepotismo, a patronagem, o clientelismo e o assistencialismo”. Mesmo diante dos avanços da cultura participativa, após a constituição de 1988, com os conselhos deliberativos, percebe-se uma clara resistência desses mecanismos de reprodução política e da cultura patrimonialista no Rio Grande do Norte.

A cultura que impera até os dias atuais é fortemente marcada pela frágil tradição associativa e reivindicatória da população. Esse traço reflete a ausência de espaços e oportunidades para que a população possa exercer sua cidadania. É sob esse viés que as indagações que sustentam esta pesquisa foram construídas: Será que a partir do surgimento de novos canais de informação e deliberação, esse cenário político vai se modificar? A população consegue exercer sua cidadania e interferir nos processos decisórios? São questões como essas que serão investigadas, para que se possa compreender se houve mudanças na participação política dos cidadãos, com a expansão dos espaços deliberativos disponibilizados pelas redes sociais tecnológicas.

²⁶ Entrevista concedida ao Congresso em Foco. Disponível em: <<http://blogcarlossantos.com.br/estranhos-no-ninho-das-oligarquias-do-rio-grande-do-norte/>>.

4 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

A introdução das tecnologias digitais gerou algumas alterações nas práticas e nos processos comunicativos. Foram inseridos novos protocolos de interação, novos mecanismos de construção e consumo identitários que requerem maneiras apropriadas para conseguir interpretá-los. Desse modo, exigiu-se a elaboração de um conjunto de procedimentos metodológicos para investigar com rigor as práticas discursivas no ambiente digital e, assim, chegar à problemática sugerida nesta pesquisa.

Trabalhar com universo da internet é uma tarefa complexa e necessita de um recorte bem delimitado. Ao escolher esse campo de estudo, e diante de toda sua dimensão, consideramos apenas uma fração que reúne os *blogs* que tratam tematicamente da política. Nesse caso, optamos por restringir a discussão em nível regional, ou seja, pesquisar apenas dois *blogs* políticos no Rio Grande do Norte.

Não se pretende trabalhar os *blogs* regionais observando o espaço social público como um todo, pois o foco está relacionado com o conteúdo discursivo, tomando como ponto inicial textos, discursos e comentários dos leitores. Nesse sentido, para a realização deste estudo de caso, recorreu-se a quatro principais instrumentos metodológicos que serão detalhados no próximo tópico, quais sejam: 1) pesquisa documental; 2) observação participante e monitoramento dos leitores; 3) análise do discurso, com base no projeto teórico de Michel Foucault; 4) entrevistas abertas com leitores e gestores dos *blogs*.

4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A elaboração desse conjunto de procedimentos metodológicos foi fruto de muitas reflexões, pois ele consiste de práticas societárias em constante mutação. Para organização e sistematização do trabalho, foi estabelecida uma sequência lógica, partindo do princípio de que um instrumento dará suporte ao outro, estando correlacionados e dependentes entre si.

A pesquisa documental possibilitou um minucioso levantamento teórico das principais referências clássicas e contemporâneas que trazem a discussão sobre a esfera

pública, assim como a questão de participação da esfera civil e a interface entre *new media* e democracia. A partir das leituras do material coletado, foi possível estabelecer as devidas conexões entre as bases conceituais e os dados empíricos coletados.

O segundo instrumento proposto para a realização do estudo foi a observação participante. De acordo com Schwartz e Schwartz (*apud* HAGUETTE, 1995), a observação participante não é apenas um instrumento de captação de dados, mas também um instrumento de modificação do meio pesquisado, ou seja, de mudança social. Desse modo, representa um processo de interação entre teoria e métodos dirigidos pelo pesquisador na sua busca de conhecimento tanto da perspectiva humana como da própria sociedade. Kluckholhn (*apud* HAGUETTE, 1995) defende que a observação participante propicia um compartilhar consciente e sistemático, conforme as circunstâncias o permitem nas atividades de vida e, eventualmente, nos interesses e afetos de um grupo de pessoas. Esse instrumento metodológico possibilitou a participação do pesquisador na vida cotidiana do grupo estudado. Desse modo, foi possível chegar mais próximo da realidade dos entrevistados, acompanhar suas experiências diárias e apreender o significado que atribuem à realidade e às suas ações.

A observação participante tem origem na antropologia e na sociologia e é geralmente utilizada na pesquisa qualitativa para coleta de dados em seus cenários naturais, permitindo examinar a realidade social (ORLANDI, 2005). Em estudos na área da comunicação, a técnica tem sido usada para analisar os fenômenos comunicacionais, principalmente os processos de recepção. Nesse sentido, a escolha desse instrumento possibilitou o mapeamento das conversações estabelecidas, bem como a compreensão das práticas, da motivação e da rotina do grupo. Por meio desse instrumento, foi possível compreender também os aspectos interacionais e o processo de interlocução entre os sujeitos enunciadorees.

A análise do discurso oferece o suporte conceitual necessário para compreender as peculiaridades e complexidade dos acontecimentos discursivos, na medida em que toma como objeto de estudo a produção de efeitos de sentido, realizada por sujeitos sociais, que se apropriam da materialidade da linguagem e que estão inseridos na história. A utilização da análise do discurso (AD) forneceu as ferramentas para investigar as condições do discurso, o entrecruzamento das relações entre os sujeitos enunciadorees e o modo como eles podem interferir na produção das identidades sociais.

Para a realização e aplicação deste estudo, apoiamo-nos na teoria do discurso de Michel Foucault (2010). A análise em Foucault se propõe a entender o enunciado,

observando toda a singularidade de sua situação e levando em conta as condições de sua existência, as correlações entre outros enunciados, além de mostrar quais outras formas o enunciado exclui. Segundo o autor, para analisar os discursos, é preciso ficar no nível da existência das palavras, da descrição exaustiva da linguagem ou das coisas ditas.

A análise enunciativa ou discursiva de Foucault não vai ser exercida na forma de uma interpretação baseada no que está oculto. Ela tem a pretensão de descrever aquilo que é efetivamente dito, descreve as modalidades de existência, ou seja, busca definir um conjunto de condições de existência. Procura interrogar a linguagem considerando a dimensão que ela produz. Foucault (2010, p. 124) dá algumas evidências sobre a análise do discurso:

Só pode se referir às performances verbais realizadas, visto que as analisa no nível da sua existência: descrição das coisas ditas, precisamente porque foram ditas. A análise enunciativa é, pois, uma análise histórica, mas que se mantém fora de qualquer interpretação: às coisas ditas, não pergunta o que escondem, o que nelas estava dito e o não dito que involuntariamente recobrem, a abundância de pensamentos, imagens ou fantasmas que as habitam; mas ao contrário, de que modo existem, o que significa para elas o fato de terem manifestado, de terem deixado rastros e, talvez, de permanecerem para uma reutilização eventual; o que é que é isso de terem sido elas a aparecer – e não outras no seu lugar.

Na verdade, o autor enfatiza que, de uma maneira ou de outra, as coisas ditas dizem muito mais. Ele sugere uma reflexão sobre os diversos sentidos que podem ser dado a um conjunto de palavras: “um mesmo conjunto de palavras pode dar lugar a vários sentidos, e a várias construções possíveis” (FOUCAULT, 2010, p. 125).

Foucault alerta para a necessidade de ter que se desprender da tendência de olhar os discursos apenas como conjunto de signos, carregado de significados quase sempre ocultos, distorcidos, escondidos nos textos, como se estivessem invisíveis. Há enunciações e relações que o próprio discurso põe em funcionamento. Portanto, analisar o discurso é procurar dar conta das relações históricas, políticas e das práticas que estão inseridas nos discursos. O discurso não é apenas um entrecruzamento de palavras e coisas, ele se constitui em práticas. Para defini-lo, é necessário procurar relacionar as diversas enunciações e o lugar de onde elas vêm:

[...] gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e

destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. [...] não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. (FOUCAULT, 2010, p. 54).

Tudo é prática em Foucault. São as práticas discursivas que definem quem fala, o lugar da fala e as posições do sujeito. Elas estão imersas em relações de poder e saber que se implicam mutuamente. O discurso enquanto prática instala um sistema de relações. Foucault sistematiza uma série de conceitos para a abordagem do discurso. Ele estilizou uma teoria do discurso baseada nos seguintes pontos (FOUCAULT *apud* GREGOLIN, 2007):

- o discurso é uma prática que provém da formação dos saberes e que se articula com outras práticas discursivas;
- os dizeres e fazeres inserem-se em formações discursivas, cujos elementos são regidos por determinadas regras de formações;
- o discurso é um jogo estratégico e polêmico, por meio do qual se constituem os saberes de um momento histórico;
- o discurso é o espaço no qual saber e poder se articulam (quem fala, fala de algum lugar, baseado em um direito reconhecido institucionalmente);
- a produção do discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída, tendo por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1996, p. 9).

Ao analisar as modalidades da enunciação, Foucault (2010) sugere que o sujeito deve ser percebido na sua dispersão, considerando a descontinuidade dos planos de onde fala. Além disso, deve-se observar se esses planos estão ligados por um sistema de relações e na especificidade de uma prática discursiva.

O discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história. De acordo com Foucault (2010), o discurso é histórico, implica necessariamente falar na relação entre o discursivo e o não discursivo, na impossibilidade de separar o lado de dentro do lado de fora dos enunciados, significa falar na economia dos discursos e em sua produtividade visível, enfim, na relação entre pensamento e vida, poder e saber, continuidade e descontinuidade da história. De acordo com o filósofo, o discurso constitui

um bem finito, limitado, desejável, útil, que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização; um bem que coloca, por conseguinte, desde sua existência (e não simplesmente em suas aplicações práticas), a questão do poder; um bem que é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política (FOUCAULT, 2010, p. 136).

O filósofo chama de discurso um conjunto de enunciados que se apoia na mesma formação discursiva. Para descrever um enunciado, não basta analisar as relações entre o autor e o que ele disse (ou quis dizer, ou disse sem querer), mas é fundamental determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito (FOUCAULT, 2010, p. 107). Descrever um enunciado é dar conta dessas especificidades, é apreendê-lo como acontecimento, que emerge num certo tempo e num determinado lugar. O que permite situar um conjunto de enunciados é justamente o fato de eles pertencerem a uma determinada formação discursiva. Por formação discursiva, Foucault (2010, p. 82) entende:

[...] um feixe complexo de relações que funcionam como regra: ele prescreve o que deve ser correlacionado em uma prática discursiva, para que esta se refira a tal ou qual objeto, para que empregue tal ou qual enunciação, para que utilize tal conceito, para que organize tal ou qual estratégia. Definir em sua individualidade singular um sistema de formação é, assim, caracterizar um discurso ou um grupo de enunciados pela regularidade de uma prática.

A formação discursiva funciona como um princípio de dispersão e de repartição dos enunciados que permite saber o que pode e deve ser dito, dentro de determinado campo e de acordo com a posição que se ocupa. Os atos enunciativos, os atos de fala (atos ilocutórios), por exemplo, inscrevem-se no interior de algumas formações discursivas e sob um regime de verdade. Isso significa que eles devem obedecer a um jogo de regras que foram estabelecidas numa determinada época, afirmando as verdades de um tempo. Nesse sentido, as coisas ditas ficam atreladas às dinâmicas de poder e saber de seu tempo. Portanto, o conceito de prática discursiva, para Foucault, não representa apenas uma mera expressão de ideias, pensamentos ou formulação de frases. Exercer uma prática discursiva significa falar segundo esse jogo de regras e o sistema de relações que se dão dentro de um discurso (FISCHER, 2001).

A proposta foucaultiana se dispõe a analisar as condições que favorecem o aparecimento de certos enunciados e a restrição de outros. O silenciamento e a exposição são duas estratégias utilizadas para controlar os sentidos e as verdades. Para o autor, a formação do discurso envolve também procedimentos de controle, os quais

funcionam sob a lógica de um ritual. Esse ritual define as circunstâncias, modos, gestos, comportamentos, ou seja, a qualificação do sujeito, determinando quem pode dizer, o que dizer, como dizer, de qual posição se pode falar. A prática do ritual determina para os sujeitos que falam as propriedades específicas e os papéis preestabelecidos ao mesmo tempo (FOULCAULT, 1970, p. 39). A teoria do discurso está atrelada à constituição do sujeito social. Se o social é significado, os indivíduos envolvidos no processo de significação também são. Dessa maneira, os sujeitos sociais resultam dos efeitos discursivos (PINTO, 1989, p. 25).

Ao analisarmos um discurso, mesmo que o documento considerado seja a reprodução de um simples ato de fala individual, não estamos diante da manifestação de um sujeito, mas nos defrontamos com um lugar de sua dispersão e de sua descontinuidade, já que o sujeito da linguagem não é um sujeito em si, idealizado, essencial, origem inarredável do sentido: ele é ao mesmo tempo falante e falado, porque seu discurso é permeado por outros ditos, por discursos de outros sujeitos.

A comunicação enquanto interação acontece por intermédio das trocas subjetivas, não sendo compreendida como uma pacificação ou um mútuo entendimento e um exercício livre das competências dos sujeitos. Ela emerge de uma luta pela palavra, uma luta com a palavra e uma restrição da palavra. A palavra é alvo do exercício de poderes que a controlam e manipulam. Esses poderes não incidem apenas sobre os corpos, mas também sobre as palavras. O discurso é também objeto do desejo: “[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo por que, pelo qual se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 1996, p. 10). Segundo a hipótese apresentada por Foucault, o controle discursivo, para além de ser uma luta simultaneamente pelo poder e contra o poder da palavra, visa também dominar seu acontecimento aleatório. Nessa lógica, Foucault (1970, p. 9) dispõe:

Sabe-se bem que não tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí um jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam e se compensam.

Foucault acredita que analisar uma formação discursiva, ou seja, essa ânsia de interpretar os discursos, é na verdade uma forma de reagir à pobreza enunciativa e

compensá-la com a multiplicação dos sentidos. O discurso apresenta um tesouro inesgotável de riquezas, mas precisa que se saiba ouvi-lo.

Sob esse prisma, entende-se que a partir dos conceitos aqui apresentados será possível identificar as vozes que emergem nos discursos, bem como o lugar de onde fala esse sujeito enunciativo e para quem fala, ou seja, destacar as marcas da presença do enunciativo. O conhecimento dessas informações possibilitou descobrir como estão sendo estabelecidas as práticas discursivas e as relações históricas de poder no espaço virtual, onde estão inseridos os *blogs* políticos.

Após a análise dos discursos, recorre-se ao último caminho: a entrevista semiestruturada ou semiaberta. Com esse recurso, foram elaborados dois roteiros guias (apêndices I e II), contendo questões pertinentes aos assuntos abordados neste trabalho. A utilização desse instrumento deu mais flexibilidade para o pesquisador conseguir introduzir outras questões que emergiram durante o diálogo com os entrevistados. Nesse sentido, o entrevistado teve a possibilidade de discorrer com mais espontaneidade e liberdade sobre suas experiências e percepções. A entrevista é uma importante técnica de pesquisa a ser usada pelo pesquisador. Ela implica um processo de interação social entre os envolvidos e permite um maior envolvimento entre entrevistador e entrevistado.

Para a realização dessa etapa, selecionamos alguns participantes para serem entrevistados. Eles atuaram como informantes, apresentando valiosas contribuições à pesquisa. Haguette (1995) sugere que se deva registrar a entrevista mediante uma gravação, para minimizar as distorções e, assim, evitar qualquer entendimento equivocado. Isso não impede que se faça o uso de uma caderneta para fazer anotações sobre algum detalhe importante que mereça ser ressaltado. Além de esclarecer dúvidas e de fornecer informações relevantes, a entrevista irá possibilitar o benefício de confrontar os dados e as impressões coletadas com as reais perspectivas e visões intrínsecas aos realizadores da iniciativa. Desse modo, além do uso do gravador, adotamos também caderneta, que serviu para pontuar todas as colocações importantes, como uma espécie de marcação do texto, que teve por objetivo observar as deixas simbólicas dos entrevistados.

Após a transcrição das entrevistas, foi feita uma análise das respostas, partindo-se dos principais tópicos propostos. Após a análise individual das entrevistas, os dados foram comparados com a análise dos discursos dos leitores encontrados na fase anterior.

Com essas informações, foi possível conhecer de forma efetiva o comportamento, as motivações e o modo como se dá a experiência conversacional dos integrantes no espaço virtual, onde estão inseridos os *blogs*.

4.2 CORPUS E RECORTE DE PESQUISA

O estudo traz como recorte temporal o período de campanha eleitoral, do ano de 2010. O relato empírico das conversações informais que se apresentam em *blogs* políticos, recortado de *blogs* políticos no Rio Grande do Norte, estado situado no Nordeste do Brasil²⁷, operou inicialmente com uma observação não participante, por entender que dessa forma não interferia na dinâmica da interação observada. Posteriormente, no segundo momento da pesquisa, foram introduzidas entrevistas presenciais e participativas (reuniões de blogueiros com comentaristas e intervenções participativas nos *blogs*).

Os *blogs* regionais que compõem o objeto de pesquisa são: Território Livre e Thaisa Galvão. A escolha dos objetos foi motivada pela predominância de contextos que evidenciam vínculos afetivos e políticos de sociabilidade dos leitores, além de representar um espaço que estimula e difunde o debate sobre temas políticos do estado. Outros dois requisitos também foram determinantes para a escolha dos objetos pesquisados, quais sejam: a regularidade nas postagens das blogueiras e a participação assídua dos leitores.

A pesquisa traz como ponto de partida o monitoramento dos comentários publicados pelos leitores, identificando-os a partir de um mapa de conversação, o que permite observar novas formas de sociabilidade e as práticas discursivas que se estabeleceram no espaço público virtual. O acompanhamento e a leitura dos comentários foram realizados durante os quatro meses que antecederam as eleições para governador.

²⁷ O Rio Grande do Norte possui mais de três milhões de habitantes, vivendo em 167 municípios e, aproximadamente, 2.246.691 de eleitores. A renda mensal das famílias potiguares é considerada a mais alta da região Nordeste. O estado tem o 3º maior Produto Interno Bruto (PIB) per capita do Nordeste. E o último levantamento do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH de 2010– divulgado pelas Nações Unidas apontou o Rio Grande do Norte como o segundo melhor estado do Nordeste para se viver.

O *corpus* de análise é constituído por 2.271 comentários de leitores a respeito da disputa eleitoral de 2010, envolvendo apenas os temas relacionados diretamente com os candidatos ao governo do estado. Os comentários foram armazenados em 117 arquivos Word for Windows, o que permitiu a agilidade na busca do material. É preciso destacar que todos os enunciados catalogados foram postados com a intervenção de um moderador, a partir do dia seis de julho até três de outubro, dia que antecedeu as eleições. Porém, como se trata de uma pesquisa qualitativa, a análise dos dados coletados prioriza a recorrência dos enunciados. Com isso, não serão apresentados gráficos, dados estatísticos ou percentuais.

A amostra de mensagens forneceu subsídios mais consistentes sobre densidade das trocas discursivas e das interações entre os integrantes do grupo. A partir desse *corpus*, foram selecionadas algumas sequências conversacionais capazes de evidenciar os vínculos que unem o grupo e seus anseios e necessidades. Para melhor caracterizar essas sequências e estabelecer uma compreensão mais sistemática sobre essa complexa interação comunicativa, foi necessário dividir o processo de análise em cinco categorias:

- a) O estar junto – aspectos interacionais
- b) A dinâmica do conflito
- c) Reciprocidade
- d) A dualidade entre o público e o privado
- e) Participação política

5 OS *BLOGS* E AS ELEIÇÕES 2010

Este capítulo compreende a primeira etapa da pesquisa realizada durante os quatro meses da campanha eleitoral de 2010. Os dados empíricos foram catalogados a partir da observação não participante, com início no dia 6 de julho até 3 de outubro do mesmo ano. Optou-se por essa metodologia por entender que não iria interferir no processo discursivo estabelecido entre leitores e comentaristas dos *blogs* Território Livre e Thaisa Galvão. É importante destacar que só tivemos acesso aos comentários publicados nos *blogs*. Porém, existe a moderação, ou seja, os comentários postados passaram por uma seleção prévia, o que implica restrição das falas dos leitores.

Todos os dados foram armazenados em arquivos do Word em tópicos, que posteriormente se transformaram em cinco categorias de análise. As categorias criadas levaram em conta a recorrência dos enunciados. Desse modo, nas análises não serão apresentados números, gráficos ou dados estatísticos. Apenas serão abordadas as questões que sustentam o estudo, ou seja, serão observados os aspectos interacionais, os possíveis conflitos, a constante tensão entre público/privado e a participação política da sociedade civil.

5.1 O ESTAR JUNTO – ASPECTOS INTERACIONAIS

No cenário atual, é possível observar uma forte tendência à fragmentação da sociedade em pequenos grupos e comunidades, o que gera a construção de novos espaços que proporcionem vivências centradas nas afinidades eletivas. Os laços sociais que os unem são assegurados por meio das experiências e dos sentimentos partilhados. Dessa forma, os grupos se formam a partir de similaridades, as quais podem ser identificadas com os mesmos gostos e hábitos, que levam às diversas formas de “estar junto”. Maffesoli (1987), inspirado por Simmel (1983), sugere que a sociabilidade liga os sujeitos a partir do sentimento de proximidade com a vida cotidiana, a experiência coletiva e as relações intersubjetivas. As interações atendem aos anseios íntimos que são realizados em grupos de pessoas que compartilham interesses e necessidades semelhantes.

Para Simmel (1983), a interação é um processo social básico, ou seja, a sociedade é constituída pelas diversas maneiras de interação. O processo de interação até mesmo está no lugar da noção de “sociedade”: segundo Simmel, não existe sociedade em si, mas somente a extraordinária pluralidade e variedade das formas da interação (MORAES FILHO, 1983, p. 20, 28). Nessa lógica, a sociabilidade pode ser compreendida como uma forma de interação comunicativa responsável pela coesão do tecido social.

Nesses termos, o conceito de sociedade vem designar pessoas em interação. Assim, a estrutura social só existe porque as pessoas se relacionam, interagem e se comunicam. Uma forma de interação muito importante para ajudar a compreender os processos comunicativos é a sociabilidade. Simmel entende a sociabilidade como uma forma pura ou espontânea de interação responsável pela geração dos processos de socialização, fazendo referência à força que une os indivíduos. Sob essa ótica, a sociabilidade seria uma interação da ordem dos sentimentos, de relações de afinidade.

Com a internet, as redes de interação social ampliaram suas dimensões, favorecendo a abertura de novos ambientes de trocas comunicacionais e de convivência social. A interação passou a ser mediada por um aparato tecnológico, deixando de ser fluida, ou seja, foi necessário o emprego de novos protocolos de interação. Nesse sentido, surgiram alguns obstáculos que merecem ser destacados.

Herring (1999) observa que as trocas interativas na comunicação mediada por computador têm menor espaço para a costura interna em comparação com os intercâmbios face a face. Em outras palavras, as respostas ou a troca discursiva não acontecem na mesma velocidade e no mesmo momento que um encontro face a face. Elas são veiculadas distantes dos turnos a que se referem e os tópicos tendem a se degradar com rapidez, assim como as múltiplas mensagens, a se sobrepor. A autora não deixa de recordar algumas características da comunicação mediada por computador normalmente citadas como “obstáculos” à organização da interação: a falta de *feedback* não verbal, o fato de que as mensagens não podem se sobrepor (como duas pessoas falando simultaneamente) e a adjacência de turnos rompida.

Na interação mediada por computador, as emoções não são captadas e as expressões corporais não podem ser percebidas. Nesse sentido, alguns teóricos defendem a existência de uma interação simulada, que não é real. Esse posicionamento leva em consideração a forma como os diálogos são estabelecidos nos *blogs*. Eles não acontecem em tempo real e também são selecionados, passando pelo crivo do

moderador. Além disso, simulam as emoções por meio dos artifícios da escrita, como, por exemplo, os *emoticons*. Segundo o comentarista Fera, as palavras são frias, não têm emoções! “Isso dificulta a interação porque gera interpretações equivocadas”.

Sob esse prisma, a análise foi feita considerando apenas as postagens publicadas. No entanto, foi necessário estabelecer uma relação dos comentários com os depoimentos dos leitores nas entrevistas. Essa relação permitiu comprovar se as ligações existentes no espaço público virtual realmente acontecem e se são reais.

Nos *blogs* políticos observa-se que as pessoas buscam o espaço por partilhar de um mesmo interesse: a política. Porém, quando os interlocutores interagem e se relacionam, eles acabam deixando transparecer que o mais importante é o momento do estar junto e as relações que se formam a partir daquele espaço dialógico. Mesmo havendo a interferência de um dispositivo e divergências de opiniões, as pessoas conseguem transpor as barreiras e construir relações de amizade e respeito entre os participantes daquele grupo ou comunidade.

É possível verificar a construção dessa relação nas conversações estabelecidas no *blog* Território Livre, entre os dias 25, 26 e 27 de setembro. Um dos participantes, conhecido com Alain Gegauf²⁸, fica chateado com as críticas que envolvem a sua nacionalidade:

645 Alain Gegauf 25/set/2010 as 10:09

Carlos Eduardo foi o mais competente. Mesmo sem chances ele o que mais parece conhecer o Estado e onde tem doídoi.

647 Marcos 25/set/2010 as 11:09

Sr. Allan, o sr. ã sabe se quer o q é conhecer o estado.....

650 Batista 25/set/2010 as 11:09

Realmente Carlos Eduardo só agradou aos suíços

658 Alain Gegauf 26/set/2010 as 04:09

Sr. Marcos. Eu não entendi bem sua pergunta. Se eu quer ou não conhecer o Estado RN?

Estou morando em Natal e no RN. Para me seria uninteressante conhecer o RN claro, pelo fato que escolhi este RN para me e minha familia. Tambem por conhecer opinões diferente e ver aonde um caminho me leva. Saber das necessidades de um interior. O turista quem vai a Suíça se contenta de conhecer Lucerna, Zurich, Genebra, Lugano ou Lausanne. Ninguém iria para Sursee, Stein am Rhein, Kreuzlingen [lindo e a mesma cidade que Konstanz] sendo uma alamã outra Suíça. Um joia não conhecida pelo turismo fora da Europa. Como admite deve o RN estar com muitas belezas no seu interior. A cultura é isto de ver, conhecer, aprender.

701Alain Gegauf 26/ago/2010 as 11:08

Nó tatico. Doutores Fera e Çiviririno. Carona e Hippie é uma boa
kkkkkkkkkkkkk...15%, 20%, 25% vamos esperar para o aumento ao Bolsa

²⁸ Alain Gegauf é suíço e reside no Rio Grande do Norte desde 1999. Ele é economista e consultor da FIFA. É idealizador de uma ONG fundada na Suíça para atender um lar com crianças carentes no Rio Grande do Norte. O site é: www.movimento-junto.org.

Familia se já que tem numeros oferecidos. Os ingleses cinicos e escoses avarentos diriam como é bem costume deles:” The Queen is not amused”.

702willnunes 27/ago/2010 as 10:08

Esse leitor que fez críticas ao povo Nordestino mostra exatamente como é claro o preconceito. Ora, esse povo descendente de europeu deve dar graças a Deus ao Brasil, pois foi aqui que eles tiveram a oportunidade de crescer. E a Europa também já teve seus tempos de Nordeste. Ninguém fala que amanhã os filhos dos pobres do Bolsa Familia não precisarão mais dessa ajuda. Por que estarão nas escolas técnicas, universidades, com casa, carro, lazer e entretenimento, vivendo uma vida de europeu sem precisar do governo. Quem fala do Bolsa Familia, com certeza nunca foi analfabeta, desempregada, vendo o filho chorar de fome e a mulher desesperada com a falta de comida e de emprego. Eles também não lembram que se existem pessoas hoje precisando do bolsa família, no passado não muito distante muitos dos ricos e intelectuais foram os responsáveis pela a pobreza e a miséria que vive hoje o nosso povo.

Alain Gegauf toma a decisão de abandonar o TL e se despede do grupo. No mesmo instante do *post* inicial, outros integrantes interferem e pedem que ele continue:

Alain Gegauf 28/set/2010 as 10:09

Cara Laurita

Nota: Quero me despedir do TL hoje. Estou vendo como esta difícil de se escrever algo certo. Pensava errado, que um intercambio Brasil – Europa em pontos de vistos politicos, teria aberto um espaço. Vi eu que não achei nitidez entre vcs profissionais e o entendo. Um outro ponto estão nas minhas palavras de escola portuguesa baixissima a respeito da lingua portuguesa. Também teve medo ultimamente em escrever o que queria. Teve eu como estangeiro medo da palavra escrita como dita [exemplo em São Paulo eram Brasileiros] e tentei mais não conseguiu escrever fatos que eu sabe...por razão da minha familia. Pulava então fora de assuntos, pra deixar mais perto uma comparação real junto a Europa e sempre lendo antes os jornais da França, Suíça e Inglaterra. Não estarei parando ler o TL. Senti uma certa forma de “só faltava este Gringo” mais os Dr. Çivirino, Dr. Domicio, Dr. Fera, Dr. André Mario, Dra. Andressa, Prof. Dr. Batista e claro Dra. Laurita Arruda [thanks], não de vcs. O TL vai me fazer falta, pois me deu força na minha invalidez. Vcs podem até perceber que faz menos erros bobos hoje devido uma nova tecnologia. Se eu em todo este tempo estive errado com alguém, não foi por proposito, jamais e nunca. Tenho tendências de estar um SVP=DEM na Suíça e vejo o Brasil ainda longe e infelizmente de uma democracia direta. Os conflitos internos estão grandes. Recebi muitos “clips” sobre politicos. Isto uma democracia direta não têm, pela razão que sempre escrevi; escolas para alunos e alunos nas escolas. Obrigado e desculpam me. F. Alain Gegauf.

841 lauritaarruda 28/set/2010 as 09:09

Alain,

Não faça isto. O TL já não será o mesmo sem os seus comentários.

Pode ter certeza que eles acrescentam e muito nossas discussões.

Espero que reflita e continue por aqui. Abraço, L.

842 ANDRESSA 28/set/2010 as 01:09

DR. ALAIN GEGAULF,

OS SEUS COMENTÁRIOS SÃO DE GRANDE IMPORTÂNCIA PARA ELEITORES E COMENTAREISTAS,

ESPERO QUE NÃO PRIVE TODOS NO’S DE SEUS COMENTÁRIOS,

ABS

843 Alain Gegauf 28/set/2010 as 04:09

Cara Laurita

Obrigado primeiramente pelo seu convite para continuar no TL. Estou no sim ou não pelo fator “democracia e liberdade”. Eu tenho medo de escrever do que estou sabendo e pensando. Sabia eu não, que o Brasil infelizmente ainda não se abriu totalmente aos jornalistas, estudantes ou academicos.

Cada ponto que escrevo é por amizade e pra eu o querer ao TL e sabendo que o TL não precisa disto. Não iria pensar nunca algo de alguém a não ser no momento e com o ponto final o capítulo é fechado.

Dizem para o povo que existem estrangeiros também bons. Queremos ajudar e muitos pensam outra coisa a qual Adler, Freud ou Jung deveriam responder. O que já escrevi: 25% da população na Suíça estão estrangeiros e sem problemas. Ainda com menos km² útil a Suíça que o RN. Lá o povo o entende e o povo e aqui não?

844 Felipe Mário 28/set/2010 as 04:09

Alain Gegauf, o debate democrático precisa continuar contando com a sua participação e o seu olhar crítico. E se puder, ajude aos clubes de futebol do RN. Felipe Mário

845 Alain Gegauf 28/set/2010 as 06:09

Claro que cada frase que recebi de vcs anima e da motivação. Espero que Dr. Andressa e Dr. Felipe Mário entendam então minha volta. Um dia vamos bater um papo e não esqueço de lhe agradecer.

F. Alain Gegauf

846 Antonio B. 28/set/2010 as 09:09

Sr Alain Gegauf os seus comentários são importantes e levam-nos a refletir sobre o que somos e o Brasil que queremos, quando o Sr escreve dicas de como as coisas funcionam em outros países. Notei que o Sr realiza trabalhos de ajuda humanitária, e como temos muitos brasileiros na Suíça de forma clandestina, gostaria de sugerir que dentro de suas possibilidades ajudasse nossos irmãos brasileiros, para que possam regularizar sua situação de imigrante e viver dignamente num país sério, organizado e muito bonito.

A sequência de diálogos apresentada evidencia a relevância que os atores dão aos seus parceiros. Mesmo diante de divergências, a relação diária estabelecida entre os participantes é que torna de fato a motivação de continuar pertencendo ao grupo. Como sugere Simmel (1983), os interesses e as necessidades certamente fazem com que os homens se unam em grupos, associações e irmandades. Entretanto, além dos seus conteúdos, todas essas sociações também se caracterizam por um sentimento, entre seus membros, de estarem sociados e pela satisfação que o momento os faz sentir.

As ideias defendidas por Simmel foram verificadas nas entrevistas com os leitores do *blog* Território Livre. Conseguimos identificar que entre eles foram construídos fortes laços afetivos. Um bom exemplo é a amizade que surgiu entre os comentaristas Fera e Montenegro. Eles divergem em praticamente todas as questões referentes à política, defendem lados opostos, mas foi a partir da divergência que eles encontraram suas afinidades. Hoje, os encontros deixaram de ser apenas no espaço virtual. No dia da entrevista realizada com Fera, presenciamos os dois falando ao telefone. Eles estavam combinando um encontro para assistir ao jogo de futebol do América.

A pesquisa foi registrada no Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RN) sob o número (26092) e no Tribunal Superior Eleitoral sob número (29245).

candidatos %

Rosalba Carlini (DEM) 50

Ibere (PSB) 23

Carlos Eduardo (PDT) 12

Roberto Ronconi (PTC) 1

Branco e nulos 8

Indecisos 5

518. Assis Flor 18/set/2010 as 09:09

Gostei da análise do João, muito boa, excelente...

519. hemma thomaz 19/set/2010 as 01:09

Grande Fera,

gosto dos seus comentários. São inteligentes. Você demonstra ter uma percepção boa e não fica nesse maniqueísmo de torcida que o Alon Feuerwerker, um dos melhores jornalistas políticos do país, tanto critica. Assim como você, sou incansável na busca por notícia. Minha mulher as vezes faz cara feia pelas horas que fico na internet ou nos livros. Sou até obrigado a utilizar meus dotes culinários para ganhar mais umas horas no computador. Uma boa feijoada me rende uma tarde de tranquilidade por aqui.

516Gustavo 30/set/2010 06:09

Laurita,

Sem dúvida, não há como negar, a grande cobertura feita pelo Território Livre. Espaço efervescente do contraditório, privilegiado local de debate e trocas de idéias. Não acredito na isenção do jornalismo, afinal todos temos nossas convicções, mas acredito na honestidade da notícia, na transparência da informação, no capricho pela verdade, pela notícia limpa e transparente. E isso o TL, no caso você, fez com apuro e dedicação.

Os argumentos de alguns dos comentaristas podem até ir contra o ponto de vista de outros, mas o que torna esse espaço atraente é o modo como os integrantes valorizam a construção do pensamento e de ideias de seus parceiros. A forma como os diálogos se estabeleceram a partir de situações interativas propiciadas pela colaboração estimula o debate democrático e permite aos leitores uma visão mais ampla sobre os assuntos discutidos. Nessa lógica, a conversação e a discussão pública são processos importantes não somente para a produção dos significados na vida cotidiana mas também para a formação de cidadãos reflexivos e críticos.

5.2 A DINÂMICA DO CONFLITO

A comunicação por meio da internet apresenta uma forma peculiar de interação, com características específicas e rituais próprios. Os *blogs* se constituem como um espaço público, que se auto-organiza, verificando-se a ocorrência de conflitos gerados por motivações diversas. De acordo com Simmel, o conflito é uma forma de socição, destinado a resolver dualismos divergentes, um modo de conseguir um tipo de unidade.

Na perspectiva da sociologia do conflito, o universo precisa de forças de atração e repulsão, assim como a sociedade, que, para alcançar uma determinada configuração, precisa de quantidades proporcionais de harmonia e desarmonia, de associação e competição, de tendências favoráveis e desfavoráveis. Portanto, a oposição é um elemento da própria relação. Sem oposição, não há como imaginar a vida urbana moderna, que coloca cada pessoa em contato com diversas outras todos os dias. A organização interna da interação urbana se baseia numa hierarquia extremamente complexa de simpatias, indiferenças e aversões (SIMMEL, 1983).

Seguindo esse pensamento, foi observado que no Território Livre, diariamente, aconteciam situações de oposição e divergências entre os leitores e a blogueira:

Postado por lauritaarruda | **Eleições 2010** | 29-09-2010 as 09:17

HOUVE VENCEDOR(A)

Resumo da ópera, sem nenhum luminar, o debate da Globo teve como vencedor aquela que foi lá apenas para não errar. Fez melhor, bola na rede para garantir o saldo de gols.

656. Alisson Almeida 29/set/2010 04:09

Laurita, infelizmente sua análise foi um pouco tendenciosa. Essa de “perspectiva remota de segundo turno” denuncia isso. No final, você disse que “o debate da Globo teve como vencedor aquela que foi lá apenas para não errar”, numa referência clara a Rosalba. Esqueceu de citar os piores momentos dela, como quando foi questionada sobre a lei que criou o fundo de cultura de Mossoró, que ela nunca tirou do papel. Rosalba não errou? Vi uma candidata que tergiversava em todas as respostas, fugiu do embate direto com o governador e com Carlos Eduardo e preferiu usar o “fake” Roberto Ronconi. Rosalba vencedora?! Paciência!!!

660. lauritaarruda 29/set/2010 07:09

Meu caro Alisson,

Mas esta foi a minha opinião.

Está dito lá no topo do post.

Se quiser escrever seu artigo, fique bem à vontade, o TL posta.

Evidente que dando o referido destaque a sua condição de assessor do Governador Iberê. Abs, L.

661. Alisson Almeida 29/set/2010 07:09

Laurita, não é necessário um artigo. Fiz só uma observação. Quanto a ser assessor do governador, não há nenhum problema da minha parte em assumir isso – coisa que fiz anteriormente. Mas repito: não é por causa disso que falseio a verdade ou brigo com os fatos em nome do que defendo.

662. lauritaarruda 29/set/2010 07:09

Alisson,

Penso que quando conseguir aceitar opiniões e não matérias fáticas divergentes da sua própria, sua vida vai melhorar.

Mas isso é uma questão de amadurecimento. Vai chegar.

Eu também não falseio a verdade e lhe desafio a apontar qualquer uma no texto. Se você não concorda, é outra história. Sorry! L.

670. Thiago Rogério 30/set/2010 as 10:09

Em que momento a brilhante jornalista falseou a verdade? Quando disse que há uma possibilidade remota de 2º turno? Não. Todas as pesquisas realizadas na atual campanha apontam para a vitória de Rosalba no 1º turno. Se isso não apontar para uma possibilidade remota de 2º turno, não sei o que apontaria. Quando disse que a vencedora no debate é aquela que, estando na frente em todas as pesquisas de opinião pública, não cometeu nenhum deslize ou

escorregão digno de nota? Também não. O senhor Alisson precisa saber respeitar as opiniões alheias. Quanto ao tema cultura, o site nominuto divulgou matéria em que aponta o RN como um dos estados que menos investem na área. O senhor Alisson, antes de se tornar assessor do governador, trabalhava nesse site. Será que irá acusar também o seu antigo empregador de falsear a verdade?

671. Alisson Almeida 30/set/2010 04:09

Caro Thiago Rogério, releia meus comentários. Repito: nãoa firmei que a blogueira falseou a verdade. Disse que eu não faço isso, ainda que seja para defender o que acredito. Onde você leu alguma acusação minha contra ela? Quanto à matéria do portal Nominuto.com, não li ainda, mas conheço o veículo, conheço as pessoas que lá trabalham e conheço a postura ética do seu dono, com quem tive a honra de trabalhar.

No TL, os conflitos geralmente aparecem quando são expostas as posições partidárias e as preferências individuais a candidatos. No fragmento do texto apresentado, a irrupção do conflito se deu a partir da explicitação da blogueira sobre seu ponto de vista com relação à candidata ao governo do estado, Rosalba Ciarlini. O fato provocou a discordância direta de outro participante e gerou um entendimento equivocado sobre a crítica direcionada à blogueira. No entanto, a dinâmica conversacional estabelecida não serviu apenas para quebrar o clima de amabilidade existente, mas contribuiu também para ampliar o entendimento dos participantes a partir de argumentos díspares, ou seja, o leitor teve a possibilidade de construir uma visão crítica sobre o tema discutido e melhorar seu entendimento a respeito de seus anseios, desejos e necessidades. Outro aspecto importante é que a interlocução permite a valorização e o desenvolvimento de habilidades discursivas como o exercício de explicar, revisar e transformar perspectivas à luz das observações e indagações feitas por outros leitores (MARQUES; MAIA, 2008).

Os conflitos extrapolam também o espaço discursivo e repercutem em outros *blogs* e até em outras mídias. Um dado curioso é que entre os dois *blogs* trabalhados nesta pesquisa também aconteceram divergências. Thaisa Galvão, por exemplo, repercutiu uma informação do Território Livre, insinuando que a colega utiliza fontes privilegiadas. Esse comentário gerou dúvidas com relação à credibilidade da Laurita Arruda. A resposta de Laurita veio minutos depois da postagem inicial e foi publicada na íntegra, revelando sua insatisfação quanto ao comentário:

11/08 PUBLICADO ÀS 18:11

Da jornalista Laurita Arruda, o Blog recebe o e-mail que publica, na íntegra: Minha cara Thaisa, Lendo, há pouco, sua nota - "Onda há fumaça...há fogo?" - senti a obrigação

de tecer alguns esclarecimentos a você e aos seus milhares de leitores. Não sei informar se existe crise de alguma ordem na coligação "Força da União", em que meu irmão Arturo presta serviços como publicitário. Não houve, portanto, informação privilegiada ou recados implícitos como os menos avisados poderiam deduzir de seu post. Posso informar que a nota de ontem no Território Livre é clara e transparente: foi originada de notícia sobre a pesquisa Certus, publicada na Tribuna do Norte. No mais, imperioso reforçar que no Território Livre eu não sou filha, irmã, amiga ou namorada. Apesar do orgulho, amor e respeito que sinto pelos meus. Mas, é o preço que me impus para continuar escrevendo num território LIVRE, sem amarras a parentescos ou ingerências outras que não a minha opinião. Liberdade esta que meus - poucos e fiés - leitores já perceberam ao longo de dois anos de blog. Gratíssima pelo espaço e atenção. Laurita de Arruda Câmara

No *blog* da Thaisa Galvão, talvez pela moderação realizada, não foi observada a existência de desarmonia, de situações de conflitos entre leitores. Apenas foram identificadas cobranças sobre matérias que a blogueira deveria publicar. O filtro e as formas de controle empregadas no *blog* prejudicam o processo conversacional, pois geram uma homogeneização das discussões. As pessoas não entram em confronto, o que impede que elas tenham acesso a outros entendimentos, opiniões e pontos de vista.

Na contemporaneidade, a sociedade vive sob a lógica mercantilista e de forte hierarquização societária. É difícil imaginar uma relação impessoal na qual todos tenham a mesma condição de igualdade. Na verdade, somente poderá funcionar de fato se houver esse faz de conta. No Brasil, por exemplo, segundo Damatta (1997), a cultura que impera no país faz com que as pessoas tenham o hábito de carregar suas relações familiares da esfera privada para o espaço público. Assim, as interações acabam sendo personalizadas e revestidas de interesses privados. Nesse sentido, a pesquisa empírica realizada neste estudo, a partir da observação sistemática das conversações estabelecidas em *blogs* de política, comprovou que as interações que ocorrem nas arenas dos espaços públicos físicos estão sendo transpostas para o virtual, ou seja, independentemente do suporte e do espaço que as relações se processam, as práticas sociais vão apenas ser confirmadas. Na verdade, não é o suporte que vai promover mudanças na sociedade e sim a cultura e a própria prática social.

No *corpus* analisado, evidencia-se a existência de um espaço dialógico tensionado no dispositivo social, que rompe com a promessa do espaço público plural. Nesse sentido, entra em cena o que pensamos ser a sociabilidade agonística: uma forma de controvérsia e de enfrentamento que consiste em buscar o melhor modo de fazer valer as próprias opiniões nas relações de cotidiano. A partir dessa atuação no campo da conversação, a vida pode se tornar um modo de vida marcado por uma sociabilidade

teatral (MARTINS, 2008, p. 91), a qual é fomentadora dos sentimentos e da prevalência da emoção sobre a razão no processo social, o que autoriza comportamentos ritualizados em uma rede de julgamentos e interpretações. No convívio, a conflitividade, observada no *blog* TL, abalizava apenas as qualidades morais dos personagens políticos. Cada interpretação heurística era tomada como uma mensagem sobre qualidades, diferenças e capacidades pessoais e familiares em uma dança agonística das relações sociais. Essa realidade vem confirmar que as relações tradicionais na região, pautadas pela sociabilidade agonística – que parecia estar distante das mídias sociais, ocupando praças, canteiros, ambientes familiares e cafés –, são transplantadas para o espaço público virtual.

5.3 RECIPROCIDADE

Os laços sociais que ocorrem no cotidiano familiar ou por meio das relações com a própria comunidade carregam aspectos intrínsecos de reciprocidade. É exatamente essa ação que possibilita a continuidade dos vínculos afetivos e que acabam sendo levados também para outras relações que se constituem nas esferas públicas.

A reciprocidade exige certo equilíbrio entre o dar e o receber. Ela é compreendida como um encontro de gratuidades, constituindo-se no ato de dar, receber e retribuir, desinteressadamente ou não, tudo que é produzido em sociedade. É uma das responsáveis pelo equilíbrio e pela estabilidade ao instituir contratos entre os homens e gerar a circulação dos bens. A própria atividade econômica duradoura necessita ter como fundamento essa cultura de trocas somada à reciprocidade (DUARTE, 2011).

Os vínculos sociais se formam a partir das trocas que constituem o fundamento dos agrupamentos sociais e exigem que os indivíduos se comprometam uns com os outros. Assim, as pessoas que recebem têm o compromisso de retribuir o dom recebido, o que requer uma lógica de partilha e de compartilhamento. Nesse sentido, as relações de trocas não se extinguem, permanecem como uma necessidade constante, numa dinâmica interminável. Mauss (1998) acredita que o dom se transforma numa obrigação necessária de preservar o vínculo social, ou seja, a vida em sociedade exige a prática do dom. A relação de troca não se constitui apenas em uma permuta de produtos, mas apresenta também dimensões de sociabilidade, em que se originam a solidariedade, a integração social e, ainda, as obrigações mútuas (RADOMSKY; SCHNEIDER, 2007).

A finalidade da troca é antes de tudo moral, sendo que essa prática tem como objetivo produzir um sentimento de amizade entre as pessoas envolvidas e fortalecer os laços sociais.

Os laços que se formam a partir das mídias sociais e especificamente nos *blogs* levam as pessoas a fazerem circular e multiplicar ideias, conteúdos e informações. Esse movimento provoca uma relação de dependência que cada indivíduo estabelece com o outro, uma dependência recíproca de participação. Nesse processo, trocam-se informações como em um mercado de busca e oferta, como também afetividades.

Costa (2008) ressalta que a dinâmica da constituição das redes sociais é alimentada pelo trabalho imaterial, que envolve a cognição, a comunicação e a afetividade. Porém, a observação realizada durante os quatro meses do processo eleitoral de 2010 constatou que essa rede de colaboração envolve também um interesse material, concreto, no qual os parceiros do debate se engajam esperando algo em troca, a dádiva. Eles colaboram com a discussão em busca da visibilidade midiática, querem o espaço para serem ouvidos, reconhecidos e que seus anseios sejam atendidos. No TL, essa constatação é bastante evidente. O comentarista, que decidimos identificar por “senhor R”²⁹, afirmou que sua participação está condicionada a uma troca, ou seja, existe primeiro o interesse na visibilidade que o espaço oferece. Ele afirma: “não vou mentir, na verdade participo como comentarista por causa da visibilidade”. O “senhor R” é jornalista e não esconde quais são suas reais motivações, estando mais preocupado com os possíveis benefícios individuais.

No *blog* de Thaisa, não foi possível relacionar os comentários com as entrevistas. Não tivemos acesso aos comentaristas. Nesse sentido, a análise priorizou apenas os comentários publicados no *blog*. Deve-se lembrar de que os comentários antes de publicados passaram por uma seleção. No entanto, o teor dos comentários não foi editado ou manipulado. Eles foram escritos pelos comentaristas e aceitos pela blogueira. Mas há várias sequências de enunciados de leitores que revelam a existência de uma prática colaborativa entre os leitores e a blogueira.

No TG, os leitores tentam articular uma ação coletiva, utilizando o apoio da blogueira para que eles possam ser ouvidos pelas autoridades. Trata-se de uma ação deliberativa, eles se reuniram num espaço público, discutiram seus anseios, escolheram

²⁹ Entrevista realizada no dia 11 de setembro de 2010.

o melhor argumento e, por meio do suporte midiático, esperam interferir no processo decisório que os afeta.

5.4 A DUALIDADE ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

Habermas (2003) propõe em seus estudos que a partir da massificação e comercialização da comunicação a esfera pública entra em decadência, o que acontece, segundo o autor, pela interpenetração do âmbito privado sobre o público. Para Habermas, quando algo é submetido ao julgamento público, ganha publicidade, como o que é privado está relacionado com a privacidade. Na lógica do autor, as deliberações nos espaços públicos dizem respeito a assuntos relativos ao bem comum. Fraser (1993) contesta essa proposição, por acreditar que se trata de uma normatização e apenas os envolvidos na discussão devam julgar o que é ou não de interesse público.

Levando em conta a visão defendida pelos dois autores, procura-se identificar como estão sendo estabelecidas as tensões entre público e privado nas arenas dialógicas dos dois *blogs* que compõem o objeto desta pesquisa. Desse modo, verificaram-se no *blog* de Thaisa Galvão indícios de um avanço na discussão entre os interlocutores, mesmo com todas as restrições impostas pela blogueira. Observou-se que eles elegem os temas que dizem respeito a uma maioria dos participantes, confirmando o pensamento de Fraser (1993). Assim, os participantes desse *blog* concebem a prática discursiva como uma possibilidade de modificação de um contexto sociopolítico. Nesses termos, a ideia de esfera pública de Habermas (2003), Fraser (1993) e Benkler (2006) é contemplada, na medida em que o grupo delibera, escolhe o melhor argumento e por meio desse universo de colaboração espera influenciar ou interferir nas decisões do estado, dos representantes políticos e até mesmo das grandes organizações empresariais. A publicação de uma denúncia contra uma empresa de telefonia móvel, realizada no dia 18 de agosto de 2010, revela essas características:

18/08

Publicado às 19:31

Leitor denuncia caos na telefonia do município de Portalegre Do leitor Túlio Gomes, o Blog recebe o e-mail que publica:

Thaisa

O povo de Portalegre pede socorro. Se o serviço de telefonia móvel e ruim, o fixo faz dias que nao funciona.

Um abraço do leitor assíduo

Túlio Gomes
tulio_gomes@hotmail.com

600. Amanda diz: Não é só em Portoalegre, todas as cidades que a operadora TIM tem cobertura está assim. Está impossível fazer ou receber ligação, temos que nos contentar com os TE LIGOU. TEMOS QUE DENUNCIAR A ANATEL, ai eu quero ver se a TIM não resolve.

601. Kleber Targino diz: Esse constrangimento não é só de portoalegre; aqui na cidade de caraúbas a população vem sofrendo com esse discaso da TIM e TELEMAR.

602. Jaecio diz: Em Rafael Godeiro RN a telefonia movel também não funciona de um alô para TIM ou tinha o pior que não temos a quem reclamar.

No dia 02 de outubro, véspera das eleições de 2010, alunos do Programa Nacional de Integração da Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) enviam ao *blog* de Thaisa uma carta aos eleitores indecisos. No texto, os estudantes argumentam que, apesar da insatisfação com o modelo de democracia representativa e, mais especificamente, com a postura dos próprios candidatos, os cidadãos precisam votar com responsabilidade. Nas falas, é possível identificar a preocupação com o construto da cidadania, com a participação política, com a democracia, ou seja, os enunciados remetem a preocupações com o bem comum, algo maior do que simplesmente interesses privados:

Publicado às 22:20 IFRN - ZONA NORTE

Carta aberta aos indecisos, pelos alunos do Programa de Educação de Jovens e Adultos

Alunos do PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação Jovens e Adultos), do IFRN da zona Norte de Natal, publicaram agora há pouco uma carta aberta aos eleitores indecisos.

Que ainda são muitos em todo o Rio Grande do Norte, apesar dos altos índices de definição.

Eis a carta que o Blog assina embaixo.

E acrescenta: Não venda seu voto. Se o político oferecer dinheiro, receba.

Mas em troca, não vote nele porque ele é um corrupto.

Se você votar porque recebeu o dinheiro, você é tão corrupto quanto.

Mas se você receber o dinheiro, gastar...e votar em outro, aí sim, estará fazendo o besta...de besta.

Bem mais do que a maioria costuma fazer com você.

Eis a carta aos indecisos:

Sábado, 2 de outubro de 2010

CARTA ABERTA AO ELEITOR INDECISO

Senhor eleitor,

Nos últimos meses, acompanhamos pela mídia uma verdadeira guerra pela conquista do seu voto. Ao longo desse período, você certamente teve a oportunidade de comparar propostas apresentadas. Na reta final de uma campanha, espera-se que o eleitor já saiba em quem votar. No Brasil, temos 127.464.143 eleitores aptos a votar, mas dados de pesquisa do IBOPE, revelam que 5% desses eleitores têm a intenção de votar nulo e outros 5% ainda estão indecisos. Os dados estão lançados. Os candidatos agora têm pouco tempo para conquistar o voto dos indecisos e dos que pretendem anular o voto. É provável que, no próximo domingo, muitos eleitores ainda estejam desmotivados por não acreditarem mais nas falsas promessas nem

nas propostas dos candidatos. Alguns desses eleitores certamente irão às urnas apenas pela obrigatoriedade do voto. Isso é bastante preocupante, pois sabemos o quanto custou resgatar o direito ao voto depois de tantos anos de tirania vividos no período ditatorial. É verdade que os candidatos precisam rever suas propostas, suas posturas e seus valores. Essa falta de motivação do eleitor deveria servir de alerta. Contudo, embora sejamos obrigados a reconhecer que a conduta de alguns dos nossos representantes desestimula o eleitor, entendemos que é preciso votar. Não podemos pensar que todos os candidatos são iguais. É preciso saber escolher e isso exige consciência política. O eleitor consciente é aquele que conhece a história dos candidatos e dos partidos, analisa as propostas, não vende seu voto e reconhece o seu direito de votar. Ele sabe que ser cidadão implica participar ativamente e refletir sobre as ações e atitudes dos seus representantes. Entende que votar é um meio de participar, influir e assumir responsabilidade na vida política do país. Sabe que não basta votar, pois compreende ser preciso votar conscientemente, estando seguro de que o seu candidato será o melhor para o progresso do nosso país e do nosso estado. No nosso estado, somos 2.246.691 eleitores. Cada um de nós precisa assumir seu voto como instrumento de luta pela consolidação dos princípios democráticos. Sendo assim, senhor eleitor, fica aqui o nosso apelo: no próximo domingo, não vote em branco nem anule o seu voto. É hora de votar. Vote consciente. Escolha candidatos que sejam dignos do seu voto. Eleja representantes, cujas propostas reflitam o seu compromisso com os anseios da população e com uma postura ética para a política brasileira.

No *blog* Território Livre, já foi observada uma outra postura por parte dos leitores. Nesse universo comunicacional, os interesses privados se sobrepõem aos anseios coletivos. Os textos-comentários mostram que os atores envolvidos nas discussões deixam de valorizar a dimensão social das questões referentes ao bem comum, para priorizar a exibição discursiva midiática de posições privadas (GOMES, 2008). Nos termos habermasianos, fala-se de privatização do espaço público, tendo em vista que o princípio da publicidade, caracterizada pela transparência das ações públicas, transforma-se num requisito de exposição dos interesses pessoais. O comentarista Civirino argumenta:

No caso do Blog que frequento é bastante preponderante a política regional e nesse caso não há como evitar a segmentação e as preferências partidárias. Observo que ainda aparecem interesses privados com pessoas defendendo determinado candidato porque querem manter algum privilégio caso venha a ser eleito. Mas, por outro lado, também não há como deixar de registrar posições clamando por atributos de democrata, estadista, preparo acadêmico e capacidade para o exercício da função, porém ainda de forma pouco marcante.

Essa realidade vem confirmar que as relações tradicionais que se constituíam nas praças e nos cafés são apenas transpostas para o virtual. Nessa perspectiva, as conversações são estabelecidas a partir de uma disputa partidária e, assim, entram em cena os discursos prontos, sem consistência, não sendo apresentados e discutidos os

projetos de campanha. Todos os entrevistados foram unânimes ao afirmar que a política no Rio Grande do Norte é movida por paixões. Não existe a cultura de discutir projetos de campanha. Os comentaristas também não procuram fazer referência à atuação política de seus candidatos, preocupando-se apenas em posicionar bem seus candidatos, numa ação quase que diária, como se essa iniciativa fosse suficiente para convencer possíveis eleitores.

674. Andressa 30/set/2010

Wilma, governadora das águas, governadora das pontes, governadora das estradas. Wilma uma guerreira no senado, é melhor para Natal, é melhor para o Rio Grande do Norte, é melhor para Mossoró, é melhor para ajudar a Dilma presidente e é melhor para o Brasil.

680. Zezito de Taperoá 2/out/2010

Para Deputado Estadual votem em José Dias, número 15.141 e para senador José Agripino número 252. Indico porque são homens honestos e competentes. A eleição está definida quer seja no primeiro, segundo, terceiro e quarto turno. PS. não pergunte a Andressa que está desesperada porque irá perder a gratificação de R\$ 1.950,00, não corrigida.

681. Cabra da Peste 23/set/2010

A Rosa do povo trabalha o resto é balela de derrotado.
Deixe a Rosa trabalhar.

682. Leandro Muniz 23/set/2010

Carlos Eduardo é ético, moderno, o novo, sério e competente e vai ser nosso governador para acabar com a politicagem barata dos caciques do estado. Inveja é pouco, Carlos Eduardo- Governador.

Fica claro que a militância política não tem relação direta com as convicções ideológicas partidárias. Essa nova militância se apropria do espaço público para fazer valer seus interesses privados, como, por exemplo, a manutenção de cargos comissionados e benefícios pessoais. A existência dessas relações de poder deixa transparecer a prática de uma política patrimonialista no estado. Faoro (2001) defende essa persistência na estrutura patrimonial de poder que perdura no país. Para o autor, o funcionário patrimonial percebe a gestão política como um assunto particular, em que as funções e os benefícios relacionam-se aos direitos pessoais do funcionário e de suas realações pessoais ou familiares mais próximas. Dessa forma, a escolha dos homens que exercem funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal, ou seja, essa política continua a ser uma realidade atual nas relações sociais brasileiras.

5.5 A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

A evolução dos aparatos tecnológicos suscitou diversos debates e pesquisas destinados a investigar o potencial das ferramentas e iniciativas que pudessem resolver o déficit de participação política da atual democracia representativa. Desde a década de 1970, a literatura acadêmica vem se dedicando a encontrar alternativas para melhorar o sistema de representação política. O próprio Habermas (1968), em seus escritos, já destacava a necessidade de ampliar a participação política dos cidadãos, a importância da comunicação e a intervenção da sociedade civil nos negócios públicos. A democracia é um sistema que cuida do que é coletivo e a participação e o engajamento dos cidadãos surgem como meios para garantir a autonomia do povo e para que eles possam se autogovernar.

No modelo moderno de democracia, tornou-se inviável pensar no modelo de democracia direta e, assim, a participação dos cidadãos nos assuntos que afetam a comunidade foi restringida. Fala-se que a democracia representativa foi convertida em democracia eleitoral, em que o poder de decisão dos cidadãos se resume apenas à escolha dos representantes políticos e às consultas populares. Nessa lógica, a democracia contemporânea esbarrou em uma série de problemas, como a apatia política dos cidadãos, uma elite focada nos seus interesses privados e uma ausência de *accountability* (GOMES, 2011). A participação política tal como foi estilizada ficou dependente da existência de estruturas políticas que fornecessem oportunidades e incentivos aos cidadãos. Em sistemas democráticos, as estruturas de participação política consideradas mais importantes estão relacionadas com o sufrágio universal (direito de voto) e os processos eleitorais competitivos em que forças políticas organizadas, partidos políticos, disputam cargos eletivos.

O conceito de participação política tem seu significado diretamente vinculado à conquista dos direitos de cidadania, em particular à extensão dos direitos políticos aos cidadãos adultos. Sob essa perspectiva, os estudos de Giacomo Sani (*apud* BOBBIO, 2007) definem três níveis básicos de participação política.

O primeiro nível de participação pode ser denominado de *presença*. Trata-se da forma menos intensa de participação, pois engloba comportamentos tipicamente passivos, como, por exemplo, a participação em reuniões, ou meramente receptivos, como a exposição a mensagens e propagandas políticas. O segundo nível de

participação pode ser designado de *ativação*. Está relacionado com atividades voluntárias que os indivíduos desenvolvem dentro ou fora de uma organização política, podendo abranger participação em campanhas eleitorais, propaganda e militância partidária, além de participação em manifestações públicas. O terceiro nível de participação política é representado pelo termo *decisão*. Trata-se da situação em que o indivíduo contribui direta ou indiretamente para uma decisão política, elegendo um representante político (delegação de poderes) ou se candidatando a um cargo governamental (legislativo ou executivo). Para que um sujeito possa de fato exercer sua cidadania, o ideal é que ele esteja inserido nos três níveis de participação. Contudo, é difícil encontrar cidadãos que estejam inseridos dentro desses três níveis de participação. A pesquisa realizada identificou somente dois níveis de participação entre os entrevistados.

A problemática que norteia essa análise recai sobre o emprego da comunicação mediada por computador para conseguir promover novas formas de participação política e estimular o engajamento cívico. É necessário lembrar que o déficit de participação política está atrelado à ausência de outros requisitos da vida democrática. Segundo Gomes (2011), algumas dessas faltas são relacionadas à cultura política, entendida como mentalidades, valores, convicções e representações compartilhadas. Faltaria à cultura política dos cidadãos nas democracias contemporâneas um elementar sentido de efetividade das práticas políticas civis.

Ao aproximar essas questões com a realidade do Nordeste brasileiro, percebe-se que existe toda uma fragilidade associativa da sociedade civil. A população se conformou em ficar à margem das decisões que afetam diretamente a coletividade. De fato, hoje existem mais canais e oportunidades de dar voz às reivindicações da população, bem como há um enorme volume de informação circulando na rede diariamente. O excesso de informação acaba gerando uma dispersão dos leitores quanto aos temas e assuntos discutidos. Cada nova postagem da blogueira representa o início de novas discussões e, conseqüentemente, os embates que estavam sendo travados no *post* anterior se encerram. São esses tipos de obstáculos que dificultam o processo deliberativo entre os participantes na discussão. O comentarista Civirino defende:

Acho que ainda não chegamos ao ponto de usar o Blog como um espaço público que favoreça o debate. Geralmente o assunto é posto em discussão e uma vez emitidas as opiniões estas vão cessando à medida que outros *post* vão sendo lançados e tudo acaba esquecido. Durante todo esse tempo só presenciei um caso em que o debate se manteve por cerca de 6 dias quando

critiquei a atuação da CAERN e até um ex-diretor dessa estatal se meteu na discussão. Não apenas eu, mas a maioria dos participantes achou que o debate foi bastante produtivo, inclusive teve um que sugeriu colocar os comentários nos anais do Blog.

Durante os meses de observação nos dois *blogs* pesquisados, não foi identificada a existência de um espaço público plural, mas sim de um espaço que tende à homogeneização dos discursos. Os interesses privados e as motivações pessoais e econômicas prevalecem. Dessa maneira, a liberdade nos *blogs* é concedida apenas para quem os mantém e gerencia, que são os blogueiros. A participação está condicionada aos filtros impostos pelo autor do espaço. Os leitores são submetidos a várias seleções. Eles precisam ter competências discursivas, domínio sobre os protocolos técnicos, acesso à tecnologia, que seus textos se adéquem às normas exigidas e aos interesses do blogueiro.

Observa-se também a permanência de velhas formas de repressão e censura. Os políticos continuam empregando artifícios para cercear a liberdade de expressão dos cidadãos. A própria Laurita Arruda foi demitida de um grande veículo de comunicação por aceitar um comentário divergente da posição partidária da empresa. Alguns comentaristas do TL confirmam essa prática comum no Rio Grande do Norte:

1 Civirino 16/out/2009 às 11:10

Uma postura policialesca do deputado Henrique Eduardo, porém não surpreendente, uma vez que o mesmo desempenha o papel de fiel guardião dos interesses do grupo a que pertence, onde uma imprensa que por definição deveria ser livre, é usada como órgão a serviço do interesse político-paroquial. Atitudes como essa, lembram muito bem a censura dos anos de chumbo, revelando o caráter subserviente e tendencioso imposto ao periódico, portanto incompatível com a linha independente adotada pelo TL. Isto explica o rompimento!

2 Fera 17/out/2009 às 08:10

“Discutir relação? seria ele um especialista no assunto? Não acredito neste seu dom.”.....um comentário...que tinha se perdido no tempo e no espaço....quem danado iria se lembrar disso....mas agora.....o “Hemeterio Lins”.....(ainda bem que não foi o Fera)....vai ficar lembrado....como o homem...que descobriu que o Dep Henrique Alves.....é um incompetente....como negociador.....pois pelo desfecho.....ficou provado que o Hemetério tem razão....o que não é nenhuma novidade...para quem conhece o Dep APRESSADO....que ultimamente.....vem se revelando como um excelente.....puxa saco.....é só acompanhar o noticiário e ver o que ele se declara ao Lula.....agora.....Dra. Laurita.....me lembrei do coronel Ludugero.....acho que nesse caso o mesmo iria chamar Filomena e Otrape.....e mandar cantar aquela famosa música.....”
xeleleu....oh...xeleleu....o teu lugar tá garantido lá no céu”.....kkkkkkkkkkkkkkkkkkkk.....no mais é dizer que não se... “avexe não”.....pois se o seu voo já estava lotado....agora....nem o metrô de São Paulo...com todos os seus vagões....consiguirá levar seus leitores.....kkkkkkkkkkkkkkkkkkkk.....

3 Henrique 17/out/2009 às 09:10

Laurita

Ficou muito feio para o Dep. Henrique essa atitude tacanha e arcáica. Mostrando o quanto é atrasada a mentalidade desse meu chará, pensei que hoje não existissem mais pessoas com esse tipo de comportamento, ainda mais quando foram vítimas no passado desse tipo de atitude e sempre abriam a boca para combatê-la.

O Dep. se mostrou partidário do “faça o que eu digo, não faça o que eu faço”. Tenha certeza que esse ato foi altamente positivo para o TL e para sua trajetória como Jornalista, pois confere credibilidade a suas palavras. Quanto ao jornal do Dep. esse perde muito em credibilidade pois estes atos surtem quem quem está lá é porque aceita este tipo de censura e subserviência.

PARABÉNS AO TL E A VC LAURITA PELA SUA ATITUDE !!!!!

4 William Robson 17/out/2009 às 09:10

As empresas jornalísticas ainda acham que são as donas da informação e q por isso, podem impor algo a seus empregados e jornalistas sob a ameaça do desemprego. Ledo engano. Com o Território Livre no território livre da internet, vc Laurita, não teve qualquer prejuízo. Seus leitores continuarão fiéis e suas opiniões bem mais protegidas, pq ninguém, nem um veículo poderá impor de maneira diferente. A informação não é mais uma propriedade privada e as empresas ainda não estão cientes disso. Criticam blogs, menosprezam webjornalistas, como forma de delimitar um território que agora é livre e de todos.

A sociedade civil passou a representar aquele público fraco, subalterno, defendido por Fraser (2001), cujas ações acabam não interferindo nas decisões de poder. Como sugerem Maia, Gomes e Marques (2011), parece que não há uma conexão de causa e efeito entre a ação do cidadão e o modo como se decidem as coisas referentes ao Estado. Criou-se uma marginalização do papel dos cidadãos. Ao analisar as recorrências dos comentários dos leitores nos *blogs*, constatou-se que existe uma total desconexão entre a esfera onde se toma a decisão política e onde se controla o Estado, de um lado, e a esfera da cidadania, do outro. A progressiva onda de profissionalização da função política, com formação da classe dos representantes e tomadores de decisão, dos agentes envolvidos nas funções de pressão externa à sociedade política (lobistas, jornalistas e consultores), e ainda da própria sociedade civil, por meio das Organizações Não Governamentais, contribuiu para aumentar a sensação de ineficácia da ação política do cidadão comum, afetando, com isso, negativamente as condições da participação cívica.

Com a internet e os mecanismos interativos dos *blogs*, houve uma expansão dos fóruns de discussão. Porém, essa expansão não pressupõe que essa esfera pública interconectada esteja mais democratizante e livre das forças coercitivas e manipuladoras do aparelho do Estado e da voracidade do mercado. Deve-se lembrar que a internet e os *blogs* não podem ser descritos como uma força antimercado e anti-hierarquia. A internet contém, em si, o mercado e as hierarquias, como também as possibilidades de ação autônoma dos cidadãos (BUCCI, 2009). Todas essas implicações ao processo

deliberativo pressupõem que não é suficiente apenas a utilização de uma nova tecnologia, pois os recursos e os instrumentos interacionais, sozinhos, não serão capazes de mudar as relações e as práticas políticas dos cidadãos. As mudanças e as evoluções na participação política do cidadão dependem de mais investimentos no sistema educacional brasileiro. As práticas deliberativas somente ocorrerão efetivamente se os sujeitos tiverem oportunidades reais e habilidades cognitivas para exercer sua cidadania.

6 A PRÁTICA DISCURSIVA

A internet expandiu os espaços de conversação e das trocas subjetivas e, com ela, novas práticas de discurso e de leitura foram empregadas. Tornou-se comum a leitura diária de *blogs* para a obtenção de informação, a produção de notícias e opiniões, além de entretenimento ou interação imediata entre blogueiros e leitores. Todo esse processo de produção e circulação de discursos ainda é relativamente novo. Formam-se novas relações históricas poder, novos modos de ver e compreender o que nos rodeia e novos protocolos de interação. Essas mudanças e reacomodações das práticas discursivas merecem ser compreendidas no contexto das relações do cotidiano. Portanto, o quinto capítulo propõe uma investigação acerca de dois aspectos, a saber: as relações de poder que se constituem no espaço virtual e as práticas discursivas entre os leitores dos *blogs* políticos.

6.1 AS RELAÇÕES HISTÓRICAS DE PODER

Os espaços de conversação que emergiram, por meio das redes sociais tecnológicas, significam uma maior possibilidade de conexão, mais pessoas se falando e interagindo. Houve uma aceleração das interlocuções, velhas fronteiras foram transpostas. Porém, essas vantagens não asseguram que a esfera pública interconectada seja mais democratizante e livre das interferências do aparelho do Estado e do mercado. Essa emancipação ainda não aconteceu. Segundo Bucci (2011, p. 148), “se acreditarmos que a internet pode emancipar a humanidade do jogo de poder e do dinheiro, acreditaremos que a tecnologia fez pelos homens o que eles não foram capazes de fazer por si próprios”.

A internet veio responder a uma crise dialógica que já estava posta. Veio tentar suprir uma necessidade que já existia, problemas relacionados à participação política, à cidadania e às desigualdades sociais. Ela até encurtou as distâncias horizontais, suas ferramentas comunicacionais propiciaram a quebra do monopólio da informação e uma maior aproximação entre os atores sociais. No entanto, novas distâncias verticais apareceram.

Na primeira década deste século, a separação era feita entre os que sabiam e os que não sabiam ler e escrever; entre os que tinham educação e os que não possuíam educação. As tecnologias evoluíram, proporcionam agilidade e instantaneidade na comunicação, a criação de espaços autônomos para a circulação de informações, de ideias e de debates, mas os problemas sociais, culturais e econômicos não desapareceram. As redes tecnológicas fizeram emergir novas desigualdades sociais, discrepâncias e desequilíbrios. Para participar, o sujeito precisa articular suas habilidades discursivas com o conhecimento técnico dos protocolos digitais. Dessa forma, as desigualdades continuam e o número de pessoas que possuem todas as condições necessárias à participação ainda é reduzido.

Será que há realmente mudanças na cultura e na forma como os internautas, leitores e escritores estabelecem relações de poder? Os *blogs* surgem com um discurso liberal, em que qualquer pessoa pode expressar-se livremente, produzir textos de diversos gêneros, sem necessariamente ser um profissional da área de interesse. A liberação do polo de emissão e a transformação do leitor em produtor de informação e conteúdos são apresentadas como grandes benefícios trazidos pela comunicação pós-massiva. No entanto, não há ainda muita discussão e dados empíricos que venham comprovar essa liberação e liberdade de expressão na cultura digital.

É nesse contexto envolvido por tensões, rupturas e discontinuidades que encontramos o cenário propício à investigação. A partir da leitura das relações sociais e suas implicações no espaço virtual, podemos entender essa nova cultura dialógica e identificar quem são os sujeitos desse processo e quais identidades são assumidas por leitores e autores desse suporte, além compreender o campo de luta, negociações e disputa que se forma e se modifica diante dos novos aparatos tecnológicos.

Para conseguir identificar essas relações de poder nos discursos dos sujeitos, a análise será balizada nos estudos de Foucault (1978). Esse autor abandona a visão tradicional do poder, baseada apenas nos aspectos negativos, como proibição, censura, interdição, repressão e coação: “Já repeti cem vezes que a história dos últimos séculos

da sociedade ocidental não mostrava a atuação de um poder essencialmente repressivo” (FOUCAULT, 1978, p. 79). O autor se afasta desse modelo tradicional e segue para uma nova percepção dessas relações de poder. Entende o poder não como algo pertinente a uma classe, ao contrário, as relações de poder presumem um enfrentamento perpétuo. Dessa maneira, o funcionamento do poder é mais bem compreendido através da ideia de que se exerce por meio de estratégias e que seus efeitos implicam manobras, táticas e técnicas. Foucault (2005, p. 29) dispõe sobre a dinâmica do poder:

Ora, o estudo desta microfísica supõe que o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma apropriação, mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos; que se desvende nele antes uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade, que um privilégio que se pudesse deter; que lhe seja dado como modelo antes a batalha perpétua que o contrato que faz uma cessão ou uma conquista que se apodera de um domínio. Temos, em suma, que admitir que esse poder se exerce mais do que se possui, que não é “privilégio” adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito conjunto de suas posições estratégicas – efeito manifestado e às vezes reconduzido pela posição dos que são dominados.

Dessa forma, o filósofo afirma: “Uma sociedade sem relações de poder somente pode ser uma abstração” (FOUCAULT, 2005, p. 222). Isso implica que qualquer agrupamento humano vai estar sempre permeado por relações de poder, pois a existência desses elementos coexiste à vida social. Portanto, as relações e as práticas estabelecidas no espaço virtual reafirmam o modelo de sociedade atual.

Foucault compreende a dinâmica das relações de poder com a ideia de rede. Essa rede se apresenta em todo o corpo social, articulando e integrando os diferentes focos de poder (Estado, escola, prisão, hospital, asilo, família, fábrica, vila operária). Envolve forças que se chocam e se contrapõem, devendo-se reconhecer a pluralidade de correlações de forças. Assim, esse aspecto relacional permeia toda a perspectiva foucaultiana, como ele explica:

O que caracteriza o poder que estamos analisando é que traz à ação relações entre indivíduos (ou entre grupos). Para não nos deixar enganar; só podemos falar de estruturas ou de mecanismo de poder na medida em que supomos que certas pessoas exercem poder sobre outras. O termo ‘poder’ designa relacionamentos entre parceiros (e com isto não menciono um jogo de soma zero, mas simplesmente, e por ora me referindo em termos mais gerais, a um conjunto de ações que induzem a outras ações, seguindo-se uma às outras). (FOUCAULT, 1982, p. 217).

Na contemporaneidade, a atuação do poder se dá de formas muito mais sutis, não se exerce apenas em aspectos negativos ou por meio da violência física. A base do poder está relacionada ao confronto das forças sociais em antagonismo constante. Isso se faz presente nas relações estabelecidas entre leitores e blogueiros. Um campo de resistência e antagonismos. Não há uma relação de obediência e de subordinação, e sim um espaço de confrontos e negociações, onde um quer persuadir o outro. A disputa é travada por meio da construção discursiva.

No decorrer da pesquisa, foram sendo reveladas essas relações de poder existentes no âmbito da blogosfera potiguar. As estratégias e os mecanismos de controle e de manutenção do poder continuam existindo. Eles passam a se processar de forma diferente, adaptando-se às novas exigências e aos novos formatos comunicacionais. As formas negativas de poder se misturam às estratégias de adestramento e de socialização do sujeito. Nesse sentido, foram identificadas censura das falas dos sujeitos enunciadorees, perseguição política e cooptação dos *medias* digitais por políticos.

A discussão política democrática somente pode avançar se os direitos dos cidadãos forem de fato resguardados. O cidadão precisa de espaços de fala, como canais e oportunidades de comunicação. No entanto, no modelo político brasileiro ainda prevalece a existência de práticas antidemocráticas, além dos empecilhos já mencionados, como: existência de oligarquias e do poder invisível, que afetam o princípio da publicidade e transparência dos negócios públicos. Portanto, as decisões que influenciam na coletividade, as quais deveriam ser publicizadas, são decididas dentro de escritórios, distante da opinião pública. A política vem sendo usada como instrumento para beneficiar os interesses de poucos, de uma elite dominante. Assim, prevalecem as ideias propostas por Schumpeter (1984) sobre a existência da democracia elitista. O povo tem apenas o poder de escolher, entre as elites dominantes, os seus representantes políticos.

No capítulo anterior, discutimos sobre a herança política no Rio Grande do Norte. Foi observado que o político, no estado, não surge dos movimentos populares, ele herda a posição de um parente próximo, garantindo a perpetuação da família ao poder por gerações e gerações. Esse político aprende, desde cedo, a fazer prevalecer os interesses particulares de uma minoria. O leitor Fera descreve, em breve palavras, a atuação de alguns políticos do estado: “Os grandes grupos políticos no Rio Grande do Norte exercem a política como se fosse deles e para eles”. Essa opinião reflete a

descrença da população, que traduz esse descontentamento ao se distanciar dos assuntos políticos e até mesmo dos seus direitos como cidadão.

Nos *blogs*, são poucos os que participam assumindo suas identidades reais. A maioria dos leitores prefere utilizar o recurso do anonimato, que são os *fakes*. É a política do medo que continua existindo nos dias atuais. A utilização de identidades falsas é um artifício encontrado pelos cidadãos para que eles possam exercer parcialmente seus direitos de expressar suas necessidades e reivindicações. O comentarista Civirino defende essa prática, dizendo:

Não confio na classe política e acho que a maioria procede de forma ímproba aproximando-se bastante do que entende por bandido. Nesse sentido é bom tomar certos cuidados, pois a política tem se transformado em uma enorme negociata.

Na verdade, essa prática revela a existência de um sistema autoritário velado. A grande parte da classe política defende o sistema democrático de governo, mas os direitos de liberdade de expressão dos cidadãos são restritos. E por que esses políticos continuam sendo eleitos? Essa questão, por si só, renderia outra discussão bem mais complexa. Existem vários fatores que interferem nesse processo, um deles é reflexo da diminuição do voto de opinião e do aumento do voto de permuta. Se o cidadão troca o voto por um benefício financeiro, não poderá cobrar uma atuação ética do seu representante político. Além desses fatores, há o uso de recursos e estratégias discursivas, utilizados para a manutenção do poder.

Outra dificuldade que merece ser novamente mencionada é a fragilidade associativa da sociedade. As pessoas não têm o hábito de se unir para tentar interferir no processo de decisão política que as afeta. Esse hábito não foi adquirido, ao longo da história, porque existiram estratégias de vigilância e de controle criadas para evitar formas associativas de resistência por parte da sociedade. Segundo Foucault (2005), trata-se do poder disciplinar, que impõe uma conduta baseada em normas, em regras. Esse poder produz mecanismos para moldar o comportamento dos indivíduos. Para Foucault (2005), a punição e a vigilância são mecanismos de poder utilizados para docilizar e adestrar as pessoas para que elas se adéquem às normas estabelecidas nas instituições. A vigilância é uma tecnologia de poder que incide sobre os corpos dos indivíduos, controlando seus gestos, suas atividades, sua aprendizagem, sua vida cotidiana. De acordo com o autor,

[...] O poder disciplinar é [...] um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior adestrar: ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. [...] Adestra as multidões confusas. (FOUCAULT, 2005, p. 143).

O poder é exercido sobre os corpos individuais por meio de exercícios especialmente direcionados para a ampliação de suas forças. Esses exercícios tinham como objetivo o adestramento e a docilização dos corpos. “É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 2005, p. 118). O tempo é quantificado, o espaço medido, o corpo do operário, do aluno, do soldado é disciplinado, medido em seus movimentos, harmonizado dentro do movimento da sociedade. A punição tem agora a função de corrigir os indivíduos para estabelecer relações de poder, como forma de controle para atender aos interesses da burguesia, que necessita de corpos úteis, produtivos, disciplinados.

Foucault (2005) sugere que o poder disciplinar e seus mecanismos e dispositivos disciplinares, entre eles o Panóptico³⁰, teriam a finalidade de adestrar e docilizar os corpos dos operários, dos alunos e dos sujeitos considerados prejudiciais ao funcionamento da sociedade. Foucault analisa o Panóptico, sob a inspiração do sistema de reclusão de Jeremy Bentham, como um novo modelo de vigilância. Esses exemplos são para o autor “um conjunto de técnicas e de instituições” (FOUCAULT, 2005, p. 176) que tinham como objetivo controlar e corrigir os sujeitos, utilizando-se de dispositivos disciplinares para esse fim. O Panóptico é uma expressão desses dispositivos. Nesse novo modelo, não seria mais necessária a reclusão nos moldes tradicionais, mantendo o indivíduo recluso e escondido. Ele seria submetido apenas à vigilância constante.

No entanto, apreendeu-se que para se tornarem dóceis e produtivos esses indivíduos eram submetidos às tecnologias do poder, sendo confinados em celas,

³⁰ Jurista e filósofo inglês, considerado o pai do utilitarismo, Bentham (1748-1832), entre outras ações, criou um modelo de penitenciária diferenciada, o panóptico, que se trata de um princípio apropriado tanto para prisões quanto para fábricas, escritórios, hospitais, escolas, casernas, reformatórios etc. Com relação ao aspecto arquitetônico, o panóptico consiste numa construção em círculo, em cujo centro se acha a cadeira (encoberta por cortinas) do “inspetor” e cuja periferia é destinada às celas, apartadas entre si, dos presos ou dos alunos. O refinado objetivo da disposição é fazer com que os presos se sintam permanentemente observados e controlados, sem saber se a cadeira do inspetor está realmente ocupada. Os detentos devem “a partir de si próprios”, de modo progressivo e automático, comportar-se como se fossem observados, mesmo que não estejam. (KURZ, 1997, p. 5).

distribuídos em filas, obedecendo a uma hierarquia e a uma cronologia. Além disso, eram ainda avaliados por meio de exames, para enfim serem classificados, selecionados e recompensados de acordo com os seus méritos.

Sob essa perspectiva, para participar das discussões em *blogs*, o indivíduo necessita se adequar às normas do espaço. Os requisitos de amabilidade, cordialidade e refinamento necessários à sociabilidade vão funcionar sob a lógica do adestramento estilizado por Foucault (2005), prevalecendo as relações de disciplina. O regime do poder disciplinar produz mecanismos para moldar o comportamento dos indivíduos. Além dos critérios da conduta, é exigido ainda que o sujeito possua as competências necessárias, como o domínio dos protocolos técnicos e das habilidades discursivas. Esses critérios vão validar ou legitimar a participação dos leitores. É como um ritual que serve, na verdade, para mascarar as novas formas de vigilância, controle e disciplina dos indivíduos.

Desse modo, a prática deliberativa nas redes sociais esbarra apenas na conversação informal, não ultrapassando essa barreira inicial do desabafo, das trocas discursivas e de entendimento. Um exemplo foi a mobilização realizada em Natal, no início de 2011, contra a atuação política da prefeita Mícarla de Sousa (PV). O movimento ficou conhecido como #foramicarla. Estudantes, professores e membros da sociedade civil se uniram para protestar contra as denúncias de irregularidades na prefeitura de Natal. Essas pessoas passaram vários dias ocupando a câmara municipal dos vereadores de Natal, acreditando na força da união popular. No fim, a ação não rendeu muitas conquistas, os manifestantes somente causaram barulho e não mantiveram a união após os dias de mobilização. O grupo precisaria ainda planejar suas ações após a mobilização inicial, acompanhando de perto as investigações do Ministério Público.

Depois de alguns meses, começaram as perseguições. Pessoas que atuaram, de forma veemente, nas redes sociais foram perseguidas. O comentarista Alisson Almeida, jornalista e blogueiro³¹, até hoje sofre perseguição política no estado. Ele passou o ano de 2011 desempregado e com sérias questões financeiras. Essa situação foi gerada por que o jornalista tentou exercer de forma efetiva sua liberdade de expressão. Segundo a proposta de Sani (*apud* BOBBIO, 2007) sobre os níveis de participação política,

³¹ Endereço do *blog*: <<http://embolandopalavras.wordpress.com/>>.

Almeida conseguiu atingir o segundo nível de participação. Além de se fazer presente, chegou ao nível da ativação, ou seja, foi militante.

Almeida participou ativamente das manifestações. Porém, o exercício da cidadania rendeu-lhe sérios problemas, como revela o desabafo do jornalista:

Construir *fakes* para atacar políticos não me parece ser melhor opção (nem a mais ética, ressalte-se). Temos que ter a coragem para expor nossas ideias, posições e convicções. Faço isso todos os dias e sofro as consequências dessa decisão. Respeito quem escolhe se preservar, mas não entendo os que se dizem progressistas, mas se escondem atrás do anonimato. Isso é ainda mais incompreensível quando lembramos que o uso de *fakes* nas redes sociais é largamente usado pela tropa da prefeita Mícarla de Sousa para denegrir os críticos da gestão do PV. Esqueceram de Milena Tristo/Eugênio Bezerra? Como é que podemos, agora, fazer uso do mesmo expediente covarde? Francamente, não entendo. Uma das razões que levou à estagnação do #ForaMícarla foi a arrogância dos que se julgam líderes do movimento: foram para as redes sociais e usavam um discurso belicoso, invocando para si uma suposta força para virar a cidade de cabeça para baixo. Depois de reivindicarem a instalação da CEI dos Contratos, se desinteressaram dos desdobramentos da comissão. Poucos aparecem na CMN para acompanhar as sessões; poucos sabem o que, de fato, está acontecendo. Brincaram de fazer revolução, mas agora a maioria está cuidando da própria vida.

Por fim, um desabafo talvez inoportuno: cobri quase todas as ações do #ForaMícarla para o portal Nominuto.com. Durante a ocupação da Câmara, fui o único jornalista a fazer a defesa aberta do movimento. Cheguei a ser publicamente achincalhado por colegas de profissão por isso. Não me arrependendo de uma só vírgula que escrevi nem do apoio dado ao movimento. Mas não recebi, de nenhum dos seus integrantes, nenhuma demonstração de solidariedade quando fui atacado. Tenho dificuldades, hoje, para conseguir emprego nos veículos de comunicação da cidade. Não passei fome graças a ajuda de poucos e fieis amigos, entre eles Daniel Dantas e sua esposa Kênia. Esse foi um dos motivos que me levaram a aposentar o Embolando Palavras. Vale a pena dar sua cara a tapa se, na hora em que a coisa aperta, você é esquecido por aqueles a quem você defendeu?³²

Como a internet e os mecanismos interativos dos *blogs* possibilitaram a expansão dos fóruns de discussão, a informação passou a ser construída coletivamente, por meio das trocas simbólicas. No entanto, o anonimato é um recurso adotado por diversos cidadãos, que se escondem utilizando *fakes*³³ para poder expressar suas angústias, opiniões e reivindicações.

Nos dois *blogs* políticos pesquisados, identificou-se que a maioria dos leitores apresenta o primeiro nível de participação, que é a presença. Eles participam, discutem, escolhem o melhor argumento, por meio de uma ferramenta de votação existente no

³² Texto do jornalista Alisson Almeida, enviado no dia 11 de dezembro de 2011.

³³ *Fake* significa falso em inglês. É um termo usado para denominar contas ou perfis usados em redes sociais para ocultar a identidade real de um usuário.

blog. Contudo, não há mobilização efetiva, não existe um engajamento em prol do que eles acreditam e defendem. Essa conduta existe porque a sociedade está distante e à margem do processo de decisão do poder.

A censura também surge como grave problema enfrentado pelos leitores e comentaristas de *blogs* regionais. Isso traz à tona a discussão sobre o espaço híbrido dos *blogs*. É mais privado do que público, ou seja, possui dono, que é a pessoa responsável pela moderação e pela liberação dos comentários a serem postados. A blogueira Thaisa Galvão, nesse quesito “censura”, é alvo de muitas críticas e polêmicas que começaram a repercutir nas eleições municipais de 2008. Ela foi criticada por utilizar seu *blog* em defesa da prefeita Micarla e por boicotar todos os comentaristas que tivessem uma posição política contrária. A partir dessa época, Thaisa passou a ser muito repudiada na capital. Na entrevista, ela foi questionada sobre o assunto e disse que sempre vai defender as causas em que acredita: “Eu continuo acreditando no trabalho da prefeita Micarla”. A prefeitura do Natal também é anunciante do *blog* TG, o que faz aumentarem as desconfianças quanto à imparcialidade da conduta profissional da blogueira Thaisa Galvão. A publicação no *blog* do jornalista Daniel Dantas dispõe sobre o apoio financeiro da prefeitura ao TG³⁴:

QUARTA-FEIRA, 10 DE AGOSTO DE 2011

#Satira: Micarla e o apoio a blogueiros progressistas

O irônico blogueiro Joselito Müller atacou de novo, depois de causar celeuma ao ser levado demasiado a sério por apoiadores e opositoristas da prefeita Micarla de Sousa (PV). Agora Joselito fala sobre o apoio da prefeitura de Natal, em forma de publicidade, a alguns blogueiros progressistas da cidade.



Prefeita Micarla confirma: jornalista Thaisa Galvão recebe R\$ 12,500 mensais do erário municipal

A prefeita Micarla de Souza confirmou na noite desta quarta-feira, dia 10, que a jornalista Thaisa Galvão recebe mensalmente a quantia de R\$ 12,500 (doze mil e quinhentos reais) do município a título de publicidade. "Ela não é a única jornalista que recebe. Não sei por que essa celeuma!" disse Micarla se referindo à má repercussão da divulgação do fato nas redes sociais. "Adotamos a mesma política do governo federal em incentivar o trabalho de blogueiros

CONTRIBUA COM O BLOG: DÉ SUA OPINIÃO, FAÇA SUA DENÚNCIA, ENVIE SEU DOCUMENTO

Clique aqui para falar conosco ou para enviar sua denúncia ou documento. O anonimato estará garantido

AO VIVO: #OCCUPYWALLSTREET

[Get Adobe Flash Player](#)

Flash must be installed for you to view this video

Watch live streaming video from globalrevolution at livestream.com

BUSCA NA INTERNET

Google Pesquisa Personalizada

Antes da confirmação da ajuda financeira ao *blog* TG, já existia a especulação entre leitores e blogueiros sobre o valor dessa parceria. É necessário esclarecer que

³⁴ Disponível em: <<http://blogdodaniieldantas.blogspot.com/2011/08/satira-micarla-e-o-apoio-blogueiros.html>>.

Thaísa Galvão não faz parte do Movimento dos Blogueiros Progressistas do Rio Grande do Norte³⁵.

A jornalista também confirmou que exerce a censura de comentários em seu *blog*, ou seja, não libera os comentários de leitores ofensivos e agressivos; além disso, tem extremo cuidado com os chamados “aproveitadores”, pessoas que aproveitam a visibilidade do *blog* para se promoverem ou promoverem candidatos. Ela enfatizou ter muito cuidado com os comentários que serão publicados, por causa do receio de precisar responder judicialmente e, assim, prefere se prevenir, adotando uma postura mais firme. A blogueira ainda mencionou o *blog* Território Livre, afirmando que Laurita não exerce esse controle e que poderá sofrer as consequências dessa liberdade concedida aos leitores.

Nessa perspectiva, o *blog* TG não pode favorecer com plenitude a discussão democrática, nem ao menos fomentar o processo deliberativo nos moldes defendidos por Jünger Habermas (2003). As formas de controle impostas impedem que os participantes utilizem o espaço de comentários para expressar, de forma livre, suas opiniões. Forma-se assim um espaço teatralizado, simulado, que foi construído pela blogueira para “parecer ser” real. Ela é bem enfática ao dizer: “não deixo que me usem, que tirem proveito da visibilidade do meu *blog* para se promoverem”. No entanto, a censura que ela exerce faz com que os comentaristas sejam marionetes dos seus interesses privados. Eles servem para dar credibilidade a uma referida publicação. Dessa forma, as trocas discursivas são manipuladas, os comentários publicados não representam a realidade e a opinião da maioria dos leitores.

Torna-se bem mais complexo tentar analisar as práticas discursivas dos leitores do TG, porque não temos acesso ao “não dito”. Esse não dito vai aparecer em outros contextos, pois não se perde totalmente. Os leitores acabam procurando outros *blogs* que aceitem e publiquem seus comentários. Encontramos alguns desabafos no TL:

882 Bidinha da Cosern 22/ago/2010 às 05:08

³⁵ O Movimento dos Blogueiros Progressistas nasceu a partir da articulação do Centro de Mídia Alternativa Barão de Itararé. O seu primeiro encontro nacional foi realizado em São Paulo, no mês de agosto de 2010. Os chamados “blogueiros progressistas” é uma designação que se refere àqueles que, além de seus ideais humanistas, procuram produzir uma comunicação compartilhada, democrática e autônoma. O movimento foi criado para formular propostas de políticas públicas e pelo estabelecimento de um marco legal regulatório que contemple as transformações pelas quais a comunicação passa no Brasil e no mundo. Esse movimento identifica-se com as lutas pela democratização da mídia e contra o controle e censura pelo poder econômico do acesso à informação. Disponível em: <<http://blogprogressistasrn.com/>>.

Senhora Laurrita, o voto é livre para todos cidadãos, agora quem oculpa espaço e detem de um blog não deve usar tal ferramenta para tentar proteger determinada candidatura, inclusive não dibulgando comentarios légitimos de qualquer leitor. e isto sempre ocorre em um blog muito vesitado neste estado. que não é o seu.

883 Costa 23/ago/2010 às 07:08

Meu caro Bidinha, sei perfeitamente o blog que vc está se referindo, lá o mais blindade é o vice de Iberê.

884 Costa 26/ago/2010 às 10:08

Laurita é visível a sua imparcialidade com relação aos comentários, por favor tente colocar mais notícias sobre a região oeste, só assim eu comento. Outro blog de Natal posta sempre notícias de lá, mas nunca me deixa comentar. Principalmente se falar do vice Nenem, que eu tanto conheço.

885 Costa 29/set/2010 às 10:09

Tem um blog aqui de Natal que não publica um comentário meu de jeito nenhum, além disse posta uma notícia depois posta de novo dizendo o contrário, é um Deus nos acuda. Parabéns pela sua postura.

Os comentaristas censurados procuram mostrar sua indignação e frustração por onde passam. Essas falas aparecem nas entrevistas, nas discussões na academia e nos congressos em que apresentamos a pesquisa. O comentarista Fera, por exemplo, participa como comentarista nos dois *blogs*. Ele disse: “Tenho artifícios para comentar no *blog* da Thaisa. Como conheço suas motivações, acabei desenvolvendo uma técnica de dizer o que penso entre linhas”. Para o leitor do TG, a palavra só lhe era dada simbolicamente, como um teatro apresentando o papel da verdade mascarada. A partir desse jogo ambíguo de interesses, é possível perceber uma transposição das relações de poder que se constituem na sociedade.

Dessa forma, é importante lembrar que o TG funciona segundo a lógica capitalista. O *blog* é uma empresa de comunicação que vende espaços publicitários e assim torna-se dependente do retorno financeiro e dos interesses de seus patrocinadores. Entre os patrocinadores do TG, estão empresas privadas e órgãos públicos, tais como³⁶: Prefeitura do Natal, Câmara Municipal de Natal, Overdose Colégio e Curso, BSPAR Delphi Engenharia, Revivare, Top Car, Churrascaria Sal e Brasa etc. Thaisa foi enfática ao afirmar: “Comercializo apenas espaços publicitários e não matérias jornalísticas. Não aceito parcerias com políticos, ainda mais em época de campanha eleitoral”. No entanto, é comum observar o destaque concedido a alguns políticos, como: o deputado estadual Robson Farias e seu filho, o deputado federal Fábio Farias. Na campanha eleitoral de 2010, havia constantemente matérias referentes aos dois políticos. Muitas delas não tinham relevância para a população, uma vez que traziam informações mais pertinentes

³⁶ Todos os anunciantes do *blog* TG estão expostos nos espaços publicitários disponíveis no próprio *blog*. <<http://www.thaisagalvao.com.br/>>.

a colunas sociais. A blogueira se justifica dizendo: “Eles são muito atenciosos comigo, estão sempre enviando matéria e notícias, é difícil negar um pedido deles”.

No *blog* Território Livre, não foi observado o exercício da censura ou restrição dos comentários. Os participantes entrevistados tecem muitos elogios à blogueira e dizem ter muita liberdade para expor suas ideias e opiniões. Podemos dizer que o TL conseguiu formar uma comunidade virtual, mas observamos o exercício de outra prática coercitiva. Laurita tem um excelente domínio discursivo e utiliza dessa capacidade para desconstruir outros discursos que vão de encontro às suas convicções. Ela procura inicialmente neutralizar o discurso do interlocutor. Dessa forma, os argumentos do opositor são desconsiderados e as pretensões da blogueira acabam prevalecendo. Laurita disse em entrevista: “Quando penso no assunto de uma postagem, já sei exatamente qual direção ela vai tomar, diante os comentaristas”. Portanto, ela também tem suas estratégias de manipulação do espaço, de forma mais inteligente e não tão direta quanto a adotada por Thaisa.

Com relação aos patrocinadores, Laurita tem uma liberdade relativa. Ela não depende financeiramente do *blog*, ou seja, possui uma posição financeira privilegiada. Suas motivações estão mais relacionadas com a ordem pessoal. Escolheu a profissão de jornalista, mas encontrou dificuldades para exercer sua profissão. Foi rotulada como *socialite* e, assim, o *blog* surgiu como oportunidade de mostrar para a sociedade natalense que ela podia ser bem mais do que uma colunista social. Nesse contexto, o *blog* TL consegue sobreviver sem muitos anunciantes. Laurita criou algumas regras para a comercialização dos espaços publicitários. A principal é a de não aceitar anunciante do serviço público, incluindo os políticos. De fato, com essa condição, o TL consegue evitar certas parcerias. Porém, e os vínculos pessoais da blogueira? Ela é da família Arruda, que está vinculada às oligarquias do estado. São esses vínculos que impedem que o *blog* seja considerado um espaço público interconectado, contrariando as proposições defendidas por Habermas, Benkler e Fraser. Como ela vai questionar a atuação política das pessoas com as quais convive e respeita? Para Bucci (2009), o que temos chamado de uma grande esfera pública interconectada se aproxima, largamente, de um mundo da vida revigorado, digitalizado e eletronicado. Mudam os aparatos tecnológicos, mas as relações de poder e de controle sobrevivem e se adaptam às novas práticas discursivas.

Na concepção adotada por Deleuze (1992), estamos vivendo um período de transição de uma sociedade disciplinar para um modelo de sociedade identificada como

de controle. É um passo à frente, contudo isso não significa o fim de um modelo e o início do outro. Eles coexistem, ocasionando uma expansão para o campo social de produção. Essa transição para a sociedade de controle envolve uma subjetividade que não está fixada na individualidade. O indivíduo não pertence a nenhuma identidade, ele pode criar várias. É uma forma cíclica, onde há um recomeço contínuo das sociedades disciplinares modernas, modulando as sociedades de controle contemporâneas e exigindo-se do homem uma formação permanente.

6.2 ANÁLISE DA PRÁTICA DISCURSIVA

Para a realização dessa última etapa das análises, buscamos a fundamentação no projeto teórico de Foucault (2010). Na percepção do autor, o discurso não é simplesmente o entrecruzamento das palavras em coisas, nem trama obscura das coisas em palavras, muito menos a estreita superfície de contato entre a realidade e a língua. O discurso se constitui em práticas e, para defini-lo, é necessário buscar a lei das enunciações diversas e o lugar de onde elas vêm.

No livro *A Arqueologia do saber* (2010), Foucault discorre sobre a sua proposta da análise do discurso e alerta para a falsa tendência de tentar interpretar o não dito, o que está oculto no enunciado. Na verdade, ele mostra que é preciso ficar no nível da existência das palavras e buscar descrição de forma exaustiva da linguagem, do que foi dito. Na lógica do autor, analisar os discursos é procurar o caráter relacional que os envolve, percebendo as relações históricas, políticas e as práticas que estão inseridas nos discursos.

Foucault traça seu próprio caminho para a compreensão do sujeito, ao contemplar a tensão entre o Eu e o Outro: propõe um distanciamento do espaço em que se relacionam sujeitos individuais e procura observar a relação de forma mais ampla, baseada na noção de dispersão do sujeito. O filósofo sugere que a heterogeneidade discursiva está diretamente ligada a essa dispersão, já que os discursos revelam a posição do sujeito, pois sempre se fala de algum lugar e ao falar significa também que sou falado. A enunciação pode se constituir individualmente, de forma concreta. Porém, a cada fala, há um posicionamento diferente, porque ora se fala de um lugar, ora de outro, e nesses lugares há campos de disputas, lutas, modos de existir e negociações constantes.

Foucault multiplica o sujeito. A pergunta “quem fala?” desdobra-se em muitas outras: qual o *status* do enunciador? Qual a sua competência? Em que campo de saber se insere? Qual seu lugar institucional? Como seu papel se constitui juridicamente? Como se relaciona hierarquicamente com outros poderes além do seu? Como é realizada sua relação com outros indivíduos no espaço ocupado por ele. Também cabe indagar sobre o lugar de onde fala, o lugar específico no interior de uma dada instituição, a fonte do discurso daquele falante, bem como sobre a sua efetiva posição de sujeito e suas ações concretas. É assim que se destrói a ideia de discurso como expressão de algo, tradução de alguma coisa que estaria em outro lugar, talvez em um sujeito, algo que preexiste à própria palavra.

Ao relacionar essas indagações, Foucault (2010) nos orienta a empreender o percurso das nossas análises. O primeiro fragmento de texto a ser analisado é um discurso da blogueira Laurita Arruda sobre a atuação dos políticos no estado: “Nossos políticos são muito representativos e atuantes. Nós temos políticos muito acima da média. Nós sabemos fazer política”³⁷.

O pronome utilizado já dá evidência do lugar que se fala. Ela se refere a algo que está próximo, algo que ela compactua. Eles são atuantes para os interesses de quem? A fala da blogueira remete à posição da sua fala. É importante destacar novamente a condição histórica que envolve seu nome à política no Rio Grande do Norte e resgatar a discussão empreendida no capítulo três. Cassiano Arruda, pai de Laurita, esteve sempre ao lado do atual senador José Agripino Maia (DEM). Laurita convive também entre os Alves, devido à sua relação com o deputado federal Henrique Alves (PMDB). Essas relações dão indícios de qual o lugar da enunciação; é um discurso extremamente conservador, que traduz os interesses de uma elite política dominante. Representa um discurso pela manutenção do poder vigente. Não apresenta discordância, não traz questionamentos sobre as decisões que estão postas. Apenas confirma e reafirma as práticas políticas que imperam no estado.

O discurso da Laurita não traz uma argumentação na direção dos projetos e verbas conquistadas e aplicadas no Rio Grande do Norte. Refere-se apenas à força política dos que representam o estado no Congresso Nacional. Quando ela diz: “Nós sabemos fazer política”, apesar de a blogueira se inserir nesse processo, na verdade, o texto foi construído para fazer menção à influência e à articulação política dos que

³⁷ Apêndice 4: Entrevista concedida no dia 19 de outubro de 2011.

representam o estado no cenário nacional. Portanto, isso não implica necessariamente desenvolvimento para o Rio Grande do Norte. Podemos contrapor esse argumento com os números do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos estados brasileiros, divulgados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento³⁸. Os dados mais recentes revelam os piores resultados no *ranking* para o Nordeste brasileiro. Todos os 11 melhores IDH são de unidades da federação do Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Os piores ficaram com os nove estados nordestinos. A lista inclui os 26 estados brasileiros e o Distrito Federal. Na classificação por unidade da federação, o Rio Grande do Norte está na 21ª posição.

Os discursos políticos dos leitores nos *blogs* também são construídos na mesma lógica de argumentação. Os projetos e a atuação política dos candidatos não fazem parte da maioria dos debates estabelecidos nos *blogs*. A política no Rio Grande do Norte, na opinião de todos os entrevistados, é feita à base de paixões. É como no futebol, não há razões concretas que justifiquem as preferências. As escolhas são feitas na ordem das emoções.

654. Ana maria souza 6/set/2010 às 03:09

O SENADOR JOSE AGRIPINO É MUITO INTELIGENTE NÃO SE MISTURA ..LAURITA BEM QUE VOCE PODIA COLOCAR NO TERRITÓRIO LIVRE...JOSE AGRIPINO SENADOR É A RESERVA MORAL DO RN...

679. Rocha 15/set/2010 às 02:09

Como diz o ditado popular: "A voz do povo é a voz de Deus". E todos querem Rosalba para o nosso Estado.

682. Leandro Muniz 23/set/2010 às 09:09

Carlos Eduardo é ético, moderno, o novo, sério e competente e vai ser nosso governador para acabar com a politicagem barata dos caciques do estado. Inveja é pouco, Carlos Eduardo- Governador.

Essa prática é herança do coronelismo, dos currais eleitorais que se instauraram desde o início da república, em 1889. Não se podia questionar a atuação, os mandos e os desmandos dos políticos. O coronel utilizava dois artifícios para se eleger, quais sejam: pela violência e perseguição; ou pela troca de favores, oferecendo alimentos, remédios e emprego à população. Ainda hoje, há resquícios dessa época. Porém, a própria evolução da sociedade exigiu mudanças e foram adaptadas novas estratégias de persuasão. As instituições estatais passaram a ser encarregadas de exercer formas de controle sobre a

³⁸ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é o órgão oficial da ONU que anualmente publica o Relatório do Desenvolvimento, em que estima o IDH de todos os demais países membros da ONU. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/>>.

população, normatizando as práticas sociais. Já à grande mídia coube a responsabilidade de homogeneizar os discursos circulantes na sociedade.

O sujeito utiliza as formas da língua para inseri-las nas lutas sociais pelo sentido. A linguagem deixa de ser pura e adquire historicidade. Por isso, ao entrar na ordem do discurso, é importante lembrar que nunca se diz nada por dizer, porque o simples fato de dizer já insere o dito fluxo da história e dos poderes. Imerso nas mensagens que repercutem certas ideias, o leitor é levado a concordar com aquilo que é dito, com a ideologia dominante. Os discursos são construídos para que todos concordem com os interesses de poucos, gerando um grande consenso entre os envolvidos. Nessa perspectiva, a capacidade de subversão somente poderá surgir diante da interpretação crítica e da exaustiva descrição da linguagem. É necessário se desprender da ilusória transparência da linguagem e ir além do que foi dito.

Os *blogs* talvez possam ser considerados um tipo de resistência, tensão, discordância e embate contra uma ordem discursiva estabelecida. Mas, podem também se tornar uma nova ordem, muito mais forte, eficiente e perigosa para consolidar ideias em nível mundial que estejam atreladas apenas a interesses políticos, de audiência e de consumo. No entanto, deve-se compreender que o discurso não é neutro, ele sempre está revestido de outros discursos. Mesmo diante de toda a liberdade de escolhas individuais de tornar-se livre para falar, o discurso acaba sendo uma reprodução de outros discursos circulantes na sociedade. Não é uma construção individual, como mostra o comentário a seguir:

401. Kio 25/ago/2010 às 05:08

Quem é Hugo Manso para falar de Garibaldi, o HUGO que eu conheci, é filho de um militar da AERONAUTICA, e vivia na Rampa com as benesses da revolução tomando banho no flutuante e usufruindo das mordomias da época, enquanto Gari começava sua vida publica pelos interiores do RN, com a bandeira do PMDB, buscando a redemocratização do país. HUGO não tem voto nem para se eleger vereador, e acha que falando de Gari vai ganhar alguma coisa, finda é perdendo os poucos votos que poderia ter.

O discurso é parafrásico, repete o mesmo discurso dos partidários do PMDB, portanto sua liberdade discursiva se encontra na forma que apresenta seu texto original, ou seja, a escolha do gênero textual, do vocabulário e da ordem estética. No fragmento do texto em destaque, observa-se a referência de forma ideológica. A origem política do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) não começou pelo interior do estado. Filho de político, iniciou sua trajetória na vida pública aos 19 anos, como chefe da Casa Civil da

prefeitura do Natal na gestão de seu tio, Agnelo Alves. Após três anos, foi eleito deputado estadual. Ele buscou a redemocratização do país? Por que lutaria? Qual mudança a família Alves queria empreender no estado e no país? Logo abaixo, nos próximos comentários, a ordem discursiva do sistema reaparece na voz de alguns leitores:

674. ANDRESSA 30/set/2010 as 07:09

WILMA, UMA GUERREIRA NO SENADO, É MELHOR PARA NATAL, É MELHOR PARA O RGNORTE, É MELHOR PARA MOSSORÓ, É MELHOR PARA AJUDAR DILMA PRESIDENTE, É MELHOR PARA O BRASIL. QUEM ESTÁ COM LULA, ESTÁ COM WILMA, QUEM ESTÁ DILMA, ESTÁ COM WILMA, ESTÁ COM HUGO ESTÁ COM IBERÊ.

922. Renato Souza 5/set/2010 as 01:09

o problema maior com a campanha de Iberê é o próprio candidato. Sua história como deputado federal é ridícula. Um homem que sempre defendeu o nepotismo... sempre praticou o fisiologismo político mudando de partido a cada eleição para conseguir cargos e benefícios. E outro detalhe importante é sua produção legislativa enquanto deputado. Como é que um homem fica no cargo 24 anos e durante esse tempo só relata 5 projetos? Uma quantidade irrisória comparada ao atual deputado federal Felipe Maia, que em 3 anos e 8 meses de mandato já relatou 150 projetos de lei. No RN a alternância de poder é inevitável. A população e o estado precisa disso no momento.

Andressa defende a candidata Wilma de Faria dizendo que é melhor para Natal? Por que é melhor? Para quem é melhor? A campanha ao senado foi construída apenas tentando associar a imagem da candidata à popularidade do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. A estratégia adotada não priorizou discutir projetos ou destacar a atuação política da candidata. Como a imagem da candidata estava muito desgastada por escândalos recentes de corrupção, sua campanha foi sustentada na imagem do ex-presidente. Os comentários também repercutem a mesma orientação do Partido Socialista Brasileiro (PSB). No segundo exemplo, o discurso é em defesa do deputado federal Felipe Maia (DEM), mostra a atuação do parlamentar e pede a alternância do poder ao PSB. Existe uma contradição: Felipe Maia está há cinco anos no poder e a família Maia se mantém no poder há mais de seis décadas. Mas, a alternância seria apenas para o PSB, contra a reeleição do ex-governador Iberê Ferreira. O comentarista, Renato de Souza, durante os quatro meses da campanha eleitoral de 2010, trabalhou como apoiador voluntário nas eleições 2010 para o Partido dos Democratas. Ele foi orientado a utilizar as informações, da assessoria de comunicação do partido, na internet.

São dois *posts* diferentes que possuem muitos traços em comuns. Os dois comentaristas atuaram na campanha não como cidadãos comuns, mas com objetivos

partidários. As suas falas reproduzem o entrecruzamento de outros discursos. A liberdade discursiva se apresenta apenas na escolha do gênero textual, do vocabulário e da ordem estética utilizada.

O aparecimento dos *blogs* quebra com o fluxo tradicional da informação. Na ordem estabelecida, o sistema político de comunicação controlava tudo que era veiculado nas mídias tradicionais. O próprio sistema de renovação e concessão de rádio e TV no Brasil foi feito para beneficiar grupos políticos. O rádio e a televisão são, em sua maioria, outorgas do Poder Público para a iniciativa privada. O prazo de vigência para as concessões de rádio é de 10 anos e de televisão, 15 anos. Na prática, elas se transformam em propriedade privada, já que não pode ser feita a renovação ou o cancelamento de uma concessão. Lima (2007) pontua, dentro de uma perspectiva histórica, que a relação da imprensa com o Estado sempre foi complicada devido a certa proximidade. Ele exemplificou que, mesmo com a reforma da imprensa na década de 1950, a dependência com o Estado continuou. “Vimos formas diretas de corrupção. O Estado comprava jornalistas, existia o controle oficial de cotas de papel e da publicidade governamental, ou seja, o Estado é a fonte de recurso que faz com que a imprensa viva”. Com a internet, o processo de controle foi descentralizado e desestabilizado, tornando-se mais opaco, ambíguo e imperceptível. Segundo Bauman (2001, p. 16), “estamos vivendo a era do sinóptico, em que muitos observam poucos, isto é, em que cada um é observado por muitos, ao contrário da era do panóptico, em que poucos observavam muitos”.

Os *blogs* fizeram surgir um discurso libertário, tanto para o blogueiro quanto para quem lê. Esses discursos anunciam que, com a ferramenta digital, ele pode dizer tudo que antes era vedado. Assim, como na mídia tradicional, os *blogs* também sofrem influência de outros poderes, que fazem com que o discurso tenha a aparência de neutralidade, criando o efeito de verdade. Porém, o discurso é sempre atingido pela memória discursiva, resultado de saberes já institucionalizados por um determinado grupo que está no poder. Dessa forma, eles determinam o que se pode veicular na mídia ou não, tudo depende do jogo de interesses e de poder. (OLIVEIRA, 2011). Na transcrição do discurso da blogueira Thaisa Galvão, as marcas dessa enunciação:

Dizem que sou “micarlista”. Mas, na verdade, dou notícia da prefeitura como dou do governo. A agenda natural dos governantes está no blog. Sou amiga da Micarla antes dela entrar para a política. Fomos jornalistas e trabalhamos juntas no mesmo período. Tem uma amizade por trás. Claro que na hora que tem de falar, eu falo. Mas, não posso esconder minhas relações pessoais.

Portanto, temos que saber ponderar. As vezes dou uma matéria favorável, porque eu fiz a matéria e acredito no que estou escrevendo. Talvez, pela proximidade que tenho com a prefeita, acabo tendo informações que muitos não têm. As pessoas acabam confundindo isso com defesa. Noticiei o #foraMicarla. Não tinha como não noticiar. Também acho que eles elegeram Micarla como saco de pancadas, por tudo batem nela. Se você acompanhar meu blog vai ver que não faço isso com ninguém. Não uso meu blog para bater em político. (APÊNDICE 3).

Ela tenta mostrar aos seus leitores o discurso da verdade e da imparcialidade. Porém, a partir do momento que se mistura amizade e afetividade por alguém, a imparcialidade acaba sendo afetada. Será que o apoio financeiro ao *blog* também não compromete a imparcialidade da notícia? Na transcrição do texto em destaque, a blogueira defende a prefeita Micarla e justifica que “elegeram Micarla como saco de pancadas”. Por que a elegeram? Quem a elegeu? Por que a prefeita tornou-se alvo de críticas? Qual a função de um *blog* político senão questionar a atuação dos representantes eleitos pelo povo? Nesse sentido, o *blog* vai funcionar apenas para apresentar a agenda natural dos compromissos dos políticos do Rio Grande do Norte? Será que Thaisa não faz críticas em seus *blogs* a políticos? No monitoramento realizado, nos quatro meses da campanha eleitoral, observamos que Thaisa não se desgasta abertamente, não se dispõe com os políticos. A blogueira, quando não compactua com um candidato ou partido político, apenas lança uma questão e deixa a abertura para os comentaristas. Nos textos selecionados, o discurso é construído com o intuito de atingir o Partido dos Democratas e de reforçar as ideias defendidas pelo Partido Socialista Brasileiro:

31/07 PUBLICADO ÀS 00:45

CAMPANHA

ELEITOR DE ROSALBA E AGRIPINO COBRA ENVOLVIMENTO DELES NA CAMPANHA DE SERRA

Leitor do Blog, eleitor do presidencialista José Serra e dos senadores Rosalba Ciarlini e José Agripino Maia, Edmiray Bezerra tem se mostrado insatisfeito com a falta de “casamento” da campanha da Rosa com a campanha de Serra. Aparentando fidelidade até a alma à candidatura de Serra, o leitor criou uma peça publicitária para o lançamento de uma campanha pelo “casamento da Rosa com Serra”. Eis o e-mail enviado ao Blog, com a peça em anexo... Thaisa Galvão, Saudações! Eis que lhe envio, em anexo, o cartaz desta Campanha! Repare que não há nenhum material de Campanha com as fotos dos três candidatos. A montagem foi realizada por nós e visa denunciar essa idéia de ter vergonha do candidato de sua base aliada em nome do “medo” que tem de perder votos! Atualmente não se luta pelas ideologias partidárias, mas esquece dos seus princípios e se embasam no que for “mais popular”! Desde já queremos afirmar, “com todas as letras”, que somos eleitores dos candidatos Rosalba e Agripino. A Campanha é um apelo para que, cientes da Personalidade de Serra, convém apoiá-lo e anunciá-lo aqui no RN. Afinal, a governadorável e o senadorável sabem, e muito bem, que a presidência da

República é essencial para a atuação deles em seus devidos cargos. Exemplo disso é a oposição que Agripino faz ao Governo Lula; Pensar no RN, é pensar numa presidência que lute por nossas ideologias. Grato. *Edmiray Bezerra edmiraybezerra@*

18/08 PUBLICADO ÀS 06:12

NO DIA QUE DILMA APARECE NO PROGRAMA DE TV, ROSALBA PROMETE CONTINUAR COM O BOLSA FAMÍLIA

No primeiro dia de propaganda eleitoral na TV, onde a imagem do presidente Lula ao lado da presidenciável Dilma Rousseff, começou a ser massificada, a senadora-governadorável Rosalba Ciarlini, que não é besta, falou sobre Bolsa Família em sua caminhada diária. Numa estratégia perfeita de marketing, a Rosa levantou que soube que pessoas se passando por entrevistadores de pesquisas, estão dizendo que, se ela for eleita, vai acabar com o programa social que segura a popularidade do presidente. Gancho perfeito para tocar no assunto em cima do palanque. “Estão tentando enganar o povo, como se vocês não soubessem avaliar quem tem propostas. Sou a favor do Bolsa Família e vou ampliar o programa”, disse Rosalba, atrelando sua popularidade à do presidente.

1101. Thaisa diz:

Continuar?? Como se a senadora e o senador José Agripino, são totalmente contra os programas do governo Lula?/ inclusive voltaram contra??Num faça querer acreditar nisso kkkkkkkkkkk

1102. JAMERSON ROQUE DA COSTA DIZ:

Thaisa porque ela não fala também do seu candidato a presidente?

1103. Thaisa diz:

E vc dizendo está dito. Muito obrigada por lembrar.

Nos trechos apresentados, é evidente a crítica aos dois candidatos. No segundo exemplo, a declaração anexada era apenas referente ao discurso da candidata ao governo Rosalba Ciarlini (DEM), afirmando que era a favor do projeto Bolsa Família. A blogueira associou também o nome do candidato José Agripino (DEM) às críticas. Trata-se de um discurso partidário que beneficia os candidatos do PSB, reforçando a estratégia do partido. A fala de Thaisa está permeada pelo discurso do PSB, que busca atrelar seus candidatos ao senado e ao governo estadual, Wilma de Faria e Iberê Ferreira, à imagem do Governo Federal. Nesse sentido, percebe-se que, mesmo na blogosfera, não existe um discurso neutro, homogêneo, objetivo e imparcial. Há sempre interesses privados por trás.

O discurso sempre está revestido das falas de terceiros e, por meio do jogo da linguagem, ambiciona manipular, persuadir o outro e assim, convencê-lo sobre a veracidade dos argumentos propostos. A imparcialidade nos discursos é algo difícil de atingir, porque cada sujeito possui seus interesses, suas percepções de mundo, suas relações pessoais, que interferem nesse processo. Mas, a questão centra-se na transparência e na honestidade entre blogueiros e leitores. Nos exemplos analisados, percebemos as armadilhas dos discursos, tanto dos leitores quanto das blogueiras, não revelando qual a posição do seu discurso. Eles não assumem abertamente de que lado

estão e por que estão. No *blog* TL, o leitor já identifica as preferências partidárias da blogueira, em virtude das relações familiares que a cercam. No entanto, o mesmo não acontece com os discursos de alguns leitores e ainda no discurso da Thaisa Galvão. Existem leitores, por exemplo, que acionam suas falas em defesa da cidadania, mas não revelam quais as reais motivações para a participação. Nesse sentido, a estratégia política de cooptação não se estende apenas aos blogueiros, vai um pouco mais além, abarca também os comentaristas de *blogs*. A própria Laurita confirma essa tendência: “tenho percebido que alguns candidatos têm assessores exclusivos para comentar em blogs” (APÊNDICE 4).

Ao longo da pesquisa, foram sendo reveladas essas relações de poder existentes no âmbito da blogosfera potiguar. As estratégias e os mecanismos de controle e de manutenção do poder continuam existindo. Eles passam a se processar de forma diferente, adaptando-se às novas exigências e aos novos formatos comunicacionais. As formas negativas de poder se misturam às estratégias de adestramento e de doçialização do sujeito. Nesse sentido, foram identificados censura das falas dos sujeitos enunciadoreis, perseguição política e cooptação dos medias digitais por políticos.

Na verdade, os *blogs* impuseram novos desafios aos leitores, apareceram múltiplos papéis na leitura e produção de conteúdo. As mudanças foram empreendidas na forma de emissão, produção e circulação de conteúdos. Porém, essas mudanças sempre foram colocadas de modo a designar o espaço virtual como um lugar libertário, ágil, potente e democrático. Impera a cultura da liberdade, de ler e expressar-se, de poder dizer o que quiser, no lugar e momento que convier. Existe a ilusão de que o sujeito é dono do seu próprio discurso. Porém, as estratégias e os procedimentos de controle social estão sempre se adaptando às novas exigências da sociedade e às novas tecnologias. O sujeito pós-moderno caminha numa linha tênue entre o real, o imaginário e o virtual. Oliveira (2011, p. 138) sugere uma analogia ao mundo de Alice. O sujeito tem um mundo maravilhoso aos seus pés, mas não consegue tocá-lo. Entretanto, esse mundo consegue modificá-lo enquanto ser e oferece-lhe a ilusão da onipotência e da onipresença, a sensação de poder assumir qualquer identidade e dizer o que quiser. Além disso, basta apenas um segundo para perceber que tudo lhe foi tirado, voltando a sensação de Alice confusa em meio ao desconhecido. Os exemplos apresentados e as análises que aqui foram empregadas mostram, claramente, que as relações de poder vão existir independentemente do suporte tecnológico utilizado.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do processo de interlocução, estabelecido nos *blogs* da Thaisa Galvão e do Território Livre, foi possível compreender as práticas discursivas e suas implicações, que ocorrem nas relações do cotidiano e nas interações do dia a dia entre os sujeitos enunciadorees. Os exemplos aqui apresentados revelam que as conversações informais contribuem não apenas para o desenvolvimento dos laços afetivos de pertencimento mas ajudam também a melhorar a capacidade de argumentação, reflexão e domínio cognitivo.

Os *blogs* motivam uma nova forma de interação social. Os sujeitos passam a se conhecer na informalidade, a partir das leituras, das escritas e da referenciação em seus *blogs*. O espaço dos comentários envolve uma troca riquíssima em que se manifestam debates, resistências, consensos e conflitos, que refletem as relações cotidianas e o processo da vida real. A interação entre os comentaristas foi registrada apenas no *blog* Território Livre, cujos leitores conseguiram criar laços afetivos e de pertencimento entre eles, o que levou à formação de uma comunidade virtual. Esses laços extrapolam o campo virtual discursivo e se estendem até as arenas da vida real. No TL, a ação da blogueira permite uma troca discursiva sem muita intervenção e moderação. Entretanto, a existência dessa flexibilidade nos filtros não implica que as discussões estejam livres da subordinação das relações de poder e dos interesses políticos e econômicos de grupos dominantes.

Percebe-se que, como acontece na vida real, na realidade digital também há resquícios da ordem discursiva baseada na censura, na lei, na repressão e em formas de coerção e controle social. Mudam-se as estratégias persuasivas e se adaptam as novas ferramentas digitais, mas a política do medo continua existindo mesmo diante de todos os discursos libertários proclamados pela internet. Como Oliveira (2011) sugere, o sujeito pós-moderno é na verdade um sujeito fragmentado que busca, por meio das tecnologias, mitos da modernidade, simulacros do paraíso e de seu consumo e que procura, enquanto ser livre, único, genuíno, ser dono do seu discurso.

É inegável que esses grupos utilizam os bens disponíveis no espaço virtual e as experiências advindas dele de maneiras diferentes para recriarem novas condições de existência nas tecnointerações. Nesse cenário, foram observados indícios das marcas cognitivas ou dos saberes locais que interagem com a cultura digital. Essas marcas são ressaltadas na construção de um ambiente interativo que se preocupa em circundar um

imaginário periférico e regional (BEVILAQUA; COELHO, 2011). A investigação encontrou algumas dificuldades relacionadas com a discussão democrática nas arenas discursivas dos *blogs* políticos do estado, como a cultura política, baseada nessa herança patrimonial, na fragilidade associativa da população, no sistema oligárquico de governo, na cultura do favorecimento e do jeitinho que continua prevalecendo nas relações políticas, na economia e nas práticas sociais no estado.

As redes tecnológicas encurtaram certas distâncias horizontais e favoreceram a quebra do monopólio da informação. Entretanto, fizeram emergir também novas desigualdades sociais, discrepâncias e desequilíbrios. As práticas discursivas ainda estão restritas a uma parcela pequena da população brasileira. Para participar, o sujeito precisa articular suas habilidades discursivas com o conhecimento técnico dos protocolos digitais. Os *blogs* ainda constituem um fenômeno pouco explorado, um universo fragmentado e restrito a poucos que detêm capital cognitivo, cultural e até mesmo econômico. Seus participantes são cidadãos que já mantêm um interesse referente à política. Outro aspecto relevante é que os *blogs* representam o modelo da sociedade vigente, ou seja, eles estão, na realidade, confirmando a nova economia do conhecimento³⁹, que tem uma estreita vinculação com a reestruturação do capitalismo. Trata-se de um espaço que na realidade é privado, mas com características públicas por permitir a participação e a colaboração de diversos atores sociais. No entanto, é regido pela lógica comercial, que necessita de patrocinadores e da comercialização dos espaços publicitários.

A utilização dos *blogs* reacendeu as esperanças de ampliação dos espaços de participação da esfera civil. Entretanto, a partir dos exemplos aqui demonstrados, fica evidente que a evolução dos aparatos técnicos não supre a deficiência do sistema político democrático. Isso porque existe toda uma cultura arraigada que continua aparelhando as relações sociais e que funciona como um entrave para o exercício da cidadania. Desse modo, não se trata de um espaço público plural, e sim de um espaço que tende à homogeneização dos discursos. Os interesses privados e as motivações pessoais e econômicas prevalecem. Sob essa lógica, a liberdade nos *blogs* é concedida apenas a quem os mantém e gerencia, que são os blogueiros. A participação está condicionada aos filtros impostos pelo autor do espaço e pelas relações de poder a que são submetidos.

³⁹ O conceito economia do conhecimento se refere à aplicação do conhecimento como estímulo ao desenvolvimento econômico. O conceito está fundamentado nos estudos de Daniel Bell e Emanuel Castells.

A cultura que impera no país faz com que as pessoas tenham o hábito de carregar suas relações familiares da esfera privada para o espaço público, assim as interações acabam sendo personalizadas e revestidas de interesses privados. Nesse sentido, a pesquisa empírica comprovou que as interações que ocorrem nas arenas dos espaços públicos físicos estão apenas sendo transpostas para o virtual.

Nesse universo comunicacional, no qual os *blogs* estão inseridos, os interesses privados se sobrepõem aos anseios coletivos. Os textos-comentários mostram que os atores envolvidos nas discussões deixam de valorizar a dimensão social das questões referentes ao bem comum, para priorizar a exibição discursiva midiática de posições privadas (GOMES, 2008). Nos termos habermasianos, fala-se de privatização do espaço público, tendo em vista que o princípio da publicidade, caracterizada pela transparência das ações públicas, transforma-se num requisito de exposição dos interesses pessoais.

Observa-se que não existe uma conexão entre a esfera de decisão e as ações dos cidadãos. No Rio Grande do Norte, por exemplo, as principais mudanças sociais, políticas e econômicas empreendidas partiram das classes dirigentes, ou seja, da elite dominante. A história política no estado se desenvolve pela lógica da revolução passiva da sociedade civil. Segundo Spinelli (2006), o estilo de se fazer política no Rio Grande do Norte “foi baseado na utilização de mecanismos tradicionais de reprodução da classe política: o nepotismo, a patronagem, o clientelismo e o assistencialismo”. Como sugere Fraser (2001), a sociedade civil passou a representar aquele público fraco e subalterno, cujas ações acabam não interferindo nas decisões de poder.

Algumas das iniciativas apresentadas nesta pesquisa evidenciam vários exemplos positivos da utilização da tecnologia no exercício da cidadania. Realmente, os atores coletivos tendem a ser mais eficazes do que o cidadão isolado para produzir e divulgar informação, argumentar e debater na esfera pública e, ainda, exercer pressões sobre os representantes políticos. No entanto, Maia (2008) sugere que para que uma democracia seja considerada robusta, ela precisa de uma pluralidade de formas de participação política por parte dos cidadãos, de associações e de formas distintas de articulação entre e com os agentes do Estado.

A internet propiciou uma expansão dos fóruns de discussão e a entrada de novos atores no campo discursivo. Contudo, essa expansão não pressupõe que essa esfera pública interconectada esteja mais democratizante e livre das forças coercitivas e manipuladoras do aparelho do Estado e da voracidade do mercado. Deve-se lembrar de

que a internet contém, em si, o mercado e as hierarquias, como também as possibilidades de ação autônoma dos cidadãos (BUCCI, 2011).

Todas as implicações ao processo deliberativo pressupõem que a utilização de uma nova tecnologia não irá conseguir suprir as necessidades que já existiam. Os recursos e os instrumentos interacionais, sozinhos, não são capazes de mudar as relações de poder que existem na sociedade e não poderão resolver o problema da apatia política dos cidadãos. As mudanças e evoluções na participação política da sociedade civil dependem de condições socioeconômicas favoráveis, como justiça social, distribuição de renda e melhoria no sistema educacional brasileiro.

As práticas deliberativas e a discussão democrática, nos moldes defendidos por Habermas (1997, 2003), somente ocorrerão efetivamente se os sujeitos tiverem oportunidades e canais para que possam conversar e expressar suas opiniões e demandas, com liberdade. No entanto, aliado a todas essas questões, esse sujeito pós-moderno necessita ainda ter condições de associar suas habilidades cognitivas ao domínio dos novos protocolos digitais.

REFERÊNCIAS

- ALDÉ, Alessandra. **A construção da política**: democracia, cidadania e meios de comunicação de massa. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.
- _____. A febre dos *Blogs* de política. **Revista FAMECOS**, n. 33. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/famecos/article/view/3257/3084>>. Acesso em: 10 ago. 2010.
- ALDÉ, Alessandra; BORGES, Juliano. Internet, imprensa e as eleições de 2002: pautando notícias em tempo real. **Logos – Revista da Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação Social da UERJ**, Rio de Janeiro, n. 21, 2004.
- AMARAL, Adriana; RECUERO, Raquel; MONTARDE, Sandra. **Blogs.com**: estudos sobre blogs e comunicação. São Paulo: Momento, 2009.
- ARAÚJO, A. V. **Weblog e Jornalismo**: os casos de No Mínimo Weblog e Observatório da Imprensa (Bloi). 2006. Dissertação (Mestrado em Comunicação). São Paulo. 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27142/tde-19052006-172740/pt-br.php>>. Acesso em: 03 ago. 2011
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- AZEVEDO, J. **Os programas de governo no horário gratuito de propaganda eleitoral**: um estudo das eleições governamentais no Rio Grande do Norte em 2006. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFRN. Natal, 2010.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, Ulrich. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.
- BECKER, H. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.
- BELL, Daniel. **O advento da sociedade pós-industrial**: uma tentativa de previsão social. São Paulo: Abril Cultural, 1976.
- BENHABIB, S. **democracy and difference**: contesting the boundaries of the political. Pinceton: Princeton University Press, 1996.
- BENKLER, Yochai. **The Wealth of Networks**: how social production transforms markets and freedom. New Haven: Yale University Press, 2006.
- BEVILAQUA, A. K. D; COELHO, M. G. P. Mapas de percepções de una gran promesa: el debate en blogs políticos y la ampliación de la esfera pública plural

In: FAUSTO NETO, Antônio. **La política de los internautas**. Barcelona/Buenos Aires: Editora da CICCUS- LAGRUJIA, 2011.

BLOOD, R. **We've got how weblogs are changing our culture**. Cambridge: Perseus Books Group, 2002.

_____. **Weblogs: a history and perspective**. 2000. Disponível em: <http://www.rebeccablood.net/essays/weblog_history.html>. Acesso em: 12 jun. 2011.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. 9. ed. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

BOBBIO, Norberto; MATTECUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 13. ed. Brasília: Editora da UNB, 2007.

BOHMAN, J. **Public deliberacion: pluralism, complexity and democracy**. Cambridge: The MIT Press, 1996.

BORGES, Juliano. **Blogs de política, blogs de políticos e a influência na cobertura jornalística**. 2007. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/compolitica/anais2007/gt_ip-juliano.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2010.

BRAGA, Adriana. **Personas Materno-Eletrônicas: feminilidade e interação no Blog Mothern**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

BRAGA, Adriana. Da cultura feminina de Simmel aos *weblogs*: mulheres na internet. In: Intercom, 27. **Anais...** Porto Alegre, 2004. (CD-ROM).

BRETAS, Beatriz; SILVA, Rafael Figueiredo. **Interfaces telemáticas: linguagens e interação na construção de momentos comunicativos**, 2006. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/gris/biblioteca/artigos>>. Acesso em: 10 jun. 2011.

BRETON, Philippe; PROULX, Serge. **Sociologia da Comunicação**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

BRIGNOL, L. D. Internet, integração e cidadania: uma reflexão sobre apropriações da rede mundial de computadores por imigrantes latino-americanos e europeus em Porto Alegre. **Revista Logos**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, 2005.

BUCCI, Eugênio. Mundo, Mundo, Vasto Mundo da Vida... In: BUCCI, Eugênio. **Esfera pública, redes e jornalismo**. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

BUENO, Almir de Carvalho. **Visões de República: ideias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)**. Natal: EDUFRN, 2002.

CAILLÉ, Alain. Nem holismo nem individualismo metodológico: Marcell Mauss e o Paradigma da dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 38, 1998.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

CHAGAS, Viktor; ALDÉ, Alessandra. Blog de política e identidade jornalística (transformações na autoridade cognitiva e na relação entre jornal e leitor). **Pauta Geral**, v. 7, 2006.

COHN, Gabriel. Qual é a forma da sociedade da informação? In: FAUSTO NETO, Antônio *et al.* (Org.). **Práticas midiáticas e espaço público**. Porto Alegre: Editora da PUCRS, 2001.

CONSONI, G. B. **Conversações online nos comentários de blogs: interações dialógicas nos blogs Melhores do Mundo, Interney e Pensar Enlouquece**. Porto Alegre: UFRGS/Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, 2010.

COSTA, Rogério. Inteligência coletiva: comunicação, capitalismo cognitivo e micropolítica. **Revista Famecos**, Porto Alegre, n. 37, 2008.

DAHL, R. **Sobre a democracia**. Brasília: Editora da UnB, 2001.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DELARBRE, R. T. A Internet como Expressão e Extensão do Espaço Público. **Revista Matrizes**, v. 2, n. 2, 2009.

DELEUZE, G. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1992.

DUARTE, J. C. S. A dádiva como fundamento do paradigma da reciprocidade, do estabelecimento do vínculo social e da constituição das redes sociais. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTICIDIPINARES EM CULTURA, 7. **Anais...** Bahia, 2011.

EFIMOVA, Lilia; MOOR, Aldo. **Beyond personal webpublishing: an exploratory study of conversational blogging practices**. In: HAWAII INTERNATIONAL CONFERENCE ON SYSTEM SCIENCES, 30., 2005, Havaí. **Anais...** Havaí, 2005.

ESCOBAR, Juliana. Blog do Noblat e o escândalo midiático: jornalismo sob novas bases. **Unirevista**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, 2006. Disponível em: <http://www.unirevista.unisinos.br/_pdf/UNIrev_Escobar.pdf>. Acesso em: 03 maio 2010.

FAUSTO NETO, Antonio (Org). Interação e sentidos no ciberespaço e na sociedade. **Compós**, Porto Alegre, v. 2, 2001.

_____. **Mediatização: prática social, prática de sentido**. Paper. Bogotá: Seminário Mediatização, 2006.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora da UnB, 1994.

- FAORO, Raymundo Faoro. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.
- FISCHER, R. M. Foucault e Análise do Discurso em Educação. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, n. 114, 2001.
- FONSECA, Francisco. Democracia e participação no Brasil: descentralização e cidadania face ao capitalismo contemporâneo. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. 2, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000200013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 09 jul. 2010.
- FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. 7. ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 2010.
- _____. **A ordem do discurso**. 21. ed. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.
- _____. **Microfísica do poder**. 14. ed. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- _____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- FRASER, Nancy. Que é crítico na teoria crítica? O argumento de Habermas e o gênero. In: BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla. **Feminismo como crítica da modernidade**. Rosa dos Tempos, 1987.
- _____. Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. In: CALHOUN, Craig. **Habermas and the public sphere**. 2. ed. England: The MIT, 1993.
- FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento: dilemas da era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé (Org.). **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: Unb, 2001.
- GARCIA, José. **Cibercultura e cidadania**. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt>>. Acesso em: 11 jul. 2009.
- GOFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. **Ritual da interação: ensaios sobre o comportamento face a face**. Tradução de Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis: Vozes, 2011.
- GOMES, Wilson. Internet, censura e liberdade. In: PAIVA, R. (Org.). **Ética, cidadania e imprensa**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.
- _____. **Transformações da Política na Era da Comunicação de Massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

_____. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. **Revista Fronteiras**, São Leopoldo, v. 8, n. 3, 2005.

_____. Internet e participação política em sociedades democráticas. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 27, 2005b.

_____. Publicidade, visibilidade, discutibilidade: para uma revisão do conceito de esfera pública política. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 16. **Anais...** Curitiba, 2007. (GT Comunicação e Política).

_____. Da discussão à visibilidade. In: GOMES, W.; MAIA, R. C. M. **Comunicação e democracia: problemas & perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008.

_____. Participação política online: questões e hipóteses de trabalho. In: GOMES, Wilson. **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulinas, 2011.

GOODE, W.; HATT, P. **Métodos em pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Nacional, 1979.

GOUVEIA, Carlos. **Análise crítica do discurso**: enquadramento histórico. Disponível em <<http://www.fl.ul.pt/pessoais/cgouveia/downloads/HCC.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2011.

GREGOLIN, M. Análise do discurso da mídia: a (re)produção de identidade. **Revista Dossiê**, v. 4, n. 11, 2007.

GUMBRECHT, Michelle. Blog as protected space. In: **Workshop on Weblogging Ecosystem**. Aggregation, Analysis and Dynamics. New York: ACM Press, 2004.

GUTMANN, A; THOMPSON, D. **Democracy and disagreement**. Cambridge: Harvard University Press, 1996.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Tradução de F. B. Siebeneichler. Título original: *Faktizität und Geltung. Beiträge zur Diskurstheorie des Recht unddes demokratischen Rechtsstaats*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

_____. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

_____. **O discurso filosófico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

_____. Political communication in media Society. **Communication Theory**, v. 16, 2006.

HAGUETTE, T. Metodologias qualitativas na sociologia. 3. ed. rev. e atual. Petrópolis: Vozes, 1992.

HAGUETTE, T. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

- HELD, D. **Modelos de democracia**. Belo Horizonte: Paideia, 1987.
- HERRING, Susan C. Interactional Coherence in CMC. In: HAWAII INTERNATIONAL CONFERENCE ON SYSTEM SCIENCES, 32., 1999, Havaí. **Anais...** Havaí, 1999.
- HERRING, S. C. *et al.* Bridging the Gap: A genre Analysis of Weblogs. In: Annual Hawaii International Conference on System Sciences, 37. **Anais...** Havaí, 2004.
- HILER, John. **Blogosphere**: the emerging media ecosystem. 2002. Disponível em: <<http://www.microcontentnews.com/articles/blogosphere.htm>>. Acesso em: 16 set. 2011.
- HOLANDA, S. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HORROCKS, Christopher. **Marshall McLuhan and virtuality**. Cambridge: Icon Books, 2001.
- JACOBI, Pedro. **Políticas sociais e ampliação da cidadania**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2000.
- JACOBI, Pedro; BARBI, Fabiana. Democracia e participação na Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. 2, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000200012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 09 jul. 2010.
- JAKOBSON, Roman. **Linguística e Comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1969.
- KELSEN, Hans. **A democracia**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- KIM, J; KIM, E. Theorizing dialogic deliberation: everyday political talk as communicative action and dialogue. **Communication Theory**, v. 18, 2008.
- KUCINSKI, Bernardo. A revolução anti-industrial da internet. In: KUCINSKI, Bernardo. **Jornalismo na era virtual**: ensaios sobre o colapso da razão ética. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo; Editora da UNESP, 2005.
- KURZ, Robert. Gênese do absolutismo de mercado. **Folha de São Paulo**, 1997. Caderno Mais.
- LEMOS, André. Cibercultura: alguns pontos para compreender a nossa época. In: LEMOS, André; CUNHA, Paulo. **Olhares sobre a cibercultura**. Porto Alegre: Sulina, 2003.
- _____. Nova esfera conversacional. In: DIMAS, A. *et al.* **Esfera pública, redes e jornalismo**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2009. Disponível em: <<http://andrelemos.info/artigos/conversacao.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2010.
- LIMA, V. A. (Org.). **A mídia nas eleições de 2006**. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2007.

_____. **Mídia: crise política e poder no Brasil.** São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2006.

LUBENOW, J. A. As críticas de Axel Honneth e Nancy Fraser à filosofia política de Jurgen Habermas. **Revista Verita**, São Paulo, v. 55, n. 1, 2010. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/veritas/article/view/7325/5288>>. Acesso em: 04 fev. 2011.

MACPHERSON, C. **A Teoria Política do Individualismo Possessivo:** de Hobbes a Locke. Tradução de Nelson Dantas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MAFFESOLI, M. **O tempo das tribos.** Rio de Janeiro: Forense, 1987.

MAIA, Rousiley. **Redes Cívicas e Internet:** efeitos democráticos do associativismo. 2002. Disponível em: <http://www.logos.uerj.br/PDFS/27/04_ROUSELY_MAIA.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2010.

_____. **Mídia e deliberação.** Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2008.

MAIA, R.; GOMES, W; MARQUES, F. **Internet e participação política no Brasil.** Porto Alegre: Sulina, 2011.

MALINI, Fabio. **Por uma Genealogia da Blogosfera:** considerações históricas (1997 a 2001). Rio de Janeiro: Lugar Comum (UFRJ), 2008.

MALINI, Fabio. **Narrativas compartilhadas por *hashtags*:** o fenômeno no Brasil e as suas implicações na produção da verdade. Rio de Janeiro: Lugar Comum (UFRJ), 2010. v. 3.

MANIN, B. On legitimacy and political deliberation. **Political Theory**, v. 15, 1987.

_____. **Principles of representative government.** Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

MARCELO, A. **Internet e Novas Formas de Sociabilidade.** 2001. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/marcelo-ana-sofia-internet-sociabilidade.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2011.

MARLOW, Cameron. Audience, structure and authority in the weblog. In: INTERNATIONAL COMMUNICATION ASSOCIATION CONFERENCE, 2004, New Orleans. **Anais...** New Orleans, maio 2004.

MARQUES, A.; MAIA, R. A conversação sobre temas políticos em contextos comunicativos do cotidiano. **Revista Política & Sociedade**, Santa Catarina, v. 7, n. 12, 2008.

MARQUES, Ângela. A conversação informal na internet: aspectos afetivos e políticos. In: ENCONTRO DA COMPÓS, 18., Belo Horizonte, jun. 2009.

MARQUES, A. *et al.* **A esfera pública, redes e jornalismo**. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

MARQUES, Francisco. **Participação política e internet: meios e oportunidades digitais de participação civil na democracia contemporânea, com um estudo do caso do Estado brasileiro**, 2008. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/viewFile/10932/7329>>. Acesso em: 10 jul. 2010.

_____. **Dimensões da Ciberdemocracia: conceitos e experiências fundamentais**. 2004. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Culturas Contemporâneas) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Culturas Contemporâneas, Salvador, 2004.

_____. Debates políticos na internet: a perspectiva da conversação civil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 12, n. 1, 2006.

_____. **Sobre a comunicação político-partidária na internet: um estudo dos informativos digitais do PT e do PSDB**. **Galáxia**, São Paulo, v. 10, 2006b.

_____. Governo e democracia digital: um estudo do perfil das oportunidades de participação oferecidas através de sites do Poder Executivo Federal. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA - COMPOLÍTICA, 2., 2007, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 2007.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Contexto, 2008.

MATTELART, Armand. **História da sociedade da informação**. São Paulo: Loyola, 2002.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Editora da USP, 1974.

MORAES, Dênis. **O concreto e o virtual: mídia, cultura e tecnologia**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MORAES, F. Introdução. In: MORAES FILHO, Evaristo (Org.). **Georg Simmel: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

_____. **Mutações do visível: da comunicação de massas à comunicação em rede**. Rio de Janeiro: Pão e Rosa, 2010.

NORA, D. **Les conquérants du cybermonde**. Saint-Amand: Gallimard, 1997

OLIVEIRA, M. **Práticas de discurso e de leitura em blogs jornalísticos**. 2011. Disponível em: <<http://publicacoes.unifran.br/index.php/colecaoMestradoEmLinguistica/article/view/387/314>>. Acesso em: 06 jan. 2012.

OLIVEIRA, H. **A Democracia em suas Versões Elitista e Participativa e o Modelo da Autonomia Democrática**. 2002. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/7176/6617>. Acesso em: 10 dez. 2011.

OLIVEIRA, R. M. C. **De onda em onda**: a evolução dos ciberdiários e a simplificação das interfaces. Biblioteca *on-line* de ciências da comunicação, 2003. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/oliveira-rosa-meire-De-onda-onda.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2010.

OLIVEIRA, R. M. C. **Diários íntimos na era digital**: diários públicos, mundos privados. Ciberpesquisa, 2002. Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/>. Acesso em: 03 fev. 2010.

ORLANDI, E. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PINTO, C. **Com a palavra o senhor Presidente Sarney**: ou como entender os meandros da linguagem do poder. São Paulo: Hucitec, 1989.

POSTER, Marc. *CyberDemocracy: Internet and the Public Sphere*. **ReadingDigital Culture**. Oxford: Blackwell, 2001.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PRADO, Otávio. **Governo Eletrônico, reforma do Estado e transparência**: o programa de governo eletrônico do Brasil. 2009. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, 2009.

PRIMO, Alex. **Interação mediada por computador**: comunicação, cibercultura e cognição. 3. ed. Porto Alegre: Sulinas, 2011.

_____. Os *blogs* não são diários pessoais online: matriz para tipificação da blogosfera. **Revista Famecos**, Porto Alegre, n. 36, 2008.

PRIMO, Alex; SMANIOTTO, A. Blogs como espaços de conversação: interações conversacionais na comunidade de blogs insanus. **Revista E-Compós**, v. 1, n. 5, 2006.

RADOMSKY, Guilherme; SCHNEIDER, Sérgio. **Nas teias da Economia**: o papel das redes sociais e da reciprocidade nos processos locais de desenvolvimento, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v22n2/02.pdf>. Acesso em: 02 maio 2011.

RECUERO, Raquel. Redes Sociais na Internet: considerações iniciais. In: Encontro dos Núcleos de Pesquisa da XXVII INTERCOM, 4., **Anais...**, Porto Alegre, 2004.

Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/recuero-raquel-redes-sociais-na-internet.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2010.

RECUERO, Raquel. **Weblogs, webrings e comunidades virtuais**. v. 1, n. 31, 2003a. Disponível em: <<http://pontomidia.com.br/raquel/webrings.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2010.

RECUERO, Raquel. *Warblogs: os weblogs, o jornalismo online e a Guerra no Iraque*. **Verso e Reverso**, São Leopoldo, n. 37, 2003b.

ROCHA, Paula Jung. Sentimentos em rede compartilhados na pós-modernidade. **Revista da Famecos**, n. 23, 2003.

RODRIGUES, A. **Comunicação e cultura: a experiência cultural na Era da Informação**. Lisboa: Presença, 1994.

RODRIGUES, Catarina. **Blogs e Fragmentação do Espaço Público**. 2006. Disponível em: <http://www.LivrosLabcom.ubi.pt/pdfs/20110824-rodrigues_catarina_blogs_fragmentacao_espaco_publico.pdf>. Acesso em: 03 maio 2011.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SCHUDSON, M. Por que a conversação não é a alma da democracia? **Revista Famecos: Mídia, cultura e tecnologia**, Porto Alegre, v. 1, n. 14, 2001. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3096/2372>>. Acesso em: 20 jan. 2010.

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Tradução de Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SILVA, Daniela. **Transferência na esfera pública interconectada**. 2010. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://blog.esfera.mobi/wp-content/uploads/2010/04/transparencia_esferapublica1.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2011.

SILVEIRA, P. **Ideologia, indivíduo e sujeito**. São Paulo: Editora da PUC, 1994.

SILVEIRA, S. Esfera Pública Interconectada, Blogosfera e Redes Sociais. In: SILVEIRA, S. **Esfera Pública, Redes e Jornalismo**. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

SIMMEL, Georg. Sociologia. In: MORAES FILHO, Evaristo (Org.). **Georg Simmel: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

_____. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SPINELLI, José Antônio. **Oligarquias e legitimidade democrática: a experiência potiguar de redemocratização 1985/2002**. Natal: FUNDAJ, 2006.

TARDE, Gabriel. **A opinião e as massas**. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 2005.

VEIGA, Luciana; GONDIM, Sônia. A utilização de métodos qualitativos na ciência política e no marketing político. **Opinião Pública**, Campinas, v. 7, n. 1, 2001.

WAIZBORT, Leopoldo. George Simmel: sociabilidade e moderno estilo de vida. **Sociabilidades**, São Paulo, n. 1, 1996.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – Roteiro de entrevistas aplicado para a pesquisa qualitativa e descritiva

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA MÍDIA / PPgEM

Pesquisa: Práticas Discursivas em Blogs Políticos: uma observação sobre a participação política e as transformações que acompanham o espaço público

ROTEIRO – ENTREVISTAS BLOGUEIRAS

1. Ano de surgimento do *blog*?
2. As motivações que a levaram a atuar na *blogosfera*?
3. Por que você escolheu a política?
4. Quais os fatores que foram determinantes para o sucesso do *blog*?
5. Como foi a trajetória do *blog* até os dias atuais? Quais os patrocinadores e autossustentabilidade?
6. É difícil lidar com a dualidade entre a busca pela imparcialidade e ter que comercializar os espaços publicitários? E os laços familiares e políticos interferem?
7. Como é feita a moderação no *blog*?
8. A atualização e a busca por notícia a serem publicadas é feita apenas por você?
9. Em ano eleitoral, aumenta a audiência e participação de leitores?
10. Qual o perfil dos seus leitores?
11. Como você descreveria a política no Rio Grande do Norte?
12. As discussões estabelecidas em *blogs* contribuem para um processo eleitoral mais democrático?
13. Alguma denúncia realizada no *blog* já conseguiu ser resolvida através do próprio espaço?
14. Os comentaristas criam laços afetivos entre eles? Esses laços acabam se estendendo para encontros em espaços reais?
15. O que mudou no exercício da cidadania após a explosão das redes sociais tecnológicas?
16. Como você avalia a *blogosfera*?
17. Você tem conhecimento sobre a *blogosfera* no RN? Poderia falar sobre esse nicho?
18. No período eleitoral de 2010, o que prevaleceu nos comentários dos leitores? Seus interesses privados ou a busca por governantes mais preparados e competentes para assumir a administração do estado?
19. Como você se relaciona com os outros atores da *blogosfera*?
20. O *blog* permite que vários sujeitos enunciadores participem, colaborem com comentários e informações. Nesse sentido, você acha que essa arena discursiva pode ser considerada um espaço público?

APÊNDICE 2 – Roteiro de entrevistas aplicado para a pesquisa qualitativa e descritiva

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA MÍDIA / PPgEM

Pesquisa: Práticas Discursivas em Blogs Políticos: uma observação sobre a participação política e as transformações que acompanham o espaço público

ROTEIRO – ENTREVISTAS LEITORES

Dados Demográficos:

Nome:

Profissão:

Idade:

Escolaridade:

1. Há quanto tempo você participa da *blogosfera*?
2. Quais os motivos que o levaram a participar como leitor e comentarista em *blogs*?
3. Por que você escolheu *blogs* políticos?
4. Como você avalia a *blogosfera*? Ela favorece a democracia?
5. As discussões estabelecidas em *blogs* contribuem para um processo eleitoral mais transparente?
6. Como você descreveria a política no Rio Grande do Norte?
7. Você tem conhecimento sobre a *blogosfera* no RN? Os *blogs* regionais estão no mesmo nível de discussão e de produção dos *blogs* nacionais?
8. Os *blogs* políticos no Rio Grande do Norte estão contribuindo para ampliar a discussão democrática?
9. Os *blogs* são espaços públicos ou privados? Eles são regulados e moderados por um dono?
10. Seus comentários já foram censurados em algum *blog*? Qual?
11. Você prefere utilizar seu nome verdadeiro nas postagens ou utiliza um *fake*? Por quê?
12. Os conflitos que surgem entre comentaristas e blogueiros são saudáveis para a discussão ou prejudicam a harmonia do espaço?
13. É possível criar laços afetivos com outros leitores a partir dos *blogs*? Esses laços acabam se estendendo para encontros em espaços reais?
14. Como você se relaciona com os outros atores da *blogosfera*?
15. No período eleitoral de 2010, você participou apenas do *blog* de Laurita? Já foi leitor da Thaisa Galvão?
16. Por que você escolheu o *blog* Território Livre?
17. O que mudou no exercício da cidadania após a explosão das redes sociais tecnológicas?
18. No período eleitoral de 2010, o que prevaleceu nos comentários dos leitores? Seus interesses privados ou a busca por governantes mais preparados e competentes?

19. O *blog* permite que vários sujeitos enunciadore participem, colaborem com comentários e informações. Nesse sentido, você acha que essa arena discursiva pode ser considerada um espaço público virtual?

APÊNDICE 3 – TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA: THAISA GALVÃO

Data da realização da entrevista: 26/10/2011

1. Ano do surgimento do *blog*?

R. Julho de 2006

2. O TG foi o primeiro *blog* político no Rio Grande do Norte?

R. Não, já existiam dois blogs em Caicó. Mas, em Natal fui a primeira.

3. As motivações que a levaram a atuar na *blogosfera*?

R. Ter algo só meu. Fui editora de política, mas nem sempre eu podia opinar. Eu queria que as matérias tivessem minha pitada.

4. Por que você escolheu a política?

R. Sempre fui ligada aos assuntos políticos. A paixão pela política veio desde pequena. Vivi a política desde pequena, acompanhava meu avô que era político. Não quero ser política, mas gosto de acompanhar a política.

5. Quais os fatores que foram determinantes para o sucesso do *blog*?

R. Não foi por acaso, eu tenho toda uma história como jornalista. Fui repórter da Tribuna do Norte, depois trabalhei na Cabugi. Trabalhei no programa Valeu o Boi e no programa Cabugi Verão. Depois dessa época, fiquei fazendo matérias da rede. Tudo isso ajudou a construção do meu nome e acredito que influenciou para o sucesso do blog.

6. Por que o TG faz tanto sucesso no interior do estado?

R. O interior não tem um canal para que a população possa falar. Esse grito eles querem dar e não tem alcance. Não quero falar só para Natal, como sou do interior, falo para as pessoas do interior, com a linguagem do interior. Já dá segmento falar de política, por isso agente tem que pensar em atrair leitores.

7. Como foi a trajetória do *blog* até os dias atuais? Quais os patrocinadores e a autossustentabilidade?

R. Foi algo bem natural. Não planejei nada, apenas foi dando certo. Comecei devagar, passei uns e-mails para algumas pessoas para divulgar o blog. Tenho muitos patrocinadores. É interessante que não tenho departamento comercial. Os anúncios que estão no meu blog foram chegando. Não corri atrás. Todos meus anunciantes estão expostos no blog.

8. Seu *blog* dá retorno financeiro?

R. Sim. Hoje vivo apenas do retorno financeiro do blog. Na hora que você tem um número de acessos que meu blog tem e a credibilidade do anunciante, não tem como não dar retorno. No período eleitoral de 2010, em apenas 45 dias, meu blog teve um milhão de acessos. A palavra acredita é a que mais gosto de usar. Não me interessa o furo jornalístico, mas sim a notícia bem trabalhada. As pessoas acreditam em mim.

9. É difícil lidar com a dualidade entre a busca pela imparcialidade e ter que comercializar os espaços publicitários? Os laços familiares e políticos interferem?

R. Não acho. É só deixar as coisas bem claras. Sempre esclareço para os anunciantes que vendo espaços publicitários e não matérias jornalísticas. Nessa semana, por exemplo, o chefe da casa civil entregou o cargo. Ele me forneceu uma entrevista sobre a governadora Rosalba. Encontrei com ele em uma festa à noite. Me acusaram dizendo que ele estava bêbado, quando me forneceu a entrevista. Ele disse que o governo estava em frangalhos. Ele fez uma agressão pessoal à governadora. Foi uma bomba no governo. E o governo é patrocinador do blog. Hoje mesmo coloquei uma declaração da Wilma de Faria sobre a popularidade da prefeita Micarla de Sousa. Ela dizia que Micarla está pior que Aldo Tinoco. A prefeitura é patrocinadora também do meu blog.

10. Como é feita a moderação no *blog*?

R. Sou muito rígida. Não permito que meu blog seja palanque para agressões. E se perceber que estou sendo usada como palco para interesses de outra pessoa, também não libero o comentário. Não quero ser usada como palanque de disputa. Acontece que muita gente quer se aproveitar da audiência do blog. Mas, se for uma crítica ao meu trabalho e eu achar legal, acabo postando. Tem o leitor e tem o leitor aproveitador, que as vezes é até um colega da gente. Um caroneiro. O anonimato também é preocupante. Sou rígida porque sou sozinha e tenho toda uma responsabilidade. Não tenho um departamento jurídico por trás, como um jornal ou uma emissora de televisão. Uma vez, por uma nota bem simples fui acionada na justiça e isso me preocupa. Costumo também transformar o comentário do leitor em postagem. Acho que estou cumprindo meu papel em ajudar de alguma forma, solucionar ou minimizar problemas das pessoas.

11. A atualização e busca por notícia é feita apenas por você?

R. Sim. Sou eu que escrevo e que corro atrás da fonte. Tento imprimir um ritmo de 30 postagens diárias. Mas, às vezes uma boa postagem já rende bastante. Por enquanto, não tenho nenhum interino.

12. Em ano eleitoral, aumenta a audiência e a participação de leitores?

R. O blog tem 12 mil acessos diários no período normal. No período de campanha eleitoral, o número de acessos chega a 25 mil por dia. Mas, quando divulgamos os resultados das pesquisas, esse número aumenta ainda mais.

13. Qual o perfil dos seus leitores?

R. Tenho um público bem variado. Sempre que vou ao interior as pessoas me procuram e dizem que me adoram, que são meus leitores e que são fiéis ao blog. Meu público é muito diversificado. Não tenho uma segmentação. Uma vez, estava na Assembléia legislativa e chegou uma pessoa bem simples. Ela me falou que lia meu blog todo dia. Perguntei se ela era do interior e me surpreendi quando descobri que a leitora era da comunidade do Passo da Pátria. Mesmo com toda dificuldade de acesso que existe hoje, me surpreendo com o alcance que o blog atinge.

14. Como você descreveria a política no Rio Grande do Norte?

R. É aquela coisa meio que igual no país todo. É a política do interesse de cada um, de cada família, de cada grupo. Só conseguimos enxergar o político, que entende a política como um meio para chegar a algum lugar e não uma forma de ajudar o povo. Essas famílias se juntam e se separam. Quando alguém de fora tenta entrar eles se unem de novo para impedir que o outro chegue e tome o reino deles.

15. Qual sua relação com a Prefeita Micarla de Sousa?

R. Dizem que sou “micarlista”. Mas, na verdade, dou notícia da prefeitura como dou do governo. A agenda natural dos governantes está no blog. Sou amiga da Micarla antes dela entrar para a política. Fomos jornalistas e trabalhamos juntas no mesmo período. Tem uma amizade por trás. Claro que na hora que tem de falar, eu falo. Mas, não posso esconder minhas relações pessoais. Portanto, temos que saber ponderar. As vezes dou uma matéria favorável, porque eu fiz a matéria e acredito no que estou escrevendo. Talvez, pela proximidade que tenho com a prefeita, acabo tendo informações que muitos não têm. As pessoas acabam confundindo isso com defesa. Noticiei o #foraMicarla. Não tinha como não noticiar. Também acho que eles elegeram Micarla como saco de pancadas, por tudo batem nela. Se você acompanhar meu blog vai ver que não faço isso com ninguém. Não uso meu blog para bater em político. Não sou favorável a essa conduta. Tem colegas que fazem uma extorsão velada, batem muito porque querem receber em troca.

16. Você tem alguma parceria com o vice-governador Robson Faria e com o deputado federal Fábio Faria?

R. Não. Eles sempre me ligam para passar informações. E quando tenho uma notícia interessante sobre eles, porque não vou postar? Não faço parcerias com políticos. Muitos me procuram, mas oriento para eles contratarem uma boa assessoria de comunicação.

17. As discussões estabelecidas em *blogs* contribuem para um processo eleitoral mais democrático?

R. Sim, com certeza! Mas, quando partem para a agressão acho que não.

18. Alguma denúncia realizada no *blog* já conseguiu ser resolvida através do próprio espaço?

R. Não tenho lembrança. São tantas coisas que fica difícil de lembrar assim.

19. Os comentaristas criam laços afetivos entre eles? Esses laços acabam se estendendo para encontros em espaços físicos?

R. Não sei, porque não faço eventos. Não tenho como juntar todos os participantes.

20. O que mudou no exercício da cidadania após a explosão das redes sociais tecnológicas?

R. Houve muitas mudanças. Hoje o cidadão tem mais oportunidade para exercer sua cidadania.

21. Como você avalia a *blogosfera*?

R. A questão do anonimato é preocupante. Por exemplo, tenho que seguir as regras eleitorais. Porém se eu escrever um blog anônimo posso colocar o que quiser e nada vai acontecer comigo. Isso me preocupa!

22. Você tem conhecimento sobre a *blogosfera* no RN? Poderia falar sobre esse nicho?

R. Sim, acho que precisa amadurecer mais.

23. No período eleitoral de 2010, o que prevaleceu nos comentários dos leitores? Seus interesses privados ou a busca por governantes mais preparados e competentes para assumir a administração do estado?

R. A busca por políticos melhores. Prevaleceram os anseios dos cidadãos.

24. É difícil trabalhar com política?

R. É bem complicado. O político acha que temos que publicar o pensamento deles. Recentemente, a Wilma me ligou chateada com uma matéria que publiquei. Eu dizia que a Wilma tinha defendido Rosalba sobre a acusação de “mossorolização” de Natal. Ela não gostou.

25. Como você se relaciona com outros atores da *blogosfera*?

R. Tento ser cordial.

26. O *blog* permite que vários sujeitos enunciadores participem, colaborem com comentários e informações. Nesse sentido, você acha que essa arena discursiva pode ser considerada em espaço público?

R. Considero público. O leitor é quem manda. Mas, tenho toda uma responsabilidade, tanto com eles, como com a notícia.

APÊNDICE 4 – TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA: LAURITA ARRUDA

Data da Realização da Entrevista: 19/10/2011

1. Ano de surgimento do *blog*?

R. 23 de maio de 2008

2. As motivações que a levaram a atuar na *blogosfera*?

R. Retomar a atuação no jornalismo uma vez que depois de formada havia optado pelo Direito, área que atuei por seis anos como advogada.

3. Por que você escolheu a política?

R. Por uma questão de afinidade mesmo. Talvez a política tenha me levado ao jornalismo. Desde criança uma grande paixão.

4. Quais os fatores que foram determinantes para o sucesso do *blog*?

R. Obrigada pelo “sucesso”, mas acredito que estimular a interatividade, a liberação das mais diversificadas opiniões, inclusive críticas contundentes à blogueira. A persistência e honestidade com meus leitores.

5. Como foi a trajetória do *blog* até os dias atuais?

R. O blog começou como uma janela do que chamava blog-pai no Diário de Natal. Era uma parte do jornalista Cassiano Arruda, principal colunista do matutino à época. Depois da demissão dele do DN, fui convidada a levar meu TL para Tribuna do Norte. Lá, fui o TL foi o mais acessado de política no primeiro mês. Demitida por questões políticas geradas por liberação de comentário que gerou descontentamento do presidente da empresa, o blog seguiu carreira solo em setembro de 2009. Hoje já passei do estágio probatório, tive que provar que não era uma patricinha, havia um grande descrédito.

6. É difícil lidar com a dualidade entre a busca pela imparcialidade e ter que comercializar os espaços publicitários? E os laços familiares e políticos interferem?

R. Optei por não aceitar publicidade de Governo e prefeituras, órgãos políticos. Não é fácil porque são os mais rentáveis anunciantes, mas acredito ser uma maneira de ter a imparcialidade que acredito necessária em meu espaço. Os laços familiares interferem na vida de qualquer profissional; jornalista, professor, médico ou juiz. Mas, somos “gente” carregamos nossos laços familiares e de amizade. O bom senso faz o diferencial. É fazer com honestidade.

7. Como é feita a moderação no *blog*?

R Também não é fácil. Procuro ser o mais liberal e democrática possível, mas quando vejo que o nome é um pseudônimo usado para atacar a honra e a intimidade de alguém não libero. Já se a pessoa assume suas críticas, dando identidade verídica, vale tudo. Atualmente, já sei que um post inicial vai gerar determinados comentários. Então isso facilita para saber o rumo que um post vai tomar.

8. A atualização e a busca por notícia a serem publicadas é feita apenas por você?

Como é o trabalho da sua interina?

R. Sim. Minha interina trabalha quando viajo ou quando não posso atualizar o blog por alguma razão. Lidyane Lira era leitora, virou comentarista e depois colaboradora. Um orgulho do TL, uma pessoa que tem independência total para tocar o barco.

9. Em ano eleitoral, aumenta a audiência e participação de leitores?

R. Sim. Aumenta bastante. Por último, tenho percebido que alguns candidatos têm assessores exclusivos para comentar em blogs.

10. Qual o perfil dos seus leitores?

R. Não tenho essa informação com precisão, mas sinto que são pessoas de classe média, de meia idade, muito bem informadas e de certa forma politizadas.

11. Como você descreveria a política no Rio Grande do Norte?

R. Privilegiada. Nós temos políticos muito acima da média. Nossos políticos são representativos. Nós sabemos fazer política.

12. As discussões estabelecidas em *blogs* contribuem para um processo eleitoral mais democrático?

R.Sim.

13. Alguma denúncia realizada no *blog* já conseguiu ser resolvida através do próprio espaço?

R. Creio que sim. Um bom exemplo foi o Aluguel do Novotel. A denúncia feita no blog está na peça do Ministério Público.

14. Os comentaristas criam laços afetivos entre eles? Esses laços acabam se estendendo para encontros em espaços reais?

R. Com certeza. Nos encontros dos leitores e comentaristas as discussões virtuais se amenizam e dão espaço a uma grande família. Interessante isso.

15. O que mudou no exercício da cidadania após a explosão das redes sociais tecnológicas?

R. Mudou muito. O jornalista não é mais um deus da informação. O acesso direto entre fonte e meio é muito mais democrático. Por outro lado exige mais trabalho de checagem e confirmação para a busca do furo não pode terminar em barrigas reiteradas. As pessoas comuns passam a pautar os jornalistas.

16. Como você avalia a *blogosfera*?

R. Meu local de trabalho. É onde me realizo. Os comentaristas são meus patrões. Cobram as postagens e até o horário da primeira postagem diária.

17. Você tem conhecimento sobre a *blogosfera* no Rio Grande do Norte? Poderia falar sobre esse nicho?

R. Tudo muito recente ainda. Trabalho como o seu vai trazer informação precisa sobre esse meio ainda em passos de bebê. Sei que tem muito blogueiro por aí. Outro dia fui a uma cidade muito pequena do interior do RN e o prefeito me apresentou “o meu blogueiro”. Quer dizer virou cargo também dentro da administração. Uma distorção a princípio, mas que não pode ser ignorada. Tem

influência grande, gera ciúmes com jornalistas. A dificuldade ainda é o fator econômico.

18. No período eleitoral de 2010, o que prevaleceu nos comentários dos leitores? Seus interesses privados ou a busca por governantes mais preparados e competentes para assumir a administração do estado?

R. Assuntos administrativos por incrível que pareça não geram muita discussão. Escândalos, pesquisas e questões de figuras públicas “bombam” mais. Acredito que prevaleceu as convicções pessoais dos comentaristas.

19. Como você se relaciona com outros atores da *blogosfera*? Possui um relacionamento cordial com outros blogueiros? E com a Thaisa Galvão?

R. Sim. Anna Ruth é uma amiga no meio. Com Thaisa um relacionamento “cordial”.

20. O *blog* permite que vários sujeitos enunciadore participem, colaborem com comentários e informações. Nesse sentido, podemos considerar essa arena do discurso um espaço público?

R. Acho que sim.